

Prisão de fugitivos de Mossoró seria uma vitória para Lewandowski?

PÁGINA 5

RJ: Estado adere ao programa Pé-de-Meia

Governo do Rio



O governador Cláudio Castro assinou a adesão ao programa Pé-de-Meia, do Governo Federal, para ajudar alunos de escolas públicas estaduais a terminar o Ensino Médio. A cerimônia, realizada nesta quinta (4), no Rio de Janeiro, con-

tou com a participação do ministro da Educação, Camilo Santana, da secretária estadual, Roberta Barreto, e de vários estudantes. Cerca de 158.582 adolescentes já estão recebendo o incentivo, referente a R\$ 200.

PÁGINA 10

Governo do Rio cria força-tarefa contra crime ambiental

Equipes vão investigar vazamento que suspendeu captação de água em manancial da Cedae

PÁGINA 9

Jean Paul Prates pode deixar o comando da Petrobras

Após uma sequência de desentendimentos com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, pediu uma reunião “definitiva” com o Lula, para discutir sua situação no cargo.

PÁGINA 5

Só reformas ajudam o Brasil a crescer na economia?

Uma avaliação da agência de classificação de risco S&P Global ajuda a resumir a angústia do ministro Fernando Haddad. Segundo ela, somente um compromisso com reformas faria o país crescer no grau de investimento.

CORREIO POLÍTICO (LAGO) - PÁGINA 4

País tem 78% das famílias endividadas

PÁGINA 6



Reprodução

Luta antirracista do Vasco completa 100 anos no domingo

Centenário da luta vascaína contra o racismo

Neste domingo (7), a ação revolucionária do Vasco conhecida como ‘Resposta Histórica’ completa 100 anos. Em 1924, após conquistar seu primeiro título no futebol, o Vasco foi submetido a um regu-

lamento que exigia a exclusão de seus atletas negros e pobres para poder disputar o Campeonato Carioca da AMEA. O clube recusou excluir seus atletas, abrindo caminhos para a igualdade no futebol.

PÁGINA 16

CDL busca ampliação do prazo da AgeRio

Câmara dos Dirigentes Lojistas de Petrópolis enviou um documento ao governador Cláudio Castro solicitando que seja sancionado o projeto de lei aprovado pela Alerj nesta semana que amplia o prazo de pagamento do financiamento em Petrópolis

MPRJ de olho na Câmara de Itatiaia

O Ministério Público do Estado do Rio fez uma recomendação para que o presidente da Câmara de Itatiaia, o vereador Vinicius Leal, o Vini do Celular, fique atento a qualquer tipo de decisão no Legislativo que implique em aumento de despesa da Casa.

PETROPOLITANAS PÁGINA 12

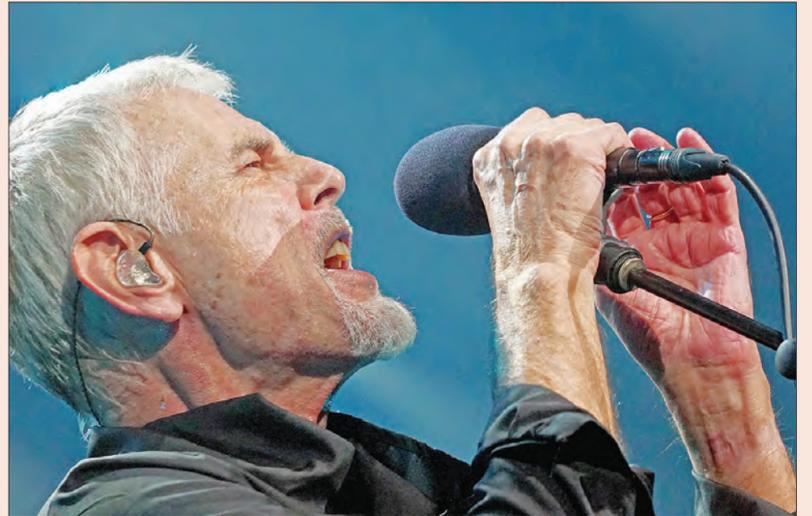
CORREIO DO VALE PÁGINA 14

2º CADERNO

Noites Cariocas está de volta

Marcos Trojan/Divulgação

Com shows de Ritchie e Guilherme Arantes, o Morro da Urca abre nesta sexta (5) mais uma edição do TIM Noites Cariocas, com shows em todos os fins de semana até o dia 27



Ritchie celebra 40 anos de seu primeiro álbum solo e do megahit ‘Menina Veneno’

PÁGINA 1

Caio Galucci/Divulgação



‘Alguma Coisa Podre’, versão brasileira do premiado musical ‘Something Rotten!’, seu sucesso na Broadway, chega à cidade

PÁGINA 6

Divulgação



O Barão Vermelho volta ao Circo Voador nesta sexta-feira (5) com o show que celebra os 40 anos de trajetória da banda, uma das mais icônicas da história do rock brasileiro

PÁGINA 3

Divulgação



O CCBB abre grande retrospectiva com os principais títulos da vasta filmografia de Al Pacino

PÁGINA 10

Otan e os ‘velhos’ problemas mundiais

PÁGINA 7

‘Kit engana’ revolta cidadãos de Queimados

PÁGINA 11

FERNANDO MOLICA O triste fim de Sérgio Moro

PÁGINA 3

CRAVO ALBIN Deus e o Diabo aos 60 anos

PÁGINA 2

Ricardo Cravo Albin

Deus e o Diabo aos 60 anos

“Glauber Rocha resplandecerá para todo sempre” C. D. de Andrade

Quem acompanha a atualidade buscando matérias para crônicas e artigos muitas vezes toma sustos. Agora mesmo, acabo de rever (pela oitava vez) “Deus e o Diabo na Terra do Sol” de Glauber Rocha. E sempre sou surpreendido pela contundente atualidade e superior qualidade do filme. Confesso que fiquei um tanto confuso ao rever a data de seu lançamento, 1964! Meu Deus! Esta obra prima do cinema, uma quase pioneira exibição mundial de um Brasil de cangaceiros, de violências e desigualdades cumpre agora 60 anos. “Deus e o Diabo na Terra do Sol” é o filme que fez fincar os pés do Cinema Novo do Brasil no mundo inteiro.

Diria até que esta joia do cinema foi além: redescobriu o próprio cinema e pariu Glauber, o personagem mais inventivo e inquieto das perplexidades e insatisfações daqueles turbulentos anos 60, 70 e 80. Um gênio rebelde, mas nada dissipado, de resto, de uma realidade, bem ao contrário do escritor beatnik Charles Bukowski, a quem um crítico de São Paulo há anos comparou a Glauber, de manei-

ra tão inadequada quanto até despropositada.

Aliás, quem conviveu, como eu, com o verdor dos vinte um anos de Glauber - nas noites sem fim do velho Café Lamas no Largo do Machado jamais se esquecerá do gênio que nascia.

Glauber pontificava, despejando pela boca (de lábios carnudos e perfeitos) golfadas de originalidade e de indignação criativa. E não apenas definia ali, na mistura insensata de cerveja e uísque, o futuro do seu cinema e de seus personagens. Ele apontava para nós, todos muito jovens, embevecidos por seus discursos veementes e barrocos — o caminho de um Brasil mais honrado, mais justo e mais solidário. A luta proposta era a luta do bem contra o mal, do santo (guerreiro, se possível) contra o dragão da maldade (da desigualdade).

Madrugada alta, depois de salvarmos o mundo como convinha aos nossos dezoito e vinte anos, era inevitável acabarmos em samba. Glauber - admirador de Noel Rosa - encerrava a noite aos berros com o refrão desafinado de “Coisas nossas “O samba, a prontidão e outras bossas/são nossas coisas, são coisas nossas.” E discursava dedo em riste: “Noel Rosa é quem tem mesmo razão. Mas nós vamos mudar isso”.

Depois, já maduro e no exterior, sofrendo a suprema das penalidades que é o exílio, Glauber me confidenciaria em voz baixa, mas com os olhos mais brilhantes que nunca: “Olha, a luta do bem contra o mal continua, é claro, é claro. Mas a gente tem que encontrar emissários que negociem entre os dois. Porque, meu querido, de santos guerreiros, mortos e inúteis, eu estou farto”.

Talvez estribado nessa reflexão, Glauber tivesse amadurecido não só sua volta do exílio, mas o surpreendente episódio do apoio ao General Golbery do Couto e Silva. Que causou tanta polêmica ao alvorecer da abertura política e provocou críticas ácidas. A que Glauber respondeu com uma quase exclamação, seca e malcriada: “Ora, são uns babacas!”

Escrevo aqui porque preservo em detalhes amorosos no meu coração um Glauber em fragmentos muito convincentes e bem montados. Aquele Glauber da inesquecível exposição comemorativa dos trinta anos de Deus e o Diabo na Terra do Sol, no Centro Cultural do Banco do Brasil: lá estavam alguns desenhos (feitos pelo puro prazer e sem pretensões de obra gráfica), entre eles uma como-

vente caricatura dos seus companheiros de prisão em 1964 (Cony, Joaquim Pedro, Marcito, Flávio Rangel e um delicioso Callado de óculos), além de um sem-número de cristos obsessivos e pungentes.

Recordo-me ainda, e emocionado, do abraço dado à minha querida amiga Lúcia Rocha (mãe de Glauber) a cuja força e persistência de mãe-leoa se deveu todo o Acervo Glauber que estava a perigo. Ao meu elogio Lúcia se saiu com uma joia glauberiana: “Olha, meu filho, eu não fiz nada. Mas, por outro lado, eu fiz tudo”. Glauber certamente resplandeceria, nessa síntese exata de contradição e de verdade. A propósito, não foi mesmo sem razão que Gilberto Amado pouco dado a incensar talentos insolentes e ainda por cima vaidosos me declarou ao final de um longo almoço, no seu belo apartamento das Laranjeiras, em que o provoqui sobre os jovens intelectuais do Brasil nos anos 60/70: “Esse seu amigo Glauber Rocha, por exemplo, é de um arrebatamento a que só os santos em sua candura podem se alçar. E de um talento tão faiscante e ígneo que só os demônios em sua fogueira — podem polir”.

EDITORIAL

Um ataque a cada três dias?

Quando há algum caso de agressão ou violência contra alguma pessoa ou entidade, seja ele relacionado a algum tipo de preconceito, intolerância ou não, é a imprensa que traz isso a público de forma responsável e objetiva. Para que, de forma direta, a população tenha conhecimento do fato inaceitável e algo seja feito para que não se repita. Não é somente o simples fato de noticiar tal acontecimento.

Agora o cenário muda, e qual o sujeito do texto jornalístico é o próprio jornalista? Vamos ser mais claros: e quando o profissional de imprensa é a vítima de uma agressão ou ameaça? Também temos o dever de denunciar isso e expor essa realidade que existe em nosso país.

Como aceitar que a imprensa brasileira sofreu, em média, um ataque a cada três dias, somente no ano passado? É isso mesmo, caro leitor. O número de jornalistas agredidos fisicamente aumentou 8% em 2023, totalizando 80 profissionais. Isso só nos faz lembrar casos que aconteceram durante o governo passado, em que eleitores do ex-presidente Jair Bolsonaro, repudiavam totalmente a TV Globo e quem pagava o ‘pató’ eram os funcionários da

emissora que, se quer, tinham a ver com a ideologia da empresa. Estavam naquele local somente para exercerem sua profissão. Quantos repórteres e cinegrafistas, por estarem com o uniforme ou com o famoso microfone, foram vaiados, impedidos de trabalhar e até agredidos.

Independentemente de política, aquele profissional estava trabalhando e nada justificava aqueles atos. O mesmo aconteceu com outros profissionais da imprensa de modo geral na cobertura dos ataques a Brasília, em 8 de janeiro de 2023. Um relatório da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão aponta que a alta de agressões no ano passado se deu por conta dos atos e dos dias seguintes.

Temos outra eleição a vista, desta vez municipal e sem a polarização que tivemos em 2022. Por mais que existam lados opostos na política, o respeito para com o profissional de imprensa deve existir. Lembrando também que além dos físicos, ataques virtuais também vêm crescendo. Desde 2019, como apontou o levantamento, foram registrados 10 milhões de agressões no âmbito das redes sociais.

A desvalorização do Brasileirão 2024

A CBF divulgou a planilha detalhando os dias, horários e estádios das primeiras rodadas do Campeonato Brasileiro 2024. A demora na divulgação dessa lista é muito complicada, principalmente para os torcedores que planejam viajar pelo país acompanhando seus times.

O torneio começará em menos de dez dias, o que dá pouquíssimo tempo para que os ‘torcedores viajantes’ planejem a logística de suas jornadas, além de encarecer todo o processo, o que pode impactar no número de torcedores visitantes de diversas partidas. Esses apaixonados por suas equipes precisam agendar viagens, sejam aéreas ou terrestres, e encontrar hospedagem e pesquisar traslados.

Mais do que isso, a problemática maior se dá pela desvalorização das partidas pela própria CBF, que pegou alguns dos principais jogos do campeona-

to e os agendou para horários terríveis.

O maior exemplo disso é o Vasco x Flamengo do dia 18 de maio, para as 21h de um sábado. O ‘Clássico dos Milhões’ é o clássico do futebol mundial que mais vezes registrou públicos superiores a 100 mil torcedores na história. Além disso, o jogo está agendado para São Januário, não para o Maracanã.

Em um campeonato que valorizasse seu produto, esse jogo estaria marcado para as 16h de domingo, no Maracanã, proporcionando um verdadeiro espetáculo das torcidas.

É uma pena que um campeonato com tanto potencial quanto o Brasileiro seja tão maltratado. Claro que ainda pode haver mudanças, mas parece haver uma grande má vontade por parte dos responsáveis por gerir o evento, quase como uma obrigação. Uma pena muito grande que isso ocorra.

Paulo César Caju*

Gramado não é desculpa pelo jogo ruim

Geraldinos, ainda faltam os resultados de Atlético Mineiro e São Paulo, mas, até agora, o desempenho das equipes brasileiras na Libertadores está bem abaixo do que esperávamos. Independente de desfalques e jogadores reservas, a obrigação dos times nacionais é de fazer bonito, diante dos investimentos feitos para montar os elencos. Porém, há sempre uma desculpa pelo péssimo jogo e, desta vez, sobrou para o gramado. Se o campo está ruim para um clube com atletas mais técnicos, imagina para o que não tem? Não se pode culpar a grama, seja ela natural ou sintética, pelo fraco desempenho dos jogadores. O Fluminense, por exemplo, tocou muito a bola e pouco pressionou o Alianza Lima, que fez um gol num contra-ataque. O Palmeiras, que levou um elenco sem muitos atletas considerados titulares, sofreu para empatar

com o San Lorenzo. Flamengo e Grêmio têm a salvaguarda da altitude; mesmo assim, não fizeram atuações convincentes. Se no Brasil os gramados das equipes do interior são ruins, imagina desses times do segundo escalão da América do Sul? Tem que jogar bola!

E o Botafogo? Esse merece um capítulo à parte. Único que atuou em casa, tinha o apoio da torcida para vencer o Junior Barranquilla. Só que saiu do Nilton Santos com uma derrota de 3 a 1 e reclamação do seu investidor a atuação dos zagueiros. John Textor, me desculpe, mas seu negócio é com a bola oval! Você não entende nada da bola redonda! Deixa quem conhece o futebol brasileiro comandar o Botafogo!

Antes das pérolas, não posso deixar de mencionar, mais uma vez, a felicidade de ter participado do jantar que o presidente da

França, Emmanuel Macron, ofereceu a uma pequena comitiva de autoridades e personalidades brasileiras e francesas. Sentar ao lado dele na mesa foi um prazer enorme, ainda mais sendo o primeiro a dizer como os negros vivem e se relacionam no Brasil. Só que essa não foi a primeira homenagem que tive por um presidente francês. Em 2016, no hotel Sofitel, no Rio de Janeiro, recebi de François Hollande o título de Cavaleiro da Ordem Nacional da Legião da França.

E vamos as pérolas, Geraldinos, com os analistas de computadores agora se fazendo de chefes de cozinha!

1 - “Colocar a identidade de um time de qualquer treinador (chama o DETRAN!), com contratações que não condizem com essa identidade, deixando o adversário se levar pela atmosfera do estádio, com uma boa

leitura de jogo (eu tenho visão de jogo), com jogadas agudas e acertivas, alinhando as linhas de 5 ou de 4”.

2 - “O sabor e roteiro da partida foi fazer a linha em transição alta (faltou dizer o tempero para dar o sabor), mas, ao não conseguir encaixar as linhas, seja alta ou baixa, não obrigou o erro do adversário (faltou por pimenta!)”.

3 - “Jogo verticalizado ou na diagonal, com ligação direta com os alas agudos e balanceando as linhas, com falsos 9 jogando pelos lados”.

*Ex-jogador de futebol. Fez parte da seleção do Tricampeonato Mundial no México em 1970. Atuou nos quatro grandes clubes do Rio (Flamengo, Botafogo, Vasco e Fluminense), Corinthians, Grêmio e Olympique de Marseille (França).

Barros Miranda*

O fim da reeleição no país?

Muitos dizem que a moda volta de tempos em tempos. E parece que a tal fábula invadiu o mundo político brasileiro. Em debate no Congresso Nacional, o fim da reeleição e a volta dos mandatos presidenciais de cinco anos, como eram no período de 1946 a 1964.

Na Constituinte de 1946, além de outras medidas inédi-

tas para a época, a adoção dos mandatos de cinco anos nos cargos do Executivo provocou uma grande volatilidade no teor político dos comandados, em termos, pois, o grupo era o mesmo. De Dutra para Vargas; de Vargas para JK; e de JK para Jango (excluo aqui os sete meses de Jânio Quadros, pois pouco aconteceu no país no

governo dele), a diretriz política fora praticamente a mesma, do populismo.

Se for seguir o exemplo do Chile, a cada cinco anos entra a direita ou a esquerda, conforme a vontade do eleitor e do progresso governo vigente. Porém, não se sabe que o feito seguirá aqui no Brasil.

De qualquer forma, vol-

tar ao sistema de mandatos de cinco anos no Executivo prova que a reeleição pode estar com os dias contados e que a disputa política ficará mais acirrada.

Veremos os próximos capítulos desta novela no Congresso e se o tema seguirá ou ficará engavetado.

*Historiador e Jornalista

Opinião do leitor

Videomonitoramento no Rio

Vejo com bons olhos a iniciativa do Governo do RJ na implementação do sistema de videomonitoramento para equipar viaturas do estado, com destaque para o reconhecimento facial e a leitura de placas. Ponto positivo na política pública de segurança.

Nilson Antunes
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 100 ANOS: TEMPORAL INUNDA RUAS MATA DUAS PESSOAS NO RIO

As principais notícias do Correio da Manhã em 5 de abril de 1924 foram: está confirmada a notícia de terem sido concedidos créditos dos

Estados Unidos à Bélgica. Chanceleres de Inglaterra e França não chegam a um acordo sobre a questão das reparações de guerra. Governo

do DF manda internar nos institutos municipais 226 menores de rua. Temporal mata duas pessoas no Rio e inunda várias ruas.

HÁ 75 ANOS: LEI ELEITORAL RECEBE 100 EMENDAS DOS DEPUTADOS

As principais notícias do Correio da Manhã em 5 de abril de 1949 foram: Deputados apresentam mais de 100 emendas na Lei Eleitoral,

com destaque para as que limitam os gastos dos partidos políticos e a suspensão das legendas que vierem a receber contribuições ilícitas.

Brasil vence o Equador por 9 a 1 na abertura do XVI Sul-Americano de futebol. ONU inicia uma nova Assembleia Geral.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Direção Executiva: Marcos Salles (Presidente)
marcos.salles@jornalcorreiodamanha.com.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br
Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação)
Leo Delfino (Editor)

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP: 22775-057

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

PINGA-FOGO

■ **EDUCAÇÃO É O NOVO BOLSA-FAMÍLIA** - A inauguração do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa-Tech) no Rio não foi uma escolha somente para prestigiar o Rio de Janeiro, o prefeito Eduardo Paes ou se aproximar do governador Cláudio Castro. Para além disso, há uma estratégia pensada em focar ao máximo na educação. Nas avaliações que o governo fez nas últimas semanas para mudar suas estratégias e recuperar a credibilidade, houve a ideia de focar na educação como grande marca do terceiro governo. Mais especialmente no ensino médio profissionalizante. Mas também em organismos como o Impa-Tech, que visa criar aperfeiçoamentos, como diz seu slogan, para "criar o profissional do futuro".

■ **FUTURO** - Logo depois, no seu perfil no X, Lula postou uma foto, do seu eterno fotógrafo Ricardo Stuckert, em que aparece sorridente ao lado de estudantes na inauguração. "Governar o país é cuidar do futuro", escreve Lula na postagem. Iniciativas voltadas a ajudar o estudante, como o Programa Pé-de-Meia, de auxílio financeiro para estudantes de segundo grau, serão mais e mais reforçados na nova estratégia de comunicação.

■ **APOIO** - Nesta quinta-feira (4), o presidente do Partido da Mobilização Nacional (PMN) em Petrópolis, Bruno Borsato, esteve reunido com o pré-candidato a prefeito pelo PP, Hingo Hammes. O encontro selou o acordo para que a sigla apoie a pré-candidatura de Hammes à prefeitura.

■ **REFORÇO DE PESO** - Outro nome de peso que chega para ajudar na coordenação da campanha do pré-candidato Hingo Hammes (PP) em Petrópolis é Juvenil dos Santos. Com vasta experiência no Executivo, tendo já assumido secretarias como a de Turismo, vai compor a equipe de Hammes, entre outros nomes como Fábio Júnior e Rosângela Stumpf.

■ **MUDANÇAS NO SECRETARIADO** - Sendo a última semana da janela eleitoral, houveram mudanças nos cargos de secretário no interior do RJ. Em Petrópolis, além da secretária de Educação Adriana de Paula, outros devem deixar as cadeiras até o fim desta semana. Em Três Rios, ao menos três secretários deixaram as pastas para concorrer ao legislativo municipal, Douglas Zanardi, José Rodrigues e Carlos Alberto Soares.

■ **SOCIEDADE HIPÓCRITA** - A maré não anda nada boa para o prefeito de Angra dos Reis, Fernando Jordão, do PL. Na polêmica inauguração da despoluição da Praia do Anil, no Centro do município, com direito a urubus na areia e esgoto jorrando no mar, Jordão disse que a "sociedade é hipócrita", ao discursar sobre o problema da violência. "A sociedade que eu vivo e que vocês vivem, e pede seguran-

ça, é a mesma que, muitas vezes, financia esses vagabundos. Uma sociedade hipócrita", disse o prefeito para uma multidão que participava da cerimônia.

■ **FALA MANTIDA** - A declaração de Fernando Jordão gerou revolta entre os moradores da cidade da Costa Verde, que o criticaram duramente. "O prefeito está dizendo que somos hipócritas. Isso é um absurdo", disse uma moradora, por meio de uma rede social, tomada por comentários da população, contrários ao discurso de Jordão. Em nota, a assessoria de imprensa da prefeitura informou que "a fala do prefeito Fernando Jordão está no contexto da segurança pública: é um contrassenso que a sociedade exija a redução da criminalidade e, ao mesmo tempo, alimente o tráfico ao comprar drogas e a pirataria ao adquirir produtos contrabandeados ou falsificados, por exemplo". Ou seja, confirmou a opinião dele de que a sociedade é hipócrita.

■ **IPTU E ISS** - O município de São João de Meriti ainda não definiu se moradores e comerciantes prejudicados pelas chuvas de janeiro poderão ficar isentos do pagamento de IPTU e do ISS (Imposto sobre Serviço). A medida foi solicitada, através de ofício, ao prefeito Dr. João, pelo deputado estadual Léo Vieira (PL), que participou com o governador Cláudio Castro (PL) da entrega da primeira remessa dos cartões Recomeçar, benefício pago pelo Estado, no valor de R\$ 3 mil, à população de baixa renda que foi atingida pelas fortes chuvas que ocorreram no início do ano. Ele pode ser usado para compra de materiais de construção, mobiliário e eletrodomésticos. Em São João de Meriti, a distribuição do Cartão Recomeçar foi realizada na Escola Municipal Professora Graça Grijó, no bairro Vilar dos Teles. Mais de 13 mil moradores da Baixada Fluminense que perderam tudo em suas casas com os temporais do início do ano nos municípios de Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias irão receber o benefício.

■ **SENSIBILIDADE** - O deputado Léo Vieira elogiou a sensibilidade do governador em liberar o benefício, destacando que o cartão não resolve todos os problemas que as pessoas tiveram com a chuva, mas tornou-se fundamental para diminuir o impacto do temporal na vida dos meritienses. "O ofício foi entregue no dia 23 de janeiro ao gabinete do prefeito de São João de Meriti, mas ainda não houve qualquer resposta. O cadastro das famílias que estão recebendo o Cartão Recomeçar poderia ser utilizado para garantir a isenção de IPTU e ISS, mesmo que tardiamente. Qualquer ajuda para quem perdeu tudo demonstra sensibilidade e responsabilidade do gestor público com a população", afirma o deputado Léo Vieira



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Funarj celebra Nelson Motta como curador da Casa Laura Alvim

Produtor musical será o responsável por 18 shows no local como também na Sala Cecília Meireles, na Lapa

É oficial: Nelson Motta é da Casa de Cultura Laura Alvim. O renomado produtor musical e jornalista foi anunciado como o curador dos próximos shows do local, em Ipanema, como também da Sala Cecília Meireles, na Lapa, que tem previsão para ser reaberta em abril.

A contratação, realizada em colaboração com a Fundação de Artes do Rio de Janeiro (Funarj), prevê uma série de 18 apresentações sob a direção do influente Motta, que se estenderão até o dia 30 de novembro.

A solenidade do anúncio teve a presença de autoridades como presidente da Funarj, Jackson Emerick, da secretaria estadual de Cultura e Economia Criativa, Danielle Barros, além da apresentação especial do Coro de Câmara da Escola Villa-Lobos, que apresentaram algumas músicas do espetáculo "Caetano contra o Vento" e do hit do Motta cantando consagrado na voz de Lulu Santos "Como uma Onda". "Estou ansioso para definir nosso primeiro espetáculo e os demais, até em causa própria", brincou Motta.

A cerimônia ocorreu no Teatro da Laura Alvim, na tarde de quarta-feira (3), e teve dedicatória de Emerick. "É uma honra participar deste momento histórico e receber Nelson Motta. Temos uma programação muito bacana na temporada 2024 da Casa de Cultu-



Nelson Motta durante o evento que o anunciou como curador



Discurso de Jackson Emerick, presidente da Funarj

ra Laura Alvim", celebra o presidente da Funarj.

Com o anúncio da curadoria de Nelson Motta, a temporada de shows promete a riqueza cultural do Rio e reafirmando o compromisso com a

promoção da arte e da música brasileira. Beirando os 80 anos neste ano, Motta se firmou como um dos nomes mais proeminentes da indústria musical brasileira, com produções de especiais televisivos, discos e a concepção de eventos.



Após reunião, o presidente do PMN de Petrópolis, Bruno Borsato, anunciou apoio da sigla à pré-candidatura a prefeito de Hingo Hammes (PP)



O ex-secretário Juvenil dos Santos é outro nome que chega para ajudar na coordenação da campanha de Hingo Hammes

Estado do Rio pode ter Hemodiálise em trânsito

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) aprovou, nesta semana, o Projeto de Lei 3126 A/2020 que dispõe sobre a Hemodiálise em Trânsito no estado. A Proposição é de autoria do deputado Estadual Daniel Librelon (REP).

De acordo com o texto, o paciente que por qualquer motivo necessitar locomover-se para qualquer lugar do Estado, poderá solicitar a continuidade do respectivo tratamento em qualquer clínica conveniada com o Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo o autor do projeto, caberá à



Divulgação

clínica de origem, sempre que o paciente manifestar a sua intenção de ausentar-se da sua cidade de origem, informar com antecedência a relação das clínicas na cidade para onde este pretende ir.

"Embora exista a possibilidade de hemodiálise em trânsito, o sistema não fun-

ciona na maioria das vezes. Na verdade, o paciente esbarra em uma enorme burocracia que o impede de realizar a hemodiálise em trânsito quando necessita. Sendo assim, o paciente além de todos os problemas enfrentados com a doença ainda fica impossibilitado de se deslocar por conta do tratamento, o que é bem complicado", detalhou o parlamentar.

Para a Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN), a doença renal crônica (DRC) já pode ser considerada epidêmica, visto que atinge um a cada dez adultos, e a incidência vem aumentando.

Fernando Molica

O triste fim de Sérgio Moro

O pedido do senador Sérgio Moro (União-PR) para uma conversa com o ministro Gilmar Mendes reforça o tamanho do erro que ele cometeu ao migrar para a política: atividade que abraçou, de maneira dissimulada, ainda nos tempos da Lava Jato. Ao largar a toga e virar ministro de Jair Bolsonaro, Moro apenas formalizou sua adesão a uma militância que já exercia.

A tentativa de conciliação com o ministro do Supremo Tribunal Federal foi mais um episódio constrangedor no currículo do homem que chegou a mandar um ex-presidente da República para cadeia. Depois de romper de forma retumbante com Bolsonaro, Moro, isolado politicamente, viu-se constrangido a buscar uma reaproximação com o ex-chefe, a quem acusara de tentar usar

a Polícia Federal em proveito próprio. Acabou virando assessor de palco do então presidente que buscava a reeleição.

Agora, ameaçado de perder o mandato de senador, não se incomodou de engolir outro sapo gigante ao decidir pedir a bênção daquele se transformara no maior inimigo da Lava Jato no STF. Revelado pela jornalista Mônica Bergamo, o encontro com Mendes, de acordo com vários relatos, foi constrangedor para o ex-magistrado.

O juiz que foi visto como herói por boa parte da população foi obrigado a ouvir críticas e ironias pronunciadas no corretíssimo português de Mendes, um magistrado que, diferentemente de Moro, sabe atuar muito bem no campo político. Nomeado para o STF por Fernando Henrique Cardoso, ele tem conseguido,

nesses 22 anos de atuação, manter boas relações com todos os presidentes da República, mesmo com aqueles prejudicados por decisões de sua lavra.

O Mendes que se tornaria crítico implacável da Lava Jato é o mesmo que, em 2016, utilizou um desmando de Moro para cancelar a nomeação de Lula para ministro da Casa Civil de Dilma Rousseff. O então ex-presidente sequer havia sido denunciado pelo Ministério Público e se viu deposto do cargo com base numa gravação ilegal, feita fora do horário determinado pelo então juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba. A canetada de Mendes corroborou a transgressão cometida por Moro e foi decisiva para o impeachment de Dilma.

Diferentemente do senador paranaense, Mendes sabe ler o mapa

político, conhece a movimentação dos astros, sabe diferenciar estrelas de cometas, administra muito bem sua força. Tanto que manteve diálogo com Bolsonaro e se recompôs com Lula, outro que sabe andar no universo sempre mutante do poder.

Mesmo que a Justiça Eleitoral preserve seu mandato, Moro foi ao chão, não vai ser fácil dar a volta por cima. Ao usar o martelo dos tribunais como ferramenta de militância, Moro fez uma espécie de concorrência desleal, marcou gols com a mão. Tentou repetir na política as forçadas de barras e pedaladas processuais que sustentaram a Lava Jato, e se deu mal. Hoje, transita com dificuldades nos universos político e judiciário.

De tanto cometer erros em sua trajetória, o ex-juiz perdeu equilíbrio, não

consegue andar com as próprias pernas, é obrigado usar paredes como apoio, alterna direções, vai pra lá e pra cá. Ele tinha conseguido se reabilitar junto à militância bolsonarista, mas a simpatia demonstrada na sabatina de Flávio Dino, então candidato ao STF, fez novamente desabar seu prestígio na extrema direita. Naquele dia ficou evidente sua busca de algum respaldo na suprema corte do país.

A visita a Mendes ressalta a falta de rumos de Moro. Mostra o tamanho de seu pecado original, o de deixar que a sua ambição e a sua visão ideológica afetassem seu papel de juiz. Seus erros foram tantos que permitiram a anulação de muitas de suas decisões. O jeito agora é seguir o conselho do ministro do STF e se enfiar na Biblioteca do Senado.

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Haddad enfrenta pressões internas e externas

Agência de risco resume a dura tarefa de Haddad

Uma avaliação da agência de classificação de risco S&P Global, divulgada esta semana, ajuda a resumir a angústia do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo a agência, somente um claro compromisso com uma agenda de reformas estruturantes faria com que o Brasil agora conseguisse melhorar suas chances de aumentar seu grau de investimento.

Não por acaso, no mesmo momento em que sai essa avaliação da S&P Global, Haddad fala na necessidade de um pacto entre os poderes para que o país atinja as suas metas no controle das contas públicas. O problema de Haddad é que ele vem sendo bombardeado por vários lados nesse esforço: internamente, no próprio PT, e externamente, no Congresso.

Fogo amigo

No PT, o fogo amigo tem sido uma constante. Parte do partido coloca-se francamente contra o compromisso de meta fiscal, alegando que isso impede o país de crescer e o governo de fazer investimentos. Posição da própria presidente, a deputada Gleisi Hoffmann (PR).

Gastança

Já o Congresso só pressiona por suas verbas e benesses. O último problema para Haddad veio com a decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de deixar caducar a reoneração da folha de pagamento dos municípios. Rombo de R\$ 10 bilhões.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Appy tenta resumir regulamentação em dois projetos

Corrida contra o tempo para regulamentar tributária

Além de segurar as contas públicas, Haddad precisa avançar com as reformas estruturantes. Agora, tem de fazer com que a reforma tributária não seja apenas uma promessa futura impressa no papel da Constituição. A reforma só existirá de fato com a sua regulamentação, com a aprovação dos projetos de lei complementar que de

fato definem as mudanças constitucionais com relação à cobrança dos impostos sobre o consumo. Na quinta-feira (4), Haddad reuniu-se com o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, para tentar fechar os projetos. Não é algo simples. O tempo é curto em ano de eleição municipal.

70 pontos

Há em torno de 70 diferentes pontos da reforma que precisam de regulamentação nos projetos de lei complementar. São questões relacionadas a alíquotas, distribuição dos impostos, compensações a quem eventualmente sairá perdendo. Pontos polêmicos.

Projetos

Para permitir que tudo possa ser discutido e aprovado em tempo até o final do ano, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer que Haddad consiga reunir todos esses pontos em somente dois projetos. Um complicado quebra-cabeças diante de tantos pontos.

Três ou quatro

Nas primeiras versões, Haddad e sua equipe chegaram a falar de quatro projetos. Depois em três. Juntar tudo em dois implicará a formulação de dois projetos imensos. E com diversos pontos que irão gerar discussões com estados, municípios e o setor empresarial.

Lobby

Assim que os projetos chegarem, diversos lobbies irão se instalar. Empresas que pressionarão para ter alíquota menor. Ou nenhuma, entrando na lista da cesta básica. Estados e municípios que reclamarão perda. Enfim, Haddad precisará de muita calma e paciência...

“Fé no Brasil”: a nova estratégia de comunicação

Governo mira em segmentos religiosos, em especial evangélicos

Valter Campanato/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

O governo federal irá mudar as estratégias de comunicação e, ainda neste mês, irá alterar o slogan que representa o governo. “O Brasil Voltou”, slogan que buscava chamar a atenção para o retorno de projetos sociais como o ‘Bolsa-Família’ e ‘Minha Casa, Minha Vida’, sairá de cena, e será substituído por “Fé no Brasil”. A mudança buscar trazer uma aproximação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com o segmento religioso da população, em especial, os evangélicos, maior ponto de fragilidade do governo junto à população. Já dando início a esse discurso, o presidente Lula citou Deus e “milagres” em seu discurso na inauguração de uma obra hídrica em Pernambuco, nesta quinta-feira (04).

As alterações acontecem pouco após o governo ter registrado uma queda na popularidade. A última pesquisa do Instituto Datafolha apontou que, após um ano e três meses depois de ter assumido a presidência pela terceira vez, a gestão de Lula foi avaliada como ótima ou boa por 35% dos entrevistados, ruim ou péssima por 33% e 30% dos entrevistados a consideraram regular. Outras pesquisas recentes também demonstraram queda na popularidade, e o próprio Lula chegou a reconhecer que realmente a população tinha motivos para estar insatisfeita, porque o governo estaria entregando menos do que prometeu. Depois, disso, Lula fez uma reunião ministerial e passou a promover ajustes nas estratégias do governo.

Dentre o segmento dos evangélicos, 43% avaliam o governo como ruim ou péssimo, enquanto 25% o consideram ótimo ou bom. Está nesse segmento o grande desafio que o governo coloca como foco para conquistar.

Segundo o Censo Demográfico 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 50% da população brasileira é católica. Mas esse número vem diminuindo a cada ano e



Fachada de templo evangélico: foco do governo

a tendência é que diminua ainda mais. Os evangélicos representam hoje mais de 30% da população. O Censo ainda aponta que o Brasil tem mais templos religiosos do que a soma de instituições de ensino e unidades de saúde do país. Em 2022, o país registrou 579,8 mil estabelecimentos religiosos, enquanto havia 264,4 mil estabelecimentos de ensino e 247,5 mil de saúde.

A campanha foi elaborada pela Nacional Comunicação, um das agências de publicidade que atendem à Presidência da República. A proposta é que circulem em rádio, TV e redes sociais peças publicitárias que mostrem ações do governo para melhorar a qualidade de vida da população seguindo a frase: “É bom pra todo mundo”, escolhida sob a estratégia de tentar acabar com a ideia de polarização. O modelo será, por exemplo: “Inflação controlada? É bom para todo mundo”.

Vai gerar resultados?

Ao Correio da Manhã, o doutor em ciência política Leandro Gabiati avaliou os anúncios de mudanças como positivos, mostrando que “o governo está ciente dos problemas de comunicação que tem”.

“Seja na forma, no conceito ou conteúdo, a comunicação do governo não está funcionando

bem, principalmente indicando as pesquisas. O governo entendeu que há problemas e que, se há problemas, tem que oferecer soluções – o que é positivo para um governo que está caindo nas pesquisas”, disse.

No entanto, ao ser questionado pela reportagem, Gabiati destacou que ainda é precipitado afirmar se as mudanças de slogan e foco da comunicação vão gerar resultados positivos para o governo federal.

“As pesquisas revelam que o eleitorado evangélico é o mais conservador, mas não necessariamente vota no [candidato Jair] Bolsonaro. Não é uma escolha inocente do governo escolher a palavra ‘fé’, que é muito presente nesse segmento evangélico. Então, só do governo atentar para uma série de questões e implementar mudanças pode ser considerado um ponto positivo”, completou.

O analista político ainda destacou que a mudança de estratégias de comunicação pode representar um discurso e posicionamento mais moderado na condução do governo Lula.

“Em uma análise um pouco da composição social eleitoral e política do Brasil, nós podemos, em grande escala, que 30% do eleitorado é conservador, 30% é progressista e 40% de centro. A

questão é: parte desse eleitorado de centro foi para o Bolsonaro e uma parte um pouco maior foi para o Lula. Esses 40% votam mais contra um candidato do que a favor de outro. Então, esses pouco mais de 20% é o apoio que o Lula está perdendo por falar a favor do Maduro [Nicolás, presidente da Venezuela], a favor do Putin [Vladimir, presidente da Rússia], falar contra Israel. Esse eleitorado de centro mais moderado não gosta de escutar o presidente defendendo essas figuras”, explicou à reportagem.

Comunicação

Na avaliação do analista político, em comparação à gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a comunicação externa do atual governo vem se mostrando inferior e pecando em pontos para cativar o eleitor.

“Sem entrar na questão das ideias da direita e da esquerda, o governo Bolsonaro e a militância de direita mais conservadora está muito mais engajada e, portanto, obtinha melhores resultados durante a época do governo. E continuam de alguma forma, apesar da derrota eleitoral e uma série de eventos políticos que desarticularam um pouco a oposição, eles continuam comunicando melhor” afirmou à reportagem.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Como primeira reação, Lula elogiou Rui Costa

Dessa forma, a delação de Taddeo – caso seja comprovada – revela uma falha na argumentação da defesa de Costa.

Oposição

Apesar da tentativa do presidente Lula em blindar o seu ministro da Casa Civil, a polêmica pode servir como munição para a oposição contra o governo Lula.

Por meio das redes sociais, a ex-ministra da Mulher e dos Direitos Humanos senadora Damaris Alves (Republicanos-DF) questionou quando Rui Costa será exonerado do cargo.

“Abri hoje o Diário Oficial da União para ver se já havia saído a exoneração do ministro da Casa Civil, Rui Costa. Ele era governador da Bahia no período da pandemia e ontem estourou um escândalo. Uma delatora afirmou que ele está envolvido nos desvios de recursos públicos destinados à compra de respiradores. Isso é muito sério. Quantas pessoas morreram por falta do respirador?

Após crise, Lula sai em defesa de Rui Costa

Por Gabriela Gallo

Após o ministro da Casa Civil Rui Costa (PT) voltar a ser palco de polêmica por conta de compras irregulares de respiradores durante a pandemia de covid-19 quando era governador da Bahia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prestigiou o ministro. Nesta quinta-feira (04) durante a inauguração da Estação Elevatória de Água Bruta Ipojuca, em Arcoverde (PE), o presidente Lula elogiou os ministros de seu governo e disse que Rui Costa pode ser classificado como “primeiro-ministro” do Brasil.

“Eu tenho um conjunto de ministros muito competentes. Esse aqui que é o chefe da Casa Civil é como se fosse o primeiro-ministro [do país]. Foi governador da Bahia durante oito anos, foi chefe de gabinete da Casa Civil do Jacques Wagner e agora é o meu ministro-chefe da Casa Civil”, disse o presidente, apontando para Rui Costa.

A declaração do presidente da República indica uma tentativa de blindar o ministro, especialmente porque o discurso aconteceu um dia após Rui Costa voltar a ser alvo por uma compra que fez quando era governador da Bahia e presidente do Consórcio Nor-

deste, durante a pandemia. A empresária Cristiana Prestes Taddeo, da empresa Hempcare, fechou um acordo de delação premiada, na qual acabou envolvendo diretamente o ministro. Em 2020, Rui Costa pagou R\$ 48 milhões à Hempcare pela compra de 300 respiradores, que intermediaria a aquisição. A empresa é especializada na comercialização de medicamentos à base de cannabis e não tinha nenhuma experiência ou qualificação na importação de respiradores pulmonares. Rui Costa pagou pelo serviço adiantado, mas os equipamentos nunca foram entregues e o dinheiro nunca voltou aos cofres públicos.

Ainda no acordo de delação premiada, a empresária disse que a Polícia Civil da Bahia omitiu propositalmente o nome do então governador. As informações são do site UOL, divulgadas nesta quinta-feira (4). De acordo com Taddeo, os agentes que estavam à frente da investigação se recusaram a transcrever as citações ao nome do governador nos termos de depoimento durante a investigação.

Foi o próprio Rui Costa quem determinou a abertura de inquérito pela Polícia Civil sobre a compra dos equipamentos que jamais foram entregues. Inclusive, esse é o argumento da sua defesa.

Prisão de fugitivos é uma vitória para Lewandowski?

Criminosos foram presos somente após 51 dias de operação

Por Ana Paula Marques

Com 51 dias de uma operação que envolveu a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Penal e até mesmo a Força Nacional de Segurança Pública, os dois homens que fugiram da penitenciária federal de Mossoró, em Rio Grande do Norte, foram encontrados e presos na última quinta-feira (4).

Os fugitivos Rogério da Silva Mendonça, de 35 anos, e Deibson Cabral Nascimento, de 33, foram encontrados em outro estado, no Pará, a cerca de 1.600 km de Mossoró. Junto com eles, foram apreendidos um fuzil AR-15, dois carregadores de munições cheios e oito celulares.

Os esforços do Ministério da Justiça e da Segurança Pública levaram à montagem de uma força-tarefa de cerca de 500 agentes. Assim, apesar da declaração do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, de que a recaptura foi “uma vitória do Estado brasileiro”, especialistas avaliam que os parabéns, se cabem, devem ser direcionados para a polícia e não ao chefe da pasta.

Presente de grego

Para o especialista em Segurança Pública, Leonardo Sant’Anna esse “não é o momento em que deve haver qualquer tipo de entendimento de vitória e de comemoração”. Ele defende que a prisão deve ser vista como um resultado oferecido pelas forças de segurança pública, em especial as federais. Contudo, os 51 dias para a captura de fugitivos de um presídio de segurança máxima é um prazo “muito longo”.



Lewandowski comemorou a prisão dos fugitivos

“São quase dois meses. Isso demonstra que o ministro Lewandowski recebeu um presente de grego, um desafio que é muito maior do que ele imaginava. Desafio não apenas de reformulação dos presídios federais, mas também de uma reformulação dos procedimentos operacionais para que se tenha montado uma atividade eficiente de busca e captura”, explica.

Desde que Lewandowski assumiu o Ministério da Justiça que se questionam a competência do chefe da Pasta na segurança pública. Apesar de ser reconhecido como um ministro de grande experiência no Judiciário, ele carrega o mesmo fardo de seu antecessor, Flávio Dino, um ministro que é mirado pela oposição que usa as falhas do governo como um grande argumento para minar a reputação do Executivo. O argumento é que um governo de esquerda não tem um projeto de segurança pública.

Sem plano

Para Leonardo Sant’Anna, não havia logística adequada ou um plano que estabelecia o que deveria ser feito caso houvesse uma fuga. “O que devemos louvar é o que os agentes de segurança pública fizeram sem nenhum desses componentes. Temos um resultado a partir dessas falhas, ações quase individuais das polícias que trabalharam sem um plano geral estabelecido pelo ministério”, explica.

Agora, a Polícia Federal investiga se houve facilitação na fuga. Já se sabe, por exemplo, que uma obra que vinha sendo realizada no presídio pode ter contribuído para a empreitada da dupla, e que, possivelmente, a facção criminosa Comando Vermelho (CV) estaria envolvida, já que os criminosos são integrantes do grupo.

Para o advogado especialista em segurança pública Berlinque Cantelmo, a fuga demonstra três vertentes preocupantes.

“Em primeiro lugar, a ação foi bem planejada por facções criminosas sem que houvesse uma monitoração e antecipação das forças de segurança pública. Em segundo, a tão sonhada integração entre forças policiais ainda não se materializou ou não atingiu níveis de excelência que proporcionem efetividade em ações de combate ao crime organizado”, explica.

Para ele, em terceiro lugar, o que preocupa é a composição atual trazida pela gestão Lewandowski ao ministério. “A composição precisa ser mais bem testada em termos de empoderamento repressivo qualificado e capacidade de operacionalização de recursos, pois, até então, o que percebemos é a alocação de muitos membros oriundos do Ministério Público em funções que passam longe de suas experiências, incluindo aquelas que demandam expertise operacional e inteligência de campo”, avalia.

Prates pode deixar Petrobras

Por Ana Paula Marques

Após uma sequência de desentendimentos com o ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, pediu uma reunião “definitiva” com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para discutir sua situação no cargo.

Apesar de não ter uma data específica para o encontro, o rumor de que o comando da maior estatal do Brasil será trocado vem crescendo, o nome que ganha força para ocupar o lugar de Prates é o de Aloizio Mercadante, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Prates estaria insatisfeito com a falta de apoio de Lula aos ataques que tem recebido de integrantes do governo, especialmente Alexandre Silveira, e caso não tenha um respaldo maior do Executivo, a possibilidade é de que ocorra um pedido de demissão.

Por isso, um dos principais pontos que Prates pretende levar a Lula seria a suposta interferência de Silveira sobre o conselho da companhia.

O presidente da estatal ironizou os rumores de sua saída da empresa em uma postagem na rede social X (antigo Twitter). Na imagem postada, um interlocutor pergunta se ele vai sair da estatal. A resposta de sua assessoria foi a seguinte: “Acho que após às 20h20. Vai para casa jantar...E amanhã às 7h09 ele estará de volta na empresa, pois sempre tem a agenda cheia”.



Prates vem se desentendendo com ministro

Escalada da Crise

Desde o início do terceiro mandato de Lula, o relacionamento entre Prates e Silveira é marcado por embates. Os temas que rondam essa crise entre os dois são relacionadas com a pauta do governo, como preços dos combustíveis, distribuição de dividendos e retomada de investimentos da companhia.

As disputas entre os dois se concentravam inicialmente em aspectos técnicos, como a reinjeção de gás natural em poços de petróleo. As desavenças a partir daí só foram aumentando.

A saída de Prates passou a ser ventilada publicamente após a crise ocorrida na discussão sobre a distribuição dos dividendos da Petrobras. O Conselho de Administração da

empresa resolveu reter os R\$ 43 bilhões de lucros, colocados em uma reserva, em vez de pagar dividendos, o que foi interpretado pelo mercado como uma intervenção do governo na empresa, produzindo desvalorização nos preços das ações da estatal. Na época, Silveira propôs reter 100% dos ganhos extras, Prates tentou uma solução que agradasse ao mercado e à União, reter apenas metade dos proventos para reserva e distribuindo a outra metade. Derrotado na discussão, Prates se absteve na reunião do conselho, o que à época gerou a irritação de Lula.

Na linha dessa recente crise, em uma entrevista ao jornal Folha de São Paulo, o ministro Silveira reconheceu o conflito entre os dois.

“Sempre tive debates acalorados, verdadeiros. Mas debates transparentes sobre o que eu, como governo, defendo na Petrobras; e o presidente da Petrobras, naturalmente, defende como presidente de uma empresa. Os papéis são diferentes. Por isso há um conflito”, afirmou.

Na ocasião, ele criticou a postura de Prates em relação ao pagamento de dividendos extraordinários da Petrobras, ele também afirmou que se Prates tivesse seguido a orientação do governo, “não teria tido tanto barulho”. Além disso, o ministro da pasta de Energia também chegou a declarar que é possível agradar ao mercado e governo com “humildade, discrição e competência”. Perguntado se estava chamando Prates de incompetente, o ministro respondeu: “Deixo essa avaliação para o presidente Lula”.

Outro nomes

Além de Mercadante, outros nomes já vinham circulando no mercado como possíveis sucessores do executivo, como o da ex-diretora-geral da Petrobras, Magda Chambrí. Além dela, circularam os nomes de Miriam Belchior, ex-ministra-chefe da Casa Civil; Bruno Moretti, atual conselheiro da Petrobras, e Rodrigo Dubeux, secretário-executivo-adjunto do Ministério da Fazenda e candidato ao conselho de administração da companhia.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Reprodução/Prefeitura municipal



Estátua do Menino Deus no centro de Marituba

Cidades que devem ao INSS têm muitos funcionários

Pequenas cidades, grandes débitos com a Previdência Social. Consultas feitas pela coluna no site da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do IBGE e de prefeituras indicam que os débitos milionários de municípios com o INSS estão relacionados com a quantidade de servidores públicos — cada funcionário gera a obrigação de pagamentos para a Previdência.

Segundo a PGFN, a prefeitura que mais deve ao INSS é a de Marituba (PA), o espeto chega a R\$ 320 milhões. A cidade tem 111.785 habitantes: segundo o IBGE, em 2021, apenas 18.857 (13,88%) do total, estavam ocupadas. Destes, segundo dados da folha de pagamento do décimo terceiro salário da prefeitura, 6.030 (32%) trabalhavam para o município.

Dívida garantida

A conta na Previdência de Parintins (AM) exhibe o vermelho do boi Garantido e proporções amazônicas. Segundo maior devedor do INSS entre os municípios, sua dívida chega a R\$ 305 milhões. Dos 96.372 habitantes, apenas 8.340 estavam ocupados, um percentual de 7,16%.

Quase metade

Em 2024, segundo dados da própria prefeitura, 3.907 pessoas trabalham para o município. O total representa 47% do pessoal que, de acordo com o IBGE, estava ocupado em 2021. Como os dados tratam de anos diferentes, a conta não é exata, mas indica uma tendência.



Em São Paulo, pequena proporção de servidores

Percentuais menores no Rio e em São Paulo

Os percentuais de funcionários municipais das duas maiores cidades do país, São Paulo e Rio, correspondem, respectivamente, a 2,1% e 5% da população ocupada. Se, como a de Marituba, a prefeitura paulistana empregasse 32% dos trabalhadores de seu território teria 1,872 milhão de servidores públicos na folha.

No interior, as prefeituras são as principais empregadoras — em Parintins, há maior concentração de trabalhadores nas áreas de educação, saúde e obras públicas. As prefeituras de Canavieiras (BA), Eunápolis (BA) e Pinheiro (MA) também têm débitos superiores a R\$ 250 milhões com o INSS.

Ameaça

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ameaçou recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que diminuiu, de 20% para 8%, a contribuição patronal de municípios com até 156 mil habitantes.

Mudanças

A redução foi aprovada pelo Congresso no ano passado, no rastro do projeto que diminuía a contribuição de empresas de 17 setores. No fim de 2022, o governo editou medida provisória que restabelecia os 20%, mas a mudança acabou sendo retirada por Pacheco.

Ironia com erro

Jean Paulo Prates reagiu com ironia aos boatos de que deixará a presidência da Petrobras. Publicou no X suposto diálogo em que alguém pergunta se ele sairá da empresa. O interlocutor responde que sim, depois das 20h02. Ah, o nome da Petrobras foi escrito com acento no “a”.

Krenak na ABL

Lula não deve ir, hoje, à posse do escritor Ailton Krenak na Academia Brasileira de Letras. Mas dois ministros já confirmaram presença na cerimônia que marca a entrada do primeiro indígena na ABL: Silvío Almeida, dos Direitos Humanos, e Margareth Menezes, da Cultura,

CORREIO ECONÔMICO



Treta entre mandatário e subordinado sem paradeiro

'Saída iminente' de Prates derruba ações da Petrobras

Uma verdadeira 'montanha russa'. Assim pode ser descrita a trajetória volátil descrita pelas ações da Petrobras (PETR4) nessa quinta-feira (4), à medida que cresciam rumores no mercado em torno da queda iminente do CEO da petroleira, Jean Paul Prates, que estaria sendo 'fritado' por setores do governo, por ser favorável à distribuição de dividendos extraordinários pela

companhia. Após breve alta de 2% pela manhã, os papéis da estatal despencaram, com o boato de que Prates seria substituído pelo atual presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. Como resultante do imbróglio petista a ação preferencial (PETR4) caiu a R\$ 34,98, por volta de 12h10, enquanto a ação ordinária (PETR3) descia 0,53% a R\$ 39,10.

'Fogo amigo'

Antes da derrocada das ações da estatal, Prates havia solicitado uma audiência com o presidente, visando 'dar um basta' aos ataques desferidos pelo 'fogo amigo' dos ministros Alexandre Silveira e Rui Costa, de Minas e Energia e Casa Civil, respectivamente.

'Agenda cheia'

'Jogando água' na fervura (ou na fritura), sem perder tempo, Prates partiu para o contra-ataque ante seus detratores ministeriais, ao ironizar a iminência de sua saída da Petrobras: "Acho que após às 22h02, vai para casa jantar, pois amanhã (sexta, 5) tem agenda cheia".



Resultado negativo da soja e petróleo determinou revés

Superávit comercial tem 'tombo' de 30% em março

Devido à queda das vendas externas de itens fundamentais da pauta exportadora tupiniquim, como soja e petróleo, o superávit da balança comercial brasileira registrou 'tombo' de 30,4% em março último, para US\$ 7,5 bilhões, ante o mesmo mês do ano passado, quando somou US\$ 10,75 bilhões.

Segundo dados do MDIC, esse resultado adverso também teria sido influenciado pelo menor número de dias úteis do mês. Já no comparativo entre os três primeiros meses do ano (1T24) – US\$ 19,07 bilhões – e o mesmo período do ano passado (1T23) – US\$ 15,6 bilhões, houve crescimento de 22,2%.

Soja e petróleo

Enquanto as exportações de soja somaram US\$ 5,39 bilhões em março, ou queda de 26,7%, ante o mesmo mês de 2023, de US\$ 7,36 bilhões, as vendas externas do petróleo caíram 35,5%, de US\$ 3,52 bilhões, ante US\$ 5,52 bilhões, respectivamente, no mesmo comparativo.

Freio exportador

Como resultante do 'freio' exportador nacional, o MDIC projetou redução, de US\$ 94,4 bilhões para US\$ 73,5 bilhões, do superávit comercial para este ano. Esse montante contrasta com o atingido no ano passado, de US\$ 98,9 bilhões, o que corresponde a uma queda de 27,5%.

Retomada firme

Uma volta por cima. É como classificou o mercado a performance dos fundos de crédito, que registraram captação líquida de R\$ 31 bi líquidos no primeiro trimestre deste ano (1T24). Tal viés positivo supera o 'cataclismo' de 2023, protagonizado por Americanas e Light.

Renda fixa

Levando em conta o acumulado do primeiro trimestre (1T24), a liderança do ranking de depósitos líquidos foi assumida pelos fundos de renda fixa duração livre crédito livre, cujo volume líquido atingiu R\$ 29,4 bilhões, embalado pelo melhor retorno dos produtos.

Sobe a 78,1%, percentual de famílias endividadas no país

Redução dos juros é apontada pela CNC como fator determinante

Por Marcello Sigwalt

Sob o incentivo enganoso da queda dos juros (leia-se, da taxa básica de juros, a Selic), o percentual de famílias brasileiras endividadas cresceu em março último, passando a 78,1%, entre aquelas com dívidas a vencer, o que representou um aumento de 0,2 ponto percentual (p.p.) em relação ao mês anterior, aponta a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), elaborada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Segundo o presidente da entidade, José Roberto Tadros, "o momento mais favorável dos juros, com menor custo, tem contribuído para uma maior demanda das famílias por crédito, sobretudo, parcelado".

Pelo critério que classifica consumidores 'muito endividados', o estudo mostrou avanço de 0,1 p.p., fato que interrompe a sequência declinante dos últimos quatro meses. Em contrapartida, o contingente de famílias consideradas 'pouco endividadas' avançou 0,2 p.p., no mesmo comparativo mensal.

Ao mesmo tempo, também subiu 0,5 p.p. a quantidade de famílias com dívidas atrasadas,



Baixa de juros incentivou 'ida às compras' por famílias já endividadas

após cinco meses de recuo, equivalendo a 28,6% das famílias, embora tal patamar ainda esteja abaixo de idêntico mês do ano passado (29,4%).

Já na avaliação da economista da CNC, Izis Ferreira, "a alta da inadimplência também é vista pelo crescimento do percentual de famílias que afirmam que não terão condições de pagar as dívidas atrasadas em março, que é o grupo mais complexo dos inadimplentes. Nesse caso, o percentual já supera o

do mesmo mês do ano passado".

Se considerado o estrato familiar de baixa renda (até 3 salários mínimos), este foi o maior responsável pelo crescimento do indicador, mediante um patamar de 79,7%, que representa uma alta mensal de 0,5 p.p. e anual de 0,8 p.p. Por sua vez, a categoria 'outros grupos' apresentou redução ou estabilidade percentual.

Levando em conta o grupo de famílias sem condições de pagar dívidas em atraso, a ele-

vação percentual ocorreu apenas nas faixas intermediárias (de três a cinco e de cinco a dez salários mínimos).

A constatação da CNC é que a faixa de renda mais baixa mostrou maior necessidade de recorrer ao crédito, como também dificuldade para amortizar tais dívidas. Entretanto, houve melhora no indicador relativo à expectativa de pagamento das contas em atraso, em decorrência de programas sociais e de auxílio ao crédito.

Incerteza na troca de comando no BC põe em risco controle da inflação

Por falar em ruídos – termo largamente empregado pelo, ainda, presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, ao se referir às suas tretas com o governo petista – o ruído da hora é justamente a indefinição quanto ao 'timing' de quando ocorrerá a troca no comando da autoridade monetária, que poderia ser antecipada, segundo admitiu o próprio, ao longo dessa semana.

O impasse cronológico agora põe em risco, justamente, a principal tarefa do BC: a convergência da inflação à meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), segundo o chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), José Júlio Senna.

De acordo com a última projeção do boletim Focus, o IPCA deverá chegar a 3,75% no final de 2024, pouco acima da meta de 3% do CMN. Outro 'ruído', observa Senna, estaria relacionado à insegurança quanto ao futuro das contas públicas.



Ex-diretor do BC identifica a existência de 'ruídos' na luta contra inflação

De acordo com Senna, ex-diretor do BC, a 'desancoragem' das expectativas de inflação pressupõe o 'temor' dos investidores, de que o Copom reduza o 'empenho' de conduzir a taxa inflacionária à meta, devido à mudança no comando do BC.

As expectativas de inflação de 2026 e 2027 se mantêm 'estacionadas' em 3,5% há 39 semanas, mesmo patamar mantido, há 29 semanas, para 2025.

Sobre este fato, Senna diz que as projeções do IPCA haviam começado a cair, pouco antes da meta de 3% para este ano ser confirmada pelo CMN, no final de junho de 2023, mas logo pararam em 3,5%.

"Se houvesse confiança plena, teriam convergido para os 3%. Mas não convergiu", comenta o chefe do Ibre, para quem o problema da transição no comando do BC não tem a ver propriamente com os no-

mes dos cotados. "É mais uma questão da incerteza que provoca", emenda.

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, Senna explicou que "as expectativas estão desancoradas por dois fatores: dúvidas sobre o futuro das contas públicas e incertezas associadas à troca de comando no BC. O problema é que o BC não controla esses dois fatores", os quais possuem 'cunho' expressamente político. (M.S.)

CVM investigará volatilidade estatal

Por Nicola Pamplona (Folhapress)

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) abriu nesta quinta-feira (4) um processo administrativo para investigar divulgações de notícias sobre a Petrobras, que passou o dia alvo de especulações sobre troca no comando e sobre a distribuição de dividendos extraordinários.

A autarquia, porém, não informa quais informações são alvo do processo, que trata da supervisão de notícias, fatos relevantes e comunicados. Em geral, esse tipo de processo questiona a demora de empresas em

se posicionar sobre notícias que impactam o valor das ações.

Os papéis da Petrobras tiveram forte oscilação durante o pregão da B3 desta quinta. Abriram em alta com o aumento do preço do petróleo. Mas passaram a cair com especulações sobre eventual demissão do presidente da companhia, Jean Paul Prates.

Voltaram a subir após notícias de que o governo chegou a um acordo para distribuir dividendos extraordinários retidos em março e recuaram novamente, fechando o dia em queda de 1,41% (as ações preferenciais).

Confusões na divulgação de informações sobre a estatal já foram alvo de críticas de investidores privados. Em março, após o anúncio da retenção de dividendos, o presidente da Associação de Investidores no Mercado de Capitais, Fabio Coelho, disse ver "grave ruído" entre empresa e governo.

A sensação, disse Coelho, é de que os canais institucionais da empresa não estão sendo respeitados, já que ministros e o próprio presidente têm se manifestado sobre a companhia. "Isso influencia o mercado de maneira negativa, trazendo volatilidade absolutamente des-

necessária", escreveu.

Nesta quinta, vazaram informações de que os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Silveira (Minas e Energia) mudaram de posição em relação à distribuição dos dividendos extraordinários.

Antes resistentes, agora estes se mostram favoráveis à distribuição do dinheiro a acionistas.

A posição dos dois se alinha à do ministro Fernando Haddad (Fazenda), mas a decisão final será tomada pelo presidente Lula, com base na análise dos riscos para a execução do plano de investimentos da estatal.

CORREIO ESPORTIVO

DE VOLTA?

O tetracampeão mundial de Fórmula 1 Sebastian Vettel deixou o grid em 2022, mas sua despedida pode não ser definitiva. Em entrevista à Sky Sports News, ele disse estar "potencialmente" no mercado de pilotos em 2025. "Estou procurando por um assento? Depende do pacote como um todo. Não me aposentei da F1 pensando em voltar, mas também disse que não era possível para ter certeza absoluta. E acho que isso continua valendo", disse.



Vettel pode voltar à Fórmula-1

Vettel pode aparecer na Mercedes

Vettel conversou com Toto Wolff, chefe da Mercedes. A equipe quer substituir Lewis Hamilton, que assinou com a Ferrari. "Precisaria de algumas ligações e negociações para entender melhor a situação. Mas com certeza é um

dos melhores assentos no grid. Tem um ótimo histórico, sofrendo um pouco nos últimos, mas mesmo piorando ainda é segunda ou terceira nos (Campeonatos de) Construtores, não é como correr em uma terra de ninguém".

Desfalque

Depois de perder Paulinho e Jair por ruptura ligamentar, foi a vez de Payet, o craque do Vasco sofrer uma entorse no ligamento colateral medial do joelho, que deve tirá-lo de campo por 4 semanas.

Treino

Depois da atuação tenebrosa na Libertadores, o Botafogo terá seu primeiro treino com o novo técnico, o português Artur Jorge, nesta sexta-feira (5). Isso porque o elenco teve folga na quinta (4).

Top 5

Mesmo sem bater o recorde de Mazarópi, do Vasco (1.883 minutos), de goleiro com mais minutos sem sofrer gol, Rossi, do Flamengo, ficou com a quinta maior sequência da história (1.134 minutos).

Surpresa

Felipe Melo valorizou o ponto conquistado pelo Fluminense no empate com o Alianza Lima, no Peru, mas disse que o Flu foi surpreendido pelo jogo do adversário e prometeu que o time vai melhorar.

Prestou depoimento à Civil

Textor diz que apresentou provas de manipulações no futebol

O empresário americano John Textor, dono da SAF do Botafogo, prestou depoimento na quarta-feira (3) na Cidade da Polícia, no Rio Janeiro, sobre suas acusações de manipulação de resultados em partidas de futebol do Campeonato Brasileiro.

Acompanhado de três advogados, ele falou com os agentes por cerca de três horas. A Polícia Civil, por meio da Delegacia do Consumidor, instaurou inquérito, após manifestação do MP-RJ. O caso tramita no GTT Desporto (Grupo Temático Temporário).

Em entrevista à TV Globo ao chegar ao estádio Nilton Santos, onde o Botafogo estreou também nesta quarta na Libertadores, Textor afirmou que apresentou provas de suas acusações.

"Eu fui à delegacia, comecei o processo, entreguei provas, dei meu depoimento. Eu tenho muito mais provas do que um rela-



Vitor Silva/Botafogo

No Rio, John Textor prestou depoimento à Polícia Civil

tório da Good Game", disse ele à emissora. "É um dia maravilhoso. Falei com investigadores independentes e razoáveis que não pareceram estar torcendo por clube nenhum. É muita informação, são meses de coleta de dados. É muito o início de um processo muito saudável", acrescentou.

A Good Game citada pelo empresário é uma empresa francesa que tem feito análises nos jogos do Campeonato Brasileiro por meio da utilização da inteligência artificial, ferramenta defendida por Textor.

O dono da SAF do Botafogo também voltou a criticar o STJD

(Superior Tribunal de Justiça Desportiva), que o denunciou por suas declarações e exigiu a exibição de provas, o que ainda não ocorreu.

Também nesta quarta-feira, o tribunal deu um prazo de três dias para ele apresentar as provas que diz ter contra jogadores de Fortaleza e São Paulo que, segundo ele, estariam envolvidos na manipulação de resultados.

"Eu entreguei há semanas provas completas de manipulação de resultados. Os nomes foram omitidos para proteger a identidade dos jogadores envolvidos. Eu me importo com a lei. Se alguém está envolvido num escândalo de manipulação, essa pessoa também tem direitos. Não consigo entender como o STJD, que tem processos não confidenciais, continua pedindo provas", afirmou o empresário.

Recife recebe Jogos Universitários

A cidade de Recife, em Pernambuco, recebe desde a última segunda (1º) a primeira edição de 2024 dos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), competição que reúne mais de mil estudantes de 33 instituições de ensino superior de 16 estados do Brasil e que disputam partidas de futebol, Fut 7, Rugby 7 e X2 (nova modalidade que reúne apenas dois jogadores de linha e um goleiro). Na quarta (3) foram definidas as equipes classificadas para as quartas de final da maior parte das modali-

dades. As finais serão disputadas no próximo sábado (6).

Segundo o presidente da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), Luciano Cabral, a primeira edição do evento neste ano está sendo usada "para desenvolver e dar mais visibilidade a alguns projetos que impactam diretamente o fomento do esporte universitário e algumas políticas".

A CBDU realiza uma ação focada na igualdade de gênero, passando a oferecer em 2023 hospedagem no JUBs Futebol,

Fut 7, Rugby e X2 para todos os times femininos. Já as equipes masculinas têm apenas direito ao benefício caso também inscrevam o time feminino na mesma modalidade.

O evento está sendo realizado dentro de comunidades da cidade, em campos revitalizados pela Prefeitura de Recife, que realiza o evento em conjunto com a CBDU.

"Colocamos o JUBs em arenas, em campos, perto das comunidades nas quais existe desfavorecimento social. O

objetivo é que jovens, crianças, aqueles que ainda não estão na faixa etária universitária, ou mesmo na idade universitária, possam acompanhar os jogos, possam conviver com os atletas, tenham a oportunidade de ver que existe uma possibilidade de alcançar o curso superior, uma formação, por serem atletas", declarou Luciano Cabral.

Os JUBs são abertos e gratuitos ao público. Além disso é possível acompanhar a transmissão pelo canal no YouTube da CBDU.

INTERNACIONAL

CORREIO NO MUNDO

RECUSOU

O governo taiwanês recusou a oferta de ajuda feita pelo governo chinês, após o terremoto que atingiu a ilha na última quarta-feira (3), deixando pelo menos dez mortos.



Terremoto atingiu a ilha

Via agência estatal

Xinhua, o Escritório de Assuntos de Taiwan, órgão de Pequim voltado às relações com a ilha, havia expressado "sinceras condolências aos compatriotas afetados pela catástrofe" e o "desejo de prestar ajuda".

Taiwan fala em guerra psicológica

Via agência estatal CNA, o Conselho de Assuntos Continentais, órgão de Taipé para as relações com Pequim, respondeu: "Nós agradecemos muito a preocupação, mas não há necessidade de o lado continental nos ajudar no

socorro". Posteriormente, o ministério taiwanês do exterior divulgou, que "condena o uso desavergonhado do terremoto pela China para conduzir operações cognitivas", de suposta guerra psicológica.

Civis mortos I

A ONG de direitos humanos Human Rights Watch (HRW) acusa Israel de bombardear um prédio residencial na Faixa de Gaza e matar 106 civis, no que a organização diz se tratar de um "aparente crime de guerra".

Sem retaliação

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, advertiu o Irã de uma possível retaliação se Teerã atacar Israel, num contexto de tensões regionais crescentes após ataque ao consulado iraniano em Damasco, Síria.

Civis mortos II

A investigação diz respeito a um ataque aéreo a um edifício de seis andares ao sul do campo de refugiados de Nuseirat, em outubro de 2023, menos de um mês desde que o Hamas matou cerca de 1.200 pessoas em Israel.

Condenação

O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos condenou a França pelas condições de vida indignas dos argelinos que lutaram pela França nos campos de refugiados após saírem da Argélia nas décadas de 1960 e 1970.

Velhos e novos problemas

Otan faz 75 anos renovada pela Guerra da Ucrânia e Trump

Quando a Otan fez 70 anos, em 2019, seus integrantes, como de costume, não pareciam falar a mesma língua e revelavam fraturas da aliança militar ocidental.

O vaticínio de que o grupo estava em "morte cerebral", como disse Emmanuel Macron naquele ano, era rejeitado pela primeira-ministra alemã Angela Merkel; o ambíguo líder turco, Recep Tayyip Erdogan, entrava em rota de colisão com a aliança por ações na Síria e desejos atômicos; e do outro lado do Atlântico havia Donald Trump, então presidente da potência que coordena a Otan e crítico da organização.

É novamente o americano que lança uma sombra nos 75 anos da Otan, completados nesta quinta-feira (4), com declarações recentes de que, se eleito novamente à Casa Branca em novembro, não protegeria de uma eventual invasão aliados de que não cumprissem



Reprodução

É novamente o americano que lança uma sombra nos 75 anos da Otan

metas de gastos de defesa estabelecidas pela organização o Artigo 5 da aliança prevê defesa mútua dos integrantes em caso de ataque.

O risco de fratura, no entanto, pega a Otan em momento diferente de cinco anos atrás, agora renovada pelo mesmo inimigo existencial que mo-

tivou sua criação em 1949: o expansionismo russo (soviético na ocasião). Naquele fim de década, os vencedores da Segunda Guerra Mundial vislumbravam suas grandes diferenças ideológicas e o início da Guerra Fria.

Hoje, o resultado até aqui da guerra territorial lançada pelo presidente russo, Vladi-

mir Putin, contra a Ucrânia em fevereiro de 2022 tem sido o oposto do que ele almejava em relação ao Ocidente: a Otan cresceu, renovou seus votos de união e mascara desavenças internas com financiamento a Kiev, um não membro.

Por: Guilherme Botacini (Folhapress)

Milei quer espécie de Escola sem Partido

A disputa pelo que se ensina em sala de aula bate à porta das escolas argentinas. O governo Milei anunciou nesta quinta-feira (4) que submeterá ao Congresso um projeto para modificar a Lei de Educação e "penalizar o doutrinamento feito nas escolas".

Nas palavras do porta-voz da Presidência, o economista Manuel Adorni, "é triste ver conteúdos e atos em escolas repletos de militância ideológica". Coincidentemente, ou

não, também nesta quinta-feira o país teve uma paralisação de docentes escolares e universitários.

Ainda segundo Adorni, que falava na Casa Rosada, o Ministério do Capital Humano, uma super pasta que sob Milei unificou Educação e Trabalho, entre outros, irá criar um canal de denúncias para que pais e alunos "relatem doutrinação e atividade política nas escolas."

Por: Mayara Paixão (Folhapress)

Biden pede mudança de postura de Israel

O presidente Joe Biden alertou o primeiro-ministro israelense Binyamin Netanyahu que a continuidade do apoio dos EUA depende de Tel Aviv tomar ações "específicas, concretas e mensuráveis" para lidar com ataques a civis, sofrimento e a segurança de trabalhadores humanitários em Gaza.

Biden afirmou ainda a necessidade de um cessar-fogo imediato para estabilizar a região.

Questionado sobre o que

isso significa, o secretário de Estado, Antony Blinken, afirmou a jornalistas em Bruxelas que "se não virmos as mudanças que precisamos ver [por Israel], haverá mudanças na nossa política".

A conversa entre os líderes ocorre após Israel atacar um comboio de ajuda humanitária da ONG World Central Kitchen (WCK), matando sete pessoas, na última segunda.

Por: Fernanda Perrin (Folhapress)

Gasto do turista estrangeiro bate recorde histórico em fevereiro

Valor deixado no Brasil por visitantes de outros países foi de R\$ 3,4 bilhões

Turistas internacionais deixaram no Brasil, no mês de fevereiro de 2024, US\$ 673 milhões, o equivalente a R\$ 3,4 bilhões na cotação do dia. O valor divulgado pelo Banco Central (BC), na manhã desta quinta-feira (4), é o mais alto da série histórica para o período até agora. Em relação a fevereiro de 2023, quando os gastos dos visitantes estrangeiros foram de US\$ 530 milhões, o crescimento foi de 26,9%.

Conforme informou o Ministério do Turismo, o último recorde tinha sido batido em 2018, antes da pandemia de covid-19, quando visitantes internacionais gastaram no Brasil, durante o mês do carnaval, US\$ 611,5 milhões. O recorde deste ano supera o número anterior em 10,1%.

“São excelentes resultados, já nos primeiros dois meses deste ano, dando largada para um 2024 com uma atividade turística forte e que contribuirá, ainda mais, com a economia brasileira e com a geração de renda e de empregos. Lançamos também o PATI, com incentivos para quem ampliar voos para o Brasil e vamos continuar investindo nas feiras e eventos internacionais, ampliando a visibilidade dos atrativos brasileiros”, ressaltou o ministro do Turismo, Celso Sabino.

No acumulado dos dois primeiros meses, que somam o verão brasileiro e o Carnaval, a entrada de divisas estrangeiras foi de US\$ 1,47 bilhão, crescimento de 30% em relação ao mesmo período de 2023, quando o valor foi de US\$ 1,13 bi. No total, foram US\$ 340 milhões a mais, sendo o melhor bimestre do setor do turismo



Alexandre Macieira | Riotur

Turistas durante visita ao morro do Corcovado, com vista panorâmica da cidade do Rio

da série histórica.

“Esse resultado consolida uma tendência de crescimento que começou no ano passado. Em janeiro batemos recorde histórico e agora em fevereiro, não só batemos o recorde, como aumentamos significativamente a diferença do melhor resultado até então”, comemora o presidente da Embratur, Marcelo Freixo. “O turismo gera emprego e renda lá na ponta, nos municípios, e é um setor majoritariamente de pequenas empresas. Isso representa mais desenvolvimento para as famílias e mais dinheiro circulando na economia”, reforça.

Visitantes

O mês de fevereiro também teve o terceiro maior registro de entradas de turistas internacionais de todos os tempos, conforme divulgado pela Embratur em 22 de março. Foram 833.306 visitantes do exterior no período, um crescimento de 10,2% em comparação a 2023, quando entraram no país 755.842 viajantes. E no acumulado dos primeiros dois meses, o registro de entradas estrangeiros ficou em 1,79 milhão.

A soma de janeiro e fevereiro é 3,64% maior que o 1,7 milhão registrado no mesmo período de 2023.

A chegada de turistas do Chile e da França foram as que apresentaram o maior crescimento no mês, de 77,7% e 49,1%, respectivamente. Na série histórica, o número de visitantes internacionais em fevereiro de 2024 foi o terceiro maior já registrado, inferior apenas ao do mesmo mês de 2018, 868 mil, e de 2017, 863 mil.

O registro de entradas de turistas é feito pela Embratur em parceria com o Ministério do Turismo (MTur) e Polícia Federal (PF). As informações completas, com números por estado, país de origem e modal de transporte utilizado para entrar no país estão dis-

poníveis no Portal de Dados da Embratur (<https://dados.embratur.com.br/>).

Oportunidades

O Mtur está ofertando novas vagas para quem deseja se profissionalizar no Turismo. A parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio do Paraná (Senac - PR) está disponibilizando 178 oportunidades, distribuídas entre os estados de Goiás e do Paraná. Os cursos são gratuitos e ofertados por meio da modalidade EaD. As inscrições podem ser feitas por meio do link <https://www.ead.senac.br/gratuito/> e vão até o dia 21 de abril.

As turmas têm início no dia 26 deste mês e estão separadas em cinco temas. No Paraná estão disponíveis os cursos: boas práticas na manipulação de alimentos (30 vagas), cozinha brasileira (30 vagas), cozinha internacional (30 vagas), cozinha japonesa (30 vagas) e sustentabilidade aplicada à cozinha (30 vagas). Já para o estado de Goiás foram disponibilizados os cursos: sustentabilidade aplicada à cozinha (4 vagas) e boas práticas na manipulação de alimentos (24 vagas).

A formação faz parte do Programa Senac de Gratuidade (PSG) destinado a pessoas com renda familiar mensal per capita que não ultrapasse dois salários mínimos. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento das informações disponíveis na guia “Pré-requisitos” de cada curso e certificar-se de que atende a todos os critérios exigidos.

Tecnologia e calor humano. Têm que estar sempre juntos.

Uma empresa que há 42 anos administra uma liderança imbatível de mercado tem que entender muito de administração.

Protel. A administração condominial que une tecnologia com calor humano no atendimento.

Síndicos felizes recomendam.

Vai ser eficiente assim lá em casa.

PROTEL

ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS.

nav

CORREIO FLUMINENSE

Divulgação/ Seeduc



Quadro de docentes ganha 75 novos professores

Governador nomeia 75 novos professores

O governador Cláudio Castro nomeou mais 75 novos professores nesta quinta-feira (04/04), para o quadro de docentes da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ). Com eles, a pasta chega ao número de 3.475 profissionais nomeados dos concursos realizados em 2013 e 2014. Os novos educadores passaram por todos os processos previstos nos editais e, agora, vão reforçar

as salas de aula, reduzindo um déficit de profissionais na rede estadual de quase uma década. Os servidores vão integrar o magistério da pasta, no cargo efetivo de Professor Docente I, com jornada de trabalho semanal de 30 horas, lecionando as disciplinas de Geografia e Língua Portuguesa. Os servidores vão integrar o magistério da pasta, no cargo efetivo de Professor Docente I.

Jornada

Os profissionais terão jornada de trabalho semanal de 30 horas, lecionando as disciplinas de Geografia e Língua Portuguesa. Eles serão distribuídos nos municípios de Angra dos Reis, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, Duque de Caxias, entre outros municípios.

Docentes

Com a chegada dos novos docentes, Para a secretaria de Estado de Educação, Roberta Barreto, a efetivação desses profissionais é fundamental para garantir o acesso e a permanência dos alunos em sala de aula, e que a escola é um grande portal de transformação.



Maricá registrou queda de 18% nos furtos de veículos

Maricá tem redução de 18% nos furtos de veículos

A cidade de Maricá registrou queda de 18% no índice de furtos de veículos no primeiro trimestre de 2024, na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP). Nos três primeiros meses deste ano foram 53 ocorrências deste crime registradas pelas vítimas na Polícia Civil, enquanto em 2023 o número

foi de 65 registros no mesmo período. De acordo com o secretário de Ordem Pública e Gestão de Gabinete Integrado (SEOP), Julio Cesar Veras, os números confirmam a tendência de queda dos índices de criminalidade, que vêm ocorrendo mensalmente em Maricá. Maricá foi a cidade que mais investiu no Proeiv em 2023.

Proeis

Ao todo, 33 municípios no Estado do Rio de Janeiro possuem o Proeis. Entre os primeiros colocados, além de Maricá, estão a cidade do Rio de Janeiro que investiu R\$ 12.768.801,73 na segunda colocação, e Nova Iguaçu em terceiro com R\$ 10.244.926,91.

Educação

A Prefeitura de Itaboraí segue investindo em novidades para estudantes e professores da rede municipal de ensino. Além da revitalização de unidades escolares, neste ano letivo, o ensino passou a contar com mesas interativas destinadas à Educação Infantil. Um grande avanço tecnológico.

Cultura

A Prefeitura de Maricá, por meio do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM), promoveu nesta quarta-feira (03/04) a formatura de 154 alunos dos cursos de cinema. A formatura aconteceu no Cine Henfil, no Centro, e é uma parceria com a Secretaria de Cultura.

Edital

A Prefeitura de Niterói lançou na quinta-feira (04), um Edital de Fomento à Economia Solidária no valor total de R\$ 2 milhões. O edital é voltado à coletivos, cooperativas, associações e a produção local. Os recursos poderão ser utilizados para compra de equipamentos e insumos.



Inea, Cedae e Polícia Civil investigam a contaminação do Sistema Imunana-Laranjal

Contaminação do Sistema Imunana-Laranjal é investigada pelo Governo do Estado

Autoridades buscam origem do poluente que provocou a suspensão do abastecimento

O Governo do Estado tomou providências, desde as primeiras horas de quarta-feira (03/04), para proteger a população de municípios da Região Metropolitana contra a contaminação por tolueno, que levou à paralisação do Sistema Imunana-Laranjal. A substância poluente, extremamente tóxica, foi identificada pela Cedae, às 5h59, que imediatamente fez o descarte da água bruta - ainda não tratada - suspendendo a distribuição. O sistema é responsável pelo abastecimento de cerca de duas milhões de pessoas em Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, parte de Maricá (Inoã e Itaipuaçu) e a Ilha de Paqueta, no Rio de Janeiro.

Técnicos do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), acionados pela Cedae, estão desde ontem percorrendo os margens dos rios Guapiaçu e Macacu, com o uso de helicópteros, drones e uma embarcação, para identificar a origem do vazamento de tolueno. O

caso foi registrado na Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA), da Polícia Civil, que mantém equipe no local de captação de água para colher informações. A investigação está em andamento.

- Esse problema foi detectado ontem no início da manhã pela Cedae, graças a um trabalho de monitoramento constante e ao uso de tecnologia pela companhia. Como o bem-estar das pessoas poderia ser colocado em risco, nossa

SG oferece serviços de fisioterapia

O Centro de Imagens e Especialidades de São Gonçalo (Ciesg), no Vila Três, oferece vários exames de imagem, mas também muitas especialidades. Uma delas é a fisioterapia de média e alta complexidades, que no local é realizada em pacientes que passaram por cirurgias, sofreram lesões ou acidente vascular cerebral (AVC), por exemplo. Por mês, são realizados mais de 1,3 mil atendimentos. Da inauguração - na metade de junho de 2023 - até o fim de fevereiro deste ano, foram realizados 11.042 atendimentos.

A fisioterapia é um importante meio para tratar, principalmente, problemas relacionados aos movimentos do corpo. É através dela que é possível reabilitar pessoas que tiveram traumas e ficaram com mobilidade reduzida. Ou aquelas que adquiriram

doenças ao longo da vida.

O gerente de vendas Fernando Brasil Gomes, de 24 anos, fraturou o osso da perna em um acidente de moto há um ano e dois meses. Ele realiza as sessões de fisioterapia no Ciesg desde novembro do ano passado.

"Já melhorei muito. Estava andando pouco, com muitas dores, sem alguns movimentos. Hoje, já estou andando bem melhor e movimentando os dedos, que estavam enrijecidos. As dores diminuíram bastante também. O atendimento é ótimo, assim como a estrutura. Tudo nota 10. Não quero acabar de fazer tão cedo", brincou Fernando.

A fisioterapia é oferecida para todas as idades, inclusive para bebês. O tempo e o tipo de tratamento depende de cada indivíduo e do seu desenvolvimento com o serviço.

Itaboraí entrega 600 apartamentos

Chegou a tão aguardada hora da última fase para o sonho da casa própria para mais 600 famílias itaboienses. A cerimônia de entrega das chaves de mais unidades do Loteamento Viver Melhor Itaboraí, no Bairro Esperança, do programa Minha Casa Minha Vida acontecerá nesta segunda-feira (08/04), no local do empreendimento, com início às 9h. A entrega será realizada pela Prefeitura de Itaboraí, por meio da Secretaria Municipal de Habitação e Serviços Sociais.

"Mais uma entrega do governo do prefeito Marcelo Delaroli e a realização do sonho da casa

própria para centenas de pessoas. É um novo capítulo na história dessas 600 famílias e para a nossa cidade", destacou o secretário municipal de Habitação e Serviços Sociais, Marcelo Figueiredo.

Serão entregues 600 unidades habitacionais, dos lotes 1 e 2, da quadra 1. O beneficiário que participou de todas as etapas, sendo inscrição, sorteio, vistoria e assinatura dos contratos, deve comparecer ao local munido de RG, CPF e o comprovante da unidade contemplada.

O empreendimento Viver Melhor Itaboraí conta com 3 mil apartamentos divididos.



Ato de posse aconteceu no auditório da Prefeitura

Campos: Educadores sociais tomam posse

Vinte e dois dos 96 aprovados no concurso público para Educador Social da Fundação da Infância Juventude (FMJ) tomaram posse simbólica na manhã desta quinta-feira (4), no auditório da Prefeitura de Campos, com a presença do prefeito Wladimir Garotinho e da primeira-dama Tassiana Oliveira, além do secretário de Administração e Recursos Humanos (SMARH), Wainer Teixeira, e dos presidente e vice-presidente da Fundação da Infância e Juventude (FMJ), Diego Augusto e Leandro Castello, respectivamente. As posses acontecerão divididas por grupos até o dia 10 de abril.

"Cinco mil pessoas se inscreveram para esse concurso e 96 foram aprovados. Que vocês entendam a missão que escolheram e que Deus lhes permitiu desenvolver. Que vocês se dediquem e saibam que esse trabalho vai transformar vidas, vai fazer a diferença no futuro dessas pessoas. Nós não queremos que as crianças e os adolescentes fiquem nos abrigos. Queremos que cada um deles seja cuidado, tratado e que possa, dentro da Fundação, receber a

reação foi mais rápida ainda, impedindo que a água chegasse às casas abastecidas pelo sistema. Apesar do incômodo da situação, a população pode ficar tranquila, porque a água contaminada foi descartada antes mesmo de entrar no sistema de tratamento - afirmou o governador Cláudio Castro.

A Companhia monitora, de hora em hora, a qualidade da água, por meio do Laboratório Biológico de Rastreamento Ambiental (Libra). Na quarta-feira, os níveis de tolueno medidos foram de 59 micrograma/l. A resolução Conama 357 permite 2 micrograma/l e a Portaria de Potabilidade 888 permite 30 micrograma/l.

De acordo com uma nova medição realizada na manhã desta quinta-feira, o nível do contaminante baixou um pouco. Mas, para garantir a segurança das pessoas, o sistema só será reaberto quando a água estiver totalmente adequada para consumo humano.

A orientação é que a população faça o uso consciente da água, adiando tarefas não essenciais que exijam grande consumo.

O tolueno é um hidrocarboneto aromático, inflamável, incolor, volátil, de odor característico. É altamente danoso à saúde se ingerido ou inalado. A substância é produzida na fabricação de gasolina. É comumente utilizado como matéria-prima de solventes orgânicos em colas e tintas, além de estar presente na borracha; colas e adesivos para ajudar a secar, dissolver e diluir outras substâncias; diluentes de tinta; limpadores de pincéis, esmaltes; removedores de manchas.

O laboratório Libra, da Cedae, conta com equipamentos japoneses ultramodernos e é capaz de detectar em 30 minutos e realizar análises físico-químicas e microbiológicas.

Divulgação

CORREIO CARIOCA

Marcelo Camargo/ Agência Brasil



Vacina foi aprovada por organizações mundiais

Secretaria de Saúde aplica dose única de reforço da HPV

A Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro começou uma campanha de mobilização para reforçar a vacinação, agora em dose única, contra o vírus HPV, causador do câncer de colo do útero e de pênis, entre outros tipos da doença. Seguindo orientação do Ministério da Saúde, elas serão aplicadas em cidadãos de 9 a 19 anos.

As organizações Mundial e Pan-Americana da Saúde comprovaram que uma dose da vacina HPV quadrivalente pode ser tão benéfica quanto duas ou três doses em áreas com alta cobertura vacinal.

“O objetivo dessa campanha é ampliar a cobertura vacinal contra o vírus do HPV e vacinar o maior número de pessoas nessa faixa etária. É uma vacina que protege contra vários tipos de câncer, mas principalmente contra o câncer de colo de útero, mais

prevalente nas mulheres. O HPV ainda é uma das doenças que mais mata no município do Rio de Janeiro. Cerca de 700 mulheres por ano têm câncer de colo do útero na nossa cidade, que pode ser evitável com a vacinação. Vários países já erradicaram o HPV e aqui no Brasil também é possível fazer isso”, explicou o secretário Daniel Soranz.

Segundo a secretaria municipal, estudos recentes apontam que a vacinação pode reduzir em até 87% as taxas de câncer de colo do útero. Nos últimos 10 anos, mais de 815 mil pessoas tomaram pelo menos a primeira dose da vacina na cidade, no entanto, atingir a meta de 80% de cobertura ainda é um desafio. No Rio, 74% das meninas tomaram ao menos uma dose da vacina e apenas 48% dos meninos foram vacinados.

SECOMP



Agentes fazem busca e apreensão no Rio e no Paraná

Polícia Federal faz operação contra tráfico de armas

Policiais federais cumpriram seis mandados de busca e apreensão, expedidos pela 2ª Vara Federal Criminal no Rio de Janeiro, em endereços residenciais dos suspeitos localizados nas cidades do Rio de Janeiro, de Curitiba e Maringá, no Paraná, para apurar a prática de tráfico internacional de armas de fogo e acessórios de origem dos Estados Unidos. A operação, chamada de Ficção ou Realidade, investiga, ainda, comércio clandestino de material bélico a facções criminosas e milícias.

De acordo com a Polícia Federal, autoridades policiais dos Estados Unidos apreenderam, em janeiro deste ano, em Miami, uma quantidade expressiva de material bélico que estava prestes a ser enviado clandestinamente ao Brasil.

“Na ocasião, foram apreendidos: 261 carregadores de alta capacidade,

geralmente utilizados por milicianos e traficantes para exercer domínio territorial, visto que comportam até 90 munições de grosso calibre e alto poder destrutivo; e 88 acessórios de conversão de armas de fogo chamados de Kit Roni, que conferem maior estabilidade e precisão ao armamento, assim como transformam armas semiautomáticas em armas automáticas ou que disparam rajadas de tiros”, informou a corporação, em nota.

As investigações apuraram ainda que a quadrilha contratou uma empresa do segmento de efeitos cinematográficos para armazenar clandestinamente os armamentos, com a justificativa de que estava “lidando com materiais de efeito não lesivo, destinados ao serviço de show pirotécnico, de maneira que não levantasse suspeita sobre a atividade criminosa”.



Cláudio Castro com a secretária Roberta Barreto, o ministro Camilo Santana e estudantes

Governo formaliza adesão ao programa Pé-de-Meia

Projeto vai ajudar alunos no Ensino Médio das escolas públicas

O Governo do Rio de Janeiro e o Ministério da Educação lançaram, nesta quinta (4), o programa Pé-de-Meia, que vai auxiliar financeiramente os estudantes da rede pública estadual durante o Ensino Médio. No evento, realizado na Zona Oeste do Rio, o governador Cláudio Castro, o ministro da Educação, Camilo Santana, e a secretária de Educação, Roberta Barreto, apresentaram a iniciativa, detalhando critérios, formas de acesso e permanência no programa. No Estado do Rio, 158.582 alunos já estão recebendo a parcela única de R\$ 200, referente ao incentivo-matrícula.

O governador Cláudio Castro agradeceu pela parceria e estimulou os jovens a aproveitarem o benefício como caminho para terem seus sonhos realizados.

“Trabalhamos incessantemente para democratizar todas as políticas públicas que ajudam na questão educacional. O importante aqui é não desistir e saber onde você quer chegar. A

oportunidade depende de cada um”, ressaltou Castro.

O que é o programa?

O Pé-de-Meia, do Governo Federal, vai fornecer incentivo financeiro-educacional para estudantes de baixa renda regularmente matriculados. O objetivo é combater a evasão escolar, já que 400 mil alunos abandonaram os estudos no Ensino Médio no ano passado. Cerca de 2,5 milhões de estudantes serão contemplados pelo programa em todo o país, que terá um investimento anual de R\$ 7,1 bilhões.

“É tipo uma poupança. Um estímulo para que eles continuem estudando, sem evasão. Vamos diminuir a desigualdade social e promover a inclusão por meio da Educação”, afirmou a secretária Roberta Barreto.

Para ser beneficiado, o estudante precisa cumprir alguns requisitos: ter entre 14 a 24 anos completos até 31 de março deste ano, estar matriculado no Ensino Médio da rede pública e ser integrante de família

de baixa renda, inscrita no Cadastro Único e beneficiária do Programa Bolsa Família. Também é necessário que o aluno tenha inscrição no CPF.

Pagamento

O pagamento é dividido em quatro tipos de incentivos. Incentivo-matrícula: uma parcela de R\$ 200 pagos uma vez por ano. Incentivo-frequência: nove parcelas mensais de R\$ 200 — R\$ 1.800 no total — por frequência escolar. Incentivo-conclusão: depósito de R\$ 1 mil ao final de cada ano letivo concluído. Somando os três incentivos, os estudantes vão receber R\$ 3 mil por cada ano concluído do Ensino Médio. Há ainda o Incentivo-Enem: adicional de R\$ 200 pela inscrição e participação no Exame Nacional do Ensino Médio, exclusivo para alunos do 3º ano. Com isso, o valor total pode chegar a R\$ 9.200 por aluno.

Os incentivos serão pagos em conta aberta, automaticamente, pela Caixa Econômica Federal em nome dos estudan-

tes. Para se chegar aos alunos elegíveis, a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro capta e informa ao MEC, por meio de sistema informatizado, os dados escolares e aqueles necessários para abertura da conta digital. Depois, o MEC verifica o cumprimento dos requisitos e define os alunos contemplados, enviando em seguida as folhas de pagamento à Caixa, que abre as contas e efetua os pagamentos.

Para receber os valores, no entanto, os estudantes também devem cumprir requisitos para cada tipo de incentivo: matrícula, frequência, aprovação nos anos letivos e participação no Enem. No caso do incentivo-frequência, o saque está condicionado a uma frequência mínima escolar de 80% do total de horas letivas, aferida pela média do período letivo ou pela frequência mensal do estudante. Já o incentivo-conclusão depende da aprovação e obtenção de certificado de conclusão do Ensino Médio, assim como o incentivo-Enem.

Fecomércio RJ faz parceria com Ministério da Ciência e Tecnologia

Acordo foca na troca de cooperação técnica em inclusão social

O presidente do Sistema Fecomércio RJ, Antonio Florencio de Queiroz Junior, assinou com o Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação uma carta de intenções que estabelece as bases para uma futura cooperação técnica na área de acessibilidade e inclusão, a ser posta em prática no Centro de Referência em Educação Inclusiva, na sede do Sesc/Senac da Tijuca.

O Centro vai oferecer formação para educadores e atendimento gratuito a crianças e jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Trissomia do Cromossomo 21 (Síndrome de Down). Serão oferecidas 100 vagas para atendimento neste ano, e a expectativa é capacitar 2 mil educadores no mesmo período.

Para os atendidos em idade profissional, o centro vai estreitar relações com empresas para inclusão no mercado de trabalho, por meio da metodologia do Emprego Apoiado, na qual são desenvolvidas estratégias e promovidas as adequações necessárias no ambiente de trabalho para a inclusão da pessoa com deficiência.

“Essa é uma iniciativa que deve ser espalhar pelo Brasil



Antonio Queiroz e Juana Nunes, do ministério da Ciência e Tecnologia

porque a gente entende que a educação pública de qualidade deve ser oferecida todos, com adaptação curricular, que contribua com a aprendizagem e autonomia dos indivíduos. Para nós, do MCTI, a popularização da ciência tem um papel fundamental nesse processo”, declarou Juana Nunes, que é mãe de uma menina autista de 9 anos e diretora de Popularização da Ciência, Tecnologia e Educação do ministério.

O centro ocupa uma área de

570 m² no primeiro andar do Sesc Tijuca e possui equipamentos de última tecnologia para estimulação sensorial; uma sala de baixo estímulo para atividades focadas no desenvolvimento de habilidades de concentração e autorregulação; e duas salas de atendimentos transdisciplinares em pequenos grupos e dois consultórios médicos para atendimento psiquiátrico e neurológico.

“A inclusão é um pilar sobre o qual, diariamente, erguemos

nossos ideais e direcionamos nossas ações. Acreditamos que cada indivíduo merece ser valorizado em suas singularidades, sem diferenças ou discriminações. É com essa convicção que damos vida ao CREI, um lugar de acolhimento, pesquisa e desenvolvimento. Por meio de parcerias estratégicas, estamos construindo pontes que conectam conhecimento, oportunidades e progresso”, declarou o presidente da Fecomércio RJ, Antonio Florencio de Queiroz Junior.

Helio Melo

CORREIO DA BAIXADA

POR CARLOS MARTINS

Reprodução/Redes Sociais



O prefeito Kaizer (e), ao lado do secretário André Monsiores

Queimados: prefeito esqueceu de fazer a lição de casa

Os moradores de Queimados não andam muito satisfeitos com a gestão do prefeito Glauco Kaizer (União Brasil), sobretudo quando o assunto é entrega de serviços básicos, para a melhoria da condição de vida dos munícipes. Um fato recente, foi a falta de cumprimento da palavra do gestor sobre a entrega dos kits escolares para os alunos das 32 unidades da rede municipal de ensino. Em uma publicação do dia 24 de janeiro, nas redes so-

ciais, o prefeito apareceu ao lado de André Monsiores, secretário municipal de Educação, anunciando com entusiasmo a chegada dos kits, e se comprometendo a entregá-los antes de iniciar o ano letivo. Mas o prefeito parece ignorar a chamada folhinha (do calendário), para notar que já se passaram dois meses do início das atividades escolares, e que os alunos queimadenses até agora não viram sequer um lápis do tal kit prometido.

'Kit engana'

A coluna conversou com a mãe de um aluno matriculado em uma das escolas municipais de Queimados. Na conversa, a responsável, logo disparou "O Kaizer é muita mídia e pouco serviço. Pra mim, ele é o prefeito 'kit engana'. Nem entrega de kit escolar ele consegue cumprir", disse.

Necessidade

Ainda em conversa com responsáveis, um pai nos relatou sobre a necessidade dos dois filhos, matriculados em uma escola municipal. "A gente que é pobre não tem condição de comprar material de escola. Se o prefeito pelo menos cumprisse com o que falou, seria ótimo", afirmou.



Hospital fechou o mês com 1.965 cirurgias realizadas

Hospital Adão Pereira Nunes bate novo recorde de cirurgias

Ao completar dois anos de municipalização, em janeiro de 2024, o Hospital Adão Pereira Nunes, administrado pela Prefeitura de Duque de Caxias, comemora mais um recorde histórico de cirurgias realizadas, chegando ao total de 1.965 procedimentos só no mês de março. Desde o início da municipalização, o Adão Pereira Nunes passa por

uma reforma geral, possibilitada por recursos liberados pelo governo do estado. As intervenções visam à melhora e à modernização dos serviços e das instalações, para atender com mais qualidade à população de todo o estado do Rio de Janeiro. Atualmente, os pacientes já encontram diversos setores reformados e humanizados.

Artesanato

Ainda em comemoração ao Dia do Artesão, comemorado dia 19 de março, a Prefeitura de Nilópolis irá homenagear os 230 empreendedores cadastrados na cidade com uma Feira de Artesanato no Calçadão da Mirandela. O evento está marcado para o próximo sábado (06), das 8h às 17h.

Cultura

Nany People abre a programação do mês de abril, no Teatro Municipal Raul Cortez, em Duque de Caxias, com o sucesso de bilheteria "Nany é Pop", neste sábado (6), às 20h. No espetáculo, a atriz conduz a plateia falando e cantando sobre o amor em suas diversas nuances.

Enel

A Enel Distribuição fechou o primeiro trimestre deste ano com mais de 5 mil podas de galhos e árvores com potencial de impacto na rede realizadas no município de Magé. Desse total, 20% das ações foram executadas em conjunto com as secretarias de Meio Ambiente e de Urbanismo.

Recomeçar

Recomeçar. Para os moradores da Baixada, essa palavra faz absoluto sentido, especialmente após as fortes chuvas que assolaram a região. O auxílio do Cartão Recomeçar, do Governo do Estado, não resolve todos os problemas. Mas ajuda e muito a população das cidades afetadas.

Nova Iguaçu realiza segunda edição do Festival de Artes

Evento terá duas peças teatrais encenadas no próximo domingo (7)

Divulgação

Começou a segunda edição do Festival de Artes de Nova Iguaçu. A abertura do evento foi realizada na noite da última quarta-feira (3), no Complexo Cultural Mário Marques, no Centro do município. Pelos próximos dois meses, 65 atrações artísticas irão se apresentar gratuitamente em diversos pontos do município.

O Festival de Artes é promovido pela Prefeitura, por meio da Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu (FENIG), e conta com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura (SEMCULT).

O primeiro dia do festival contou com uma exposição de artes plásticas do artista Kevin Reis, além do maracatu Baque da Mata, sarau literário com Drielle Moura, cancionista com o Abadá Capoeira, Acrobacias Surpreendentes e Narrativa Encantadora com o Circo Chrisan e música com Beto Rocha que alegraram o público presente no Teatro Sylvio Monteiro, localizado no Complexo Cultural.

Nos meses de abril e maio outras atrações do Festival de Artes irão se apresentar em diversos pontos da cidade.

"A descentralização é uma das marcas do Festival de Artes. Levar os espetáculos para locais diversos de Nova Iguaçu. Em todos os bairros, nossa cidade é produtora e consumidora de música, teatro, artes visuais, literatura e cultura tradicional",



Festival de Artes de Nova Iguaçu teve abertura na última quarta-feira (03)

disse o presidente da FENIG, Miguel Ribeiro.

Neste domingo (7), duas peças teatrais estarão em cartaz no teatro Praça CEU do bairro Jardim Paraíso. Às 11h o público infantil irá se divertir com a peça "Contando e Recontando Contos". O espetáculo mostra a história de uma Companhia de teatro que, ao buscar novas formas de atingir o público, recria os clássicos da Literatura Universal, passando desde Chapeuzinho Vermelho, Cinderela, Cachinhos Dourados a Três Porquinhos, mas dando um toque leve, cômico e com

novas possibilidades. A peça é uma grande homenagem ao teatro em sua essência, em que o trabalho apurado do artista se faz necessário, numa troca de conhecimentos e vivências entre eles.

Já às 16h a peça "A Jornada do Herói" promete gerar uma forte identificação com o público presente. Após ser demitido de uma fábrica de carvão ao questionar a diminuição do seu tempo de almoço, que passa de dez para cinco minutos, José vai atrás do seu Fundo de Proteção e Garantia ao Trabalhador Desempregado, como

única opção de sustento de sua família. Tal como os heróis de Homero, José enfrenta monstros e diversos outros perigos ressignificados nas dificuldades cotidianas de um homem negro, pobre, semianalfabeto e desempregado, marcando uma verdadeira epopeia urbana em que os percalços de um ônibus cheio, uma fila quilométrica e um gerente de banco esnobe, escancaram, na resistência e heroísmo de José.

A Praça CEU fica na Rua Arco-Íris, s/nº, no bairro Jardim Paraíso. A entrada para as duas peças teatrais é gratuita.

Magé implementa patrulha para combater intolerância

Mais um marco histórico para Magé. A cidade se tornou pioneira na implementação da Patrulha Contra Delitos de Intolerância na segurança pública municipal. O lançamento do projeto foi realizado na última terça-feira (2), na Câmara Municipal, e auxiliará no atendimento aos casos de intolerância religiosa, racial, de gênero e contra outras minorias.

"A nossa ideia com a criação da patrulha é conseguir coibir esse tipo de agressão ao ser humano. Estamos dando suporte, capacitando os agentes da Ordem Pública e a Guarda Civil Municipal e vamos adquirir quatro novas viaturas para que possamos ter o êxito desejado", explicou o prefeito Renato Cozzolino.

Em uma iniciativa inovadora, doze agentes da Secretaria de Segurança e Ordem Pública passaram por uma formação, realizada no mês de março, para otimizar a atuação no reconhecimento e na mediação das ocorrências de discriminação.

"Nossos agentes irão agir no combate a todos os tipos



Agentes irão agir no combate a todos os tipos de intolerância

de intolerância. Temos nosso disque-denúncia da Ordem Pública pelo telefone 2253-1177, onde as denúncias serão recebidas por nós, e vamos trabalhar em conjunto com a Delegacia da área e o 34º Batalhão de Polícia Militar. Magé entra para a vanguarda como o primeiro município do país a ter, em

âmbito municipal, uma guarda focada exclusivamente em intolerâncias", completou André Lopes, secretário de Segurança e Ordem Pública.

A Patrulha Contra Delitos de Intolerância também atuará nas escolas municipais, com palestras e ações de conscientização para os alunos.

Escuta itinerante em Japeri

Saber que o serviço de ouvidoria é o órgão responsável por fazer a escuta das demandas da população, muita gente sabe. Que ele possui canais de acesso para registro de dúvidas, elogios e reclamações também. Agora que ela é um serviço que vai até a população nas ruas da cidade, pouca gente sabia. A ação aconteceu na última quarta-feira, (3), na Praça Wendel Coelho. Segundo a ouvidora Rhays-

sa Barbosa, foi uma ação importante porque a vida está muito corrida e a população acaba não realizando suas manifestações por falta de tempo. "A vida das pessoas está com muita urgência e correria, eles acabam não informando assuntos importantes que podem nos ajudar a melhorar os serviços prestados à população. Então, realizamos essa primeira saída para ouvir os usuários e o resultado foi muito bom", relatou a servidora.

Na ação, realizada pela prefeitura, foram distribuídos panfletos e as ouvidoras tiraram dúvidas da população sobre o caminho que as demandas percorrem depois que é realizada a escuta do cidadão. "Antes de mais nada temos que reconhecer nosso usuário como sujeito de direitos, e receber, analisar e responder, proativamente as manifestações com as informações dos órgãos e setores reclamados", completou Rhaysa.

Mesquitenses doam sangue na sede da prefeitura

O Auditório Zelito Viana recebeu dezenas de mesquitenses para uma campanha de doação de sangue, realizada na última quarta-feira, dia 27 de março. Ao todo, foram cadastradas 101 pessoas e 77 bolsas de sangue coletadas. A atividade foi da Prefeitura de Mesquita em parceria com o Hemório, a partir do Programa Saúde do Trabalhador. A ideia é engajar novos doadores e alimentar o estoque do banco de sangue local.

"Promovemos essa movimentação em Mesquita para facilitar o acesso da população à doação de sangue. Esse é um ato altruísta e muito solidário, que ajuda a salvar muitas vidas. Porque o sangue de uma determinada pessoa pode ser justamente o que uma outra esteja precisando", explica o coordenador da Saúde do Trabalhador de Mesquita, Leandro Costa.

Além dos municípios, a iniciativa também partiu das próprias equipes dos equipamentos públicos municipais. Esse é o caso de Ana Paula, de 43 anos, que ficou sabendo do evento no seu próprio trabalho, na EMEI Margarida da Silva Duarte. "Essa foi a minha primeira vez como doadora. Comentaram lá na creche e resolvi vir. Eu estava querendo fazer isso há muito tempo, mas não conseguia ir ao Hemório, principalmente por causa da distância. Aí cheguei aqui, recebi um lanche e doei", conta a moradora da Chatuba.

Para fazer a doação era necessário apenas levar documento de identidade oficial com foto e possuir entre 16 e 69 anos de idade.

PETROPOLITANAS

POR LUANA MOTTA

Divulgação/CDL



Cláudio Mohammad e Cláudio Castro

CDL reforça PL de ampliação do prazo da AgeRio

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Petrópolis encaminhou uma solicitação formal ao gabinete do governador Cláudio Castro enfatizando a importância da sanção da lei, aprovada nesta terça-feira (03) pela Assembleia Legislativa do Estado, estendendo o prazo do financiamento destinado aos empreendedores da cidade afetados pelas chuvas de 2022. Ao todo, 3.326 empresas petropolitanas recorreram ao financiamento, linha

de crédito especial aberta pelo governo, por meio da Agência de Fomento do Estado do Rio (Age-Rio), somando R\$ 207 milhões.

O projeto de lei nº 2.898, de 2024, que propõe a extensão do período para carência do financiamento, sendo o projeto financiado, estenderá o novo prazo até abril de 2025, oferecendo aos microempresários um tempo adicional para se reestruturarem e superarem os desafios enfrentados.

Pedido ao governador

“Formalizamos esse pedido, mas temos já a certeza que o governador Cláudio Castro vai dar mais essa demonstração de apoio ao comércio local, um compromisso que assumiu para resguardar a economia da cidade, no socorro imediato que fez à cidade após as chuvas de 2022. A recuperação total dos

negócios tem um prazo estimado em mais de 36 meses e essa prorrogação automática dos prazos de carência e amortização dos financiamentos concedidos é fundamental para que os empreendedores consigam a estabilidade necessária”, aponta o presidente da CDL Petrópolis, Cláudio Mohammad.

Divulgação



Encontro acontecerá no Cefet/RJ - Petrópolis

Mesa-redonda sobre Bullying e Violência Escolar

No dia 16 de abril, às 19h, o Cefet/RJ Petrópolis vai realizar a mesa-redonda “Bullying e Violência Escolar: as múltiplas faces de um problema real”. O evento, que acontecerá no Salão Nobre, é aberto às comunidades interna e externa.

Promovida pela Co-

missão Permanente para Promoção de uma Cultura de Paz (Compaz) da unidade, a iniciativa faz parte de uma série de ações focadas na temática para o mês de abril, em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola (07).

Parceria internacional

O Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) e o INESC TEC, Portugal, firmaram um Memorando de Entendimento (MoU) para ampliação das pesquisas em computação de alto desempenho (HPC). Segundo o LNCC, a cooperação permitirá não apenas a troca de conhecimentos e experiências entre pesquisadores das duas instituições, mas também o acesso a recursos computacionais de

ponta, sendo fundamental para o avanço das pesquisas. O supercomputador Santos Dumont (LNCC) é uma infraestrutura de grande importância para a comunidade científica brasileira e internacional, enquanto o supercomputador Deucalion (INESC TEC) faz parte da rede europeia de supercomputadores, garantindo acesso a uma vasta gama de recursos e colaborações internacionais.

Petrópolis terá segundo Dia D de Combate à Dengue

Cidade registrou mais de 1,6 mil casos no primeiro trimestre

Divulgação/PMP

Por Yasmim Grijó

No próximo sábado, dia 6 de abril, Petrópolis terá o segundo Dia D de combate à dengue. As ações de mobilização estão sendo planejadas por meio do Comitê Municipal de Enfrentamento às Arboviroses. O objetivo é conscientizar a população sobre a necessidade da participação

O Comitê Intersetorial de Enfrentamento às Arboviroses foi instituído pelo município em novembro de 2023. O objetivo é promover ações de mobilização conjuntas entre as secretarias de governo em prol da prevenção e controle das doenças.

“Como a previsão era de picos de aumento dos casos para os meses de março e abril, estamos planejando mais uma edição do dia de mobilização. Mas é preciso que as pessoas se conscientizem que a participação precisa ser semanal, tirando 10 minutos do seu dia para visitar sua casa, quintal e arredores, e eliminar os possíveis criadouros do mosquito. Somente eliminando o vetor poderemos acabar com a dengue”, disse o secretário de Saúde, Marcus Curvelo.

Aedes aegypti

O ciclo de vida do Aedes aegypti, do ovo até a fase adulta, leva entre 7 e 10 dias. Se a elimi-



Petrópolis registrou duas mortes por dengue este ano

nação dos criadouros acontecer uma vez por semana, o ciclo é interrompido evitando o nascimento de novos mosquitos. Para isso: mantenha as caixas d'água, galões, poços e outros depósitos de água bem fechados; mantenha as calhas limpas, as garrafas vazias e baldes virados de cabeça para baixo; mantenha as bandejas do ar condicionado e da geladeira limpas e sem água; piscinas sempre tratadas; plantas que acumulam água, como as bromélias, precisam ser secas; coloque areia nos pratinhos das plantas; elimine as poças de água; o mosquito gosta de água parada e limpa.

Prevenção

De acordo com o médico infectologista e professor da Faculdade de Medicina de Petrópolis, Luís Arnaldo Magdalena, a melhor forma de prevenir a dengue é controlando a proliferação do mosquito transmissor. Ou seja, evitando água parada nos vasos de planta, água empoeirada nas ruas e beueiros.

“O mosquito se cria e voa em torno das residências que não cuidam da água parada. Tomar estes cuidados é essencial para a redução de casos e, também, o uso de repelente se torna extremamente necessário nesta fase de epidemia”, ressalta.

Vacina

Segundo o infectologista, a vacina é importante na medida em que previne a ocorrência de casos graves, reduz o número de internações e complicações relacionadas à dengue. “Já existia a vacina para a dengue, mas a vacina antecedeu essa nova, ela só poderia ser tomada por pessoas que já tiveram a doença, então isso diminui muito a procura. Agora tem a vacina mais recente, liberada para o uso em 2023 no país, que é uma boa forma de prevenção e está disponível para pessoas de 4 a 60 anos”, finalizou o médico.

Reprodução/Redes Sociais Gaape



Caminhada de conscientização do autismo em Petrópolis promovida pela Gaape

Caminhada de conscientização do TEA acontece domingo

Por Yasmim Grijó

Neste domingo (7), Petrópolis terá a Caminhada Azul do Grupo Amigos dos Autistas de Petrópolis (Gaape). O evento será na Avenida Barão do Rio Branco, tendo concentração às 9h30 e saída às 10h com o apoio da Prefeitura. O objetivo é gerar visibilidade, conscientização e avanços na garantia de direitos para as pessoas com transtorno do espectro autista (TEA).

O evento faz referência ao Dia Mundial de Conscientização do Autismo, comemorado em 2 de abril, e tem como cor tema o azul. Para Ângela Amaral, uma das fundadoras do Gaape, a caminhada é para conscientizar as pessoas e convidá-las a conhecerem melhor os autistas.

“São pessoas que precisam de muito amor e empenho. A caminhada é necessária para uma melhor divulgação e, também, uma forma de interação entre o público. O evento é super legal,

e nos faz perceber o quanto os autistas gostam de participar desses momentos. É uma forma de socializar com eles. Ano passado, tivemos uma experiência muito boa. Foram muitas pessoas e a repercussão sobre o tema foi ótima”, destaca.

Em março, a Prefeitura promoveu o I Simpósio Municipal de Autismo -TEA, que visou sensibilizar a população e profissionais sobre o tema. O evento contou com a participação de cerca de 250 pessoas, além das que acompanharam as palestras e apresentações pelo canal oficial da Prefeitura no YouTube, na transmissão ao vivo.

“Com a criação da Secretaria da Pessoa com Deficiência, Mobilidade Reduzida e Doenças Raras, poderemos organizar os serviços oferecidos em nossa cidade e criar uma referência para essas pessoas. Este é um passo muito importante para nossa cidade”, destacou a presidente do Conselho Municipal

dos Direitos da Crianças e do Adolescente (CMDCA) e secretária-chefe de Gabinete, Luciane Bomtempo.

Para a fundadora e coordenadora técnica do Gaape, Márcia Shanuel Bastos, a Caminhada Azul do Gaape dá visibilidade à causa e ganha empatia da comunidade petropolitana. “Convidamos toda a população a marchar conosco em defesa da pessoa com autismo”, disse.

“Em todo o mês de abril, o Gaape realiza atividades diferenciadas referentes ao mês azul, e uma delas é a Caminhada, que visa conscientizar a comunidade sobre o autismo, inclusão, sobre diferenças e o preconceito. A sociedade petropolitana sempre participa do nosso evento e apoia nossas crianças, adolescentes, adultos autistas e suas famílias. É uma caminhada muito feliz, de encontros. Convido a todos a vestirem azul e participarem!”, finalizou a fundadora.

MPRJ se reúne com moradores do Caxambu

A 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Petrópolis realizou, nesta quarta-feira (03), uma reunião com moradores do bairro Caxambu, em Petrópolis, um dos mais atingidos pelas fortes chuvas no final de março. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) está ouvindo as demandas e informando a população sobre as ações adotadas pela instituição.

Após a queda de uma barreira na Rua João Caetano, os moradores descobriram que havia ali um depósito de reciclagem de lixo e acreditam que o acúmulo de material tenha contribuído para que o solo ficasse mais pesado. Também foram encontrados canos de esgoto no local. O fato foi relatado à Promotoria para que seja investigado.

O MPRJ tem uma ação civil pública cobrando uma obra na Rua Bartolomeu Sodré, no bairro Caxambu, mas ainda não houve licitação por parte do Estado. Existe uma ACP também em relação às obras no Morro do Pinto, e as informações são de que o Município de Petrópolis fez um plano de trabalho para solicitar recursos do governo federal.

“É sempre muito importante receber os moradores, porque eles nos trazem a realidade de quem vive o dia a dia na localidade. O Ministério Público está à disposição da população para ouvir os problemas enfrentados no cotidiano, bem como para auxiliar na busca de soluções para tais demandas. Quem quiser tirar dúvidas e trazer informações pode nos procurar”, afirma a promotora de Justiça Zilda Januzzi, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva.

TERESOPOLITANAS

Divulgações/ASCON-PMT



5ª Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação

Teresópolis na 5ª Conferência Ciência e Tecnologia na UERJ

Teresópolis marcou presença na 5ª Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação na UERJ. O evento contou com autoridades estaduais e municipais, além de representantes de municípios fluminenses. O subsecretário de Teresópolis, Edmo Gonçalves, destacou a integração entre mu-

nicipios e universidades na formulação de políticas públicas. Sob o tema 'Ciência, Tecnologia e Inovação para um Rio de Janeiro Justo, Sustentável e Desenvolvido', a conferência abordou políticas públicas, pesquisa, empreendedorismo, saúde e participação das mulheres na ciência.

Cultura I

No dia 13 de abril, às 19h30, no Sesc Teresópolis, será apresentada a peça "Em Nome da Mãe". Este espetáculo aborda a história de uma adolescente pobre, misteriosamente grávida. Sendo, Maria de Nazaré.

Cultura II

Desprovido de viés religioso, o monólogo premiado explora os arquétipos da alma feminina e investiga as fricções entre essa narrativa milenar e a sociedade atual. Meia entrada R\$ 5; inteira R\$ 10.

Comitê I

Defesa Civil de Teresópolis participa da 3ª reunião do Comitê de Coordenação Conjunta do Projeto de Apoio à Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Riscos e Prevenção de Desastres.

Comitê II

Realizado em Brasília, no Censipam, o evento contou com a presença de entidades importantes. Em pauta, avanços dos projetos de implementação das barreiras de contenção Sabo em Teresópolis.

Hemocentro de Friburgo faz apelo à população

Unidade precisa com urgência da doação de todos os tipos sanguíneos

Foto: Agência Brasil

*Por Isabella Rodrigues

Na manhã desta quinta-feira, dia 04, por meio das redes sociais, a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e o Hemocentro Regional Enfermeira Cássia Viviane Kale Martins, fizeram um apelo à comunidade, para que se dirijam ao à unidade e contribuam com as doações de sangue.

A baixa nos estoques preocupa, já que pode comprometer o atendimento de várias unidades de saúde assistidas pelo hemocentro. É importante ressaltar que não há nenhum tipo sanguíneo zerado no estoque do local. Atualmente, o Hemocentro está necessitando de plaquetas, por isso a doação de todos os tipos sanguíneos são necessárias. Essas plaquetas, que são extraídas do sangue, servem para tratar pacientes com diferentes doenças ou traumas.

São estabelecidos alguns pré-requisitos para a doação. Os doadores precisam pesar



Hemocentro de Nova Friburgo faz apelo para doação de sangue

mais do que 50Kg, e estar na faixa etária de 16 a 69 anos, sendo que menores de idade devem ser acompanhados pelo responsável, e o doador não poderá fazer a doação de sangue pela primeira vez tendo mais de 60 anos. Também é necessário levar o documento oficial e original com foto, não é válido

documentos digitais. Além de uma série de cuidados, como não ingerir alimentos gordurosos ou derivados do leite, ter a saúde em boas condições, e respeitar o prazo mínimo de descanso, que é de 6 horas.

O funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30, e está localizado

na Avenida Pres. Costa e Silva, número 349. Em caso de dúvidas, é disponibilizado o número (22) 2523-8084, além do canal de transmissão oficial feito pelo Whatsapp, que possibilita acompanhar as notícias do Hemocentro.

Estagiária

Prefeitura atua em Pessegueiros

Por Vinicius Barros*

Na última segunda-feira (01), o Correio Serrano publicou uma matéria mostrando as denúncias dos moradores do bairro de Pessegueiros sobre as condições da Rua Presbítero Antônio Castor, que permanece de terra e sofreu danos devido às chuvas recentes.

Após a publicação, a Prefeitura de Teresópolis tomou medidas para a manutenção da via, por meio da Secretaria de Agricultura.

A Prefeitura disse ao Correio que a Rua Presbítero Antônio Castor está registrada no sistema municipal como uma via de terra e sem rede baixa, de acordo com o que consta no sistema da prefeitura.

Portanto, os moradores são incentivados a registrar suas reclamações sobre buracos ou outros problemas através dos canais de comunicação disponíveis. Da mesma forma, para questões relacionadas à iluminação pública, os moradores podem solicitar o serviço por meio da Ouvidoria, e as equipes responsáveis serão acio-

nadas para atender à demanda.

O Órgão esclareceu que tais melhorias devem ser solicitadas pelos moradores por meio da Ouvidoria Geral, disponível pelo número 162, pelo aplicativo eOuve ou pelo Whatsapp da TIA (21) 2742-8264.

Estagiário

CORREIO SERRANO

Divulgação / Ascom

CONVOCAÇÃO

A Prefeitura de Três Rios iniciou, nesta semana, a convocação dos aprovados do concurso público realizado em fevereiro deste ano. Nesta primeira etapa, foram convocados 45 aprovados, todos profissionais da área da educação. Os aprovados devem comparecer à Secretaria de Administração e Recursos Humanos, entre os dias 08 e 12 de abril para apresentar documentação necessária. A lista completa está disponível no site da prefeitura.



Foram convocados 45 pessoas

Encontro de educadores em Friburgo

A Secretaria Municipal de Educação (SME) da Prefeitura de Nova Friburgo, através do setor de Psicopedagogia Institucional Escolar, participou, nesta semana, de um encontro com os orientadores educacionais da rede municipal de en-

sino do município de Macaé, tendo como temática "Os Desafios da Orientação Educacional na Atualidade". Na ocasião foi enfatizado que o trabalho do orientador educacional precisa estar voltado para o processo de ensino aprendizagem.

Horta I

O programa "Horta nas Escolas", se iniciou em Areal, por meio da Secretaria de Agricultura, está desenvolvendo ações para a construção e implementação de hortas nas dependências das escolas públicas do município. A ação será realizada em todas as unidades.

Horta II

A ação tem como objetivo primordial otimizar a educação alimentar e possibilitar o contato dos alunos com a terra e as plantas, valorizando a produção de alimentos livres de agrotóxicos, a ação teve início na Escola de Educação especial Dr. Edmur Polito.

Pavimentação

Em São José do Vale do Rio Preto a Prefeitura em parceria com o Governo do Estado vem trabalhando na operação tapa buraco ao longo de toda RJ-134, Estrada Silveira da Motta. Os trabalhos também serão realizados até o bairro de Barrinha.

Vacina

A Prefeitura de Paty de Alferes informou que a Unidade Alba Monteiro Bernardes, está promovendo a campanha de vacinação contra influenza de segunda a sexta das 8h às 15h. É preciso levar o cartão de vacinação e do SUS e comprovante de doença crônica, se aplicável.

Padre é preso no Ceará suspeito de violência sexual em Friburgo

Foto: Reprodução/ Redes sociais

Por Laís Lima

O padre Alexandre Pacioli foi preso nesta quarta-feira (3), em Fortaleza, no Ceará, por importunação sexual e estupro de vulnerável depois de denúncias do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ). O crime, segundo denúncias, foi cometido contra a mulher, em agosto de 2022 e janeiro de 2023, em Nova Friburgo. A Arquidiocese do Rio de Janeiro informou que afastou o sacerdote das funções eclesásticas e abriu uma investigação interna para apurar o caso.

De acordo com o Ministério Público, nas duas ocasiões, o padre se aproveitou da "ingenuidade e da fé da vítima", que o tratava como sacerdote como seu "Sagrado protetor", não conseguindo oferecer resistência.

O mandado de prisão ocorreu após ação conjunta entre a Promotoria de Investigação Penal de Nova Friburgo, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Nova Friburgo e a Delegacia de Narcóticos - Denarc, da Polícia Civil do Estado do Ceará.



Pe. Alexandre Pacioli é vinculado à Arquidiocese do Rio

Segundo o MPRJ, a Arquidiocese do Rio de Janeiro, já recebeu diversas notícias de abusos sexuais cometidos pelo padre, havendo, também, outras investigações em curso, em outras comarcas do Estado do Rio.

Em nota o MPRJ ainda divulgou que se coloca à disposição de outras eventuais vítimas de Alexandre Pacioli através de seus canais de atendimento para dar início a novas investigações.

Em nota, a Mitra Diocesana de Nova Friburgo informou

estar "ciente dos acontecimentos envolvendo o padre Alexandre Pacioli e preocupada com a repercussão do caso". Segundo a Diocese de Friburgo, o "referido sacerdote não está vinculado à nossa diocese, conforme erroneamente veiculado em alguns noticiários, embora os fatos estejam sob investigação na cidade".

Em nota, a Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro informou que "após tomar conhecimento das acusações

atribuídas ao Pe. Alexandre Pacioli Moreira de Oliveira, agiu imediatamente afastando o sacerdote de todas as suas funções eclesásticas e iniciou uma investigação interna para apurar os fatos alegados. Essa medida reflete o compromisso da Arquidiocese com a integridade e a justiça, seguindo os procedimentos legais estabelecidos pela legislação da Igreja para tais situações, colaborando também com as autoridades civis na apuração dos fatos".

Sobre o padre

De acordo com o MPRJ, o padre já foi reitor da igreja da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), responsável pela igreja São José, no bairro da Lagoa, na cidade do Rio de Janeiro. Também foi o fundador da comunidade "Olhar Misericordioso". Conhecido por ser muito carismático e influente na igreja católica, o padre apresentou programas de televisão na TV Canção Nova, um deles dedicado às mulheres.

Estagiária

Escola Móvel PET do Senac chega a Teresópolis

Parceria entre a Prefeitura e o Sincomércio traz Escola Móvel PET do Senac para Teresópolis. A Carreta ficará na Praça Olímpica e terá atividades gratuitas para pets e tutores entre os dias 8 e 19 de abril. A atividade integra a Semana de Cursos de Teresópolis e os interessados devem se inscrever a partir desta sexta-feira, 5, na unidade Senac Teresópolis, que fica na Rua Alice Quintela Maurício Regadas, 66 - Várzea.

"A Prefeitura, em parceria com o Sincomércio e o Senac, traz para Teresópolis a Escola Móvel Pet, com atividades tanto para profissionais do mercado pet quanto para o público em geral", frisou o Prefeito Vinicius Claussen, convidando a todos para participarem do evento.

A abertura acontece na próxima segunda-feira (08), das 13 às 18h. Além do workshop 'Matrizes Pet: Riscos e Problemas de

Saúde nos Pets', estão previstas atividades como Recreação, Foto Pet, feira de adoção e atendimento comercial.

Sobre os Cursos e Workshops

A programação inclui ainda o curso de Técnicas Avançadas de Tosa, além dos workshops 'Cuidados para realizar banho e tosa do seu Pet'; 'Como cuidar da estética dos pets e gerar renda'; 'Matrizes

Pet: Colorimetria com carinho'; 'Beleza Peluda: Um Cronograma capilar para pelos deslumbrantes'; 'Oficina Pelos Pet: Escovação e cuidado em foco'; e 'Adestramento: Laços fortes e ambientes felizes e Benefícios da recreação para a saúde dos pets'.

Todos os cursos são destinados para maiores de 18 anos. Mais informações podem ser obtidas na unidade Sincomércio Teresópolis.

CORREIO DO VALE

POR SONIA PAES



Presidente da Câmara de Itatiaia deve ficar atento

MP está atento em gastos da Câmara de Itatiaia

O Ministério Público do Estado do Rio fez uma recomendação para que o presidente da Câmara de Itatiaia, o vereador Vinicius Leal, o Vini do Celular, fique atento a qualquer tipo de decisão no Legislativo que implique em aumento de despesa da Casa. A orientação do

MPRJ é de que seja mantido o teto de gastos com pessoal previsto na legislação vigente, "sob pena de configuração de eventual abuso de poder político ou econômico, com as consequências incidentes sobre o registro de candidatura ou mandato do agente responsável".

Suspeita de 'fantasmas' na Casa

Não é de hoje que o MP acompanha os atos dos nobres vereadores de Itatiaia. Em novembro do ano passado, a Justiça afastou três vereadores após denúncia do órgão. Na época, foram afasta-

dos Alexandre dos Santos (Solidariedade), Eduardo Pereira (PRTB) e Vander Gomes (PP), vereadores de Itatiaia (RJ), por suspeita de contratação de funcionários fantasmas na Câmara Municipal.

Arresto de bens

Os três vereadores são suspeitos também, segundo o MP, de desvio de verba destinada aos vencimentos dos servidores. O órgão ofereceu sete denúncias contra 28 pessoas, entre elas, seis vere-

adores e ex-vereadores e 22 servidores comissionados da Câmara. O Juízo da Vara Única de Itatiaia determinou, na época, o arresto de bens dos denunciados, em valores que alcançavam R\$ 336 mil.



Política em Barra do Piraí começa a ser desenhada

Secretários de Esteves deixam governo rumo à disputa

Em Barra do Piraí, já está praticamente definido também quem sairá do governo para tentar a disputa de outubro. Um deles é o secretário de Esporte e Lazer, Juliano Barbosa; Wanderson Luiz Barbosa, que acumulava a Secretaria de Educação e o serviços de Água e Esgoto do município; e Rodrigo Baptista do Nascimento

(Interino) Defesa Civil. Como o prazo para a desincompatibilização dos cargos termina nesta sexta-feira, dia 05, outras mudanças podem ocorrer de última hora. O prefeito Mário Esteves, que se filiou ao MDB, em fevereiro, após ser expulso do Pros, ainda não anunciou os substitutos, mas a lista deve sair até o fim de semana.

Deputado está fora da disputa

O deputado estadual Anderson Moraes, do PL, declinou da ideia de sair como pré-candidato à Prefeitura de Barra do Piraí. Ele conhece muito bem o município e frequenta o distrito de Ipiabas, onde tem uma casa. O nome dele vinha sendo ventilado desde o ano passado. A disputa, por enquanto, está concentrada no grupo de oposição que se reuniu para enfrentar o

prefeito Mário Esteves, liderado pelo ex-prefeito Maércio de Almeida e com apoio do deputado federal Aúreo Ribeiro (Solidariedade) e os deputados estaduais Munir Neto (PSD), André Corrêa (PP) e Jari Oliveira (PSB). A vereadora Kátia Miki é o favorita para encabeçar a chapa e ser a pré-candidata do grupo. Ela tem a seu lado ainda o colega da Câmara Pedrinho da ADL.

Compra de terreno em xeque

Kátia Miki também está na briga contra a compra de um terreno feito por Mário Esteves por nada menos do que R\$ 32.268.642,18, com a finalidade de atender serviços voltados à área de saúde e assistência social. Ela ressalta que a dívida será paga em 32 prestações. Ou seja: uma parte da dívida ficará para o próximo gover-

no. Kátia afirma que denunciou o caso ao Tribunal de Contas, a Tutela Coletiva e ao Ministério Público. Aliás, o deputado Anderson Moraes está na mesma briga. Fez a denúncia sobre a compra do terreno ao TCE (Tribunal de Contas do Estado). O Tribunal solicitou que o município se manifeste sobre o teor da representação.

Fim da 'janela partidária' deixa plenário da Câmara vazio

Bastidores ficam movimentados e vereadores trocam de partido

Sônia Paes

Com sessões suspensas por falta do quorum, durante a semana, o clima nos bastidores da Câmara Municipal de Volta Redonda era puro frenesi devido ao fim da janela partidária, que permite a troca de partidos de vereadores ou vereadoras sem perderem o mandato. Se as atividades do plenário foram reduzidas quase a zero, as articulações e contas do número de votos para a conquista de uma cadeira no Legislativo eram feitas minuciosamente.

O PP do prefeito Antonio Francisco Neto, um dos principais articuladores políticos de Volta Redonda, abrigará três vereadores: Renan Cury, Neném e Duré, além de nomes de peso como os ex-vereadores Toninho Orestes e Maurício Batista. O PP vem ainda com a pastora Edna e Junior Granato (irmão do ex-vereador Washington Granato).

O Progressista tem ainda como seu mais novo filiado o ex-secretário de Saúde, Alfredo Peixoto, do governo Samuca Silva, inimigo político número 1 de Neto. Não se sabe ainda se Alfredo virá para a disputa na Câmara Municipal após a operação regularizada para apurar possíveis irregularidades no Hospital de Campanha, montado na pandemia, quando ele era o secretário da pasta. Não houve a divulgação de nenhum fato que ligasse o nome do ex-secretário ao escândalo. E Samuca divulgou uma nota afirmando não ter envolvimento com o caso.



Vereadores da Câmara de Volta Redonda trocam de partidos mirando a vitória

Xadrez político

O vereador Edson Quinto continuará confortavelmente no PL, que voltou a ser comandado pelo empresário Antonio Cardoso. Os dois são aliados de primeira hora e fazem parte do grupo de Neto. Rodrigo Furtado, um dos poucos vereadores que fazem oposição ao governo municipal, virá mesmo pelo PL.

Furtado vem namorando com a sigla desde que o empresário e pré-candidato à prefeitura, Mauro Campos, assumiu o partido, com o aval do clã Bolsonaro e de seus principais aliados. Uma reviravolta no partido mudou todo o xadrez político da Ci-

dade do Aço, com o ingresso do vice-prefeito Sebastião Faria na legenda e, consequentemente, o grupo político de Neto. Maurinho, como o empresário é conhecido, deixou o PL e foi para o Novo, assim como alguns membros do partido.

O PSD, do deputado estadual, Munir Neto, vem com uma nominata recheada. Com mandato, o partido terá o vereador Lela. Sem mandato e buscando voltar à Câmara Municipal estarão os ex-vereadores Simar e Sukinho, além da ex-secretária de Ação Social, Carla Duarte, estreante na política, com um padrinho forte: o Munir Neto.

Rodolfo Levenhagen, que já foi candidato a vereador e tem diversos trabalhos voltados para a área social, entre outras, está na corrida novamente. Ele tem um trabalho reconhecido na Apadefi e conta aliados de longa data. Aliás, o PSD promoverá um ato de filiação no dia 12, às 17 horas, no plenário da Câmara Municipal.

O vereador Buchecha foi para o PSC, Cacau da Padaria, Solidariedade, e Paulinho AP, AgiR. Raone fica no PSB. Hálison saiu do PP e ainda definirá sua filiação, assim como uma parte que aguarda até o último momento para escolher a melhor opção.

PCdoB formaliza o apoio a Thiago Valério em B.Mansa

Lanna Silveira

O PCdoB reforçou apoio a pré-candidatura de Thiago Valério, do PDT, à Prefeitura de Barra Mansa nesta quinta-feira (4). O nome foi aprovado, por 15 votos, em uma plenária realizada pelos partidos da "Frente Barra Mansa Pode Mais" para definir quem seria o pré-candidato a prefeito.

Para o presidente da sigla, Giovanni Moreira, Thiago Valério será a melhor opção para a frente progressista de Barra Mansa, pois, segundo ele, o político é capaz de "elaborar políticas que dêem continuidade às propostas de governo do campo socialista".

A pré-campanha de Thiago também tem apoio do PSD, do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, que, inclusive visitará o município para declarar oficialmente que está ao lado de Thiago Valério.

O pré-candidato conversa ainda com o Cidadania, do vereador Marcelo Castro, que estaria disposto a aderir a pré-campanha.



Giovanni Moreira, Thiago Valério e Wagner Siqueira

PV deixa o bloco

A declaração do PCdoB vem logo após o PV, que era da Frente Barra Mansa Pode Mais, sair do bloco de partidos e o empresário Abílio Pedra afirmar que virá como pré-candidato a Prefeitura de Barra Mansa. Com a decisão de Abílio, a Federação Brasil da Esperança, formada pelo PT, PV e PCdoB,

em nível nacional, terá que interferir no caso do município, já que não houve consenso.

Se Abílio for escolhido, Thiago Valério continua na disputa, mas sem o apoio da Federação. O pedetista já afirmou que sua pré-candidatura à prefeitura está mantida independente da definição que for tomada no Rio ou em Brasília.

Edital para agentes de saúde

cadastro. O valor da inscrição é de R\$69,90.

A confirmação das inscrições será divulgada no dia 24 de maio e as provas objetivas no dia 16 de junho. No dia 05 de julho será publicada a homologação do resultado final. O edital está disponível em: www.barramansa.rj.gov.br/selecao-publica-ace-acs.

A Supervisora de Vigilância Ambiental, Millena Fonseca, falou sobre a importância dos agentes para o con-

trole das pragas no município. "Esses profissionais desempenham um papel fundamental para ajudar no controle e na prevenção de diversos agravos, principalmente a dengue, que atualmente tem nos deixado em estado de alerta", explicou Millena.

A coordenadora da Atenção Básica em Saúde, Juliana Russi, ressaltou que a época precisa com prioridade do serviço dos agentes, que atuam no combate contra a dengue.

TCE promove curso presencial em Angra

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), por meio de sua Escola de Contas e Gestão, traz para Angra dos Reis cinco cursos de aperfeiçoamento voltados para os servidores públicos. A iniciativa faz parte do projeto "ECG Presente: Educação Itinerante do TCE-RJ", que em Angra conta com o apoio da Controladoria-Geral do Município.

Os cursos serão presenciais, com aulas ministradas na Universidade Estácio de Sá. As inscrições, abertas a todos os servidores, incluindo os de fundações e autarquias municipais, devem ser feitas pelo site do tribunal.

O projeto promove atividades de capacitação em municípios selecionados, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Superior da ECG/TCE-RJ, das principais regiões do Estado do Rio, que servirão como polos para os municípios próximos.

É o caso de Angra, um dos polos da região Sul Fluminense. A vinda dos cursos atende às solicitações da Controladoria-Geral do Município junto ao TCE-RJ.

O objetivo do projeto é permitir maior acesso dos servidores públicos das regiões mais distantes às inovações e aos aspectos técnicos da administração pública.

O conteúdo dos cursos é voltado ao aprimoramento das atividades profissionais e à difusão de competências técnicas, comportamentais e de gestão pública.

CORREIO VALE PARAÍBA



Divulgação

Funkeiro dos anos 90 Márcio G será uma das atrações

Valença promove Roda de Funk neste fim de semana

Neste domingo (7), a primeira edição do evento 'Roda de Funk das Antigas - Época do Vinil' será realizada em Valença. A festa, produzida com recursos do edital de cultura estadual, acontecerá na quadra da praça Clovis Correa, no Jardim Valença, das 15h às 23h, com en-

trada gratuita. A atração principal do evento será o MC Márcio G, ex-integrante da dupla Márcio & Goró. Além dele, a programação inclui apresentações dos DJs Fábio Andrade e Jaburu, que oferecerão uma seleção de clássicos do funk antigo nacional e internacional.

Programação do baile funk

Para lembrar os festivais de rap dos anos 90, o baile funk de Valença contará ainda com MC Mirandinha, Danilo e Daniel e um grupo de dança para reviver as coreografias característicos da época. A progra-

mação do evento atende a todos os públicos, com espaço Kids, barracas com promoções de bebidas e petiscos, além de banheiros masculinos e femininos com acessibilidade e tradução em Libras.

Aulas de música em Quatis

A Prefeitura de Quatis promoverá o projeto de formação musical "Tocar, Cantar e Encantar", em parceria com a Corporação Musical Nossa Senhora do Rosário. O programa oferecerá ca-

pacitação gratuita em banda musical, grupo de cordas, violão, canto e outras modalidades. O início das inscrições e toda a programação ainda serão divulgados pela Prefeitura.



Divulgação

Evento segue até o próximo domingo (7)

Bienal do Livro de VR é aberta na Ilha São João

A 5ª Bienal do Livro de Volta Redonda, do Instituto Dagaz, foi aberta na manhã desta quinta-feira (4), na Ilha São João. Neste ano, o evento está sendo realizado com a Prefeitura de Volta Redonda e seguirá até domingo (7), das 9h às 22h, com entrada gratuita. Com a temática "Gentileza Gera Gentileza", a Bienal do Livro presta uma homenagem a José Datri-

no – o Profeta Gentileza, criador da frase tema do evento. Para ajudar no triubto, seu neto Wagner Datriño participou do primeiro dia da Bienal, ao lado de sua tia. Na manhã desta quinta, escolas da rede pública e privada do município visitaram o evento.

Bienal

Dentro da programação da 5ª Bienal do Livro de Volta Redonda, ainda está prevista a realização de palestras, debates, lançamento de livros com autores regionais, além de oficinas, contação de histórias, shows e exposições.

Rock

A Fundação Cultura de Barra Mansa promove o evento 'Corredor do Rock' entre os dias 5 e 7 de abril, no Corredor Cultural, com entrada gratuita. O espaço está localizado entre o Palácio Barão de Guapy e o Jardim das Preguiças, no Centro.

Bienal II

O evento promoverá cem atrações, com a participação de 80 escritores e 30 expositores convidados. Serão feitas 20 mesas de debates com participantes de vários estados do Brasil, além de apresentações artísticas dos cursos do Dagaz.

Rock II

A programação, disponível no site da Prefeitura, conta com shows de artistas regionais de rock, além de venda de comidas de rua e chopp. Haverá ainda um telão para transmitir o jogo da final do Campeonato Carioca entre Flamengo e Nova Iguaçu.

Ruas do bairro Roma estão precisando de reformas

Moradores relataram o problema ao poder público e aguardam solução

Lanna Silveira*

Diversas ruas do bairro Roma, em Volta Redonda, apresentam problemas de asfaltamento que causam transtornos aos moradores. Entre buracos, rachaduras e falta de limpeza, a população alega que já informou a Prefeitura sobre o estado do bairro em mais de uma ocasião; reformas teriam sido prometidas pela Secretaria de Infraestrutura (SMI) que, até o momento, ainda não atendeu às demandas do local.

Uma das vias que apresenta problemas é a Estrada Getulândia. Além de possuir erosões, fissuras e rachaduras em toda a sua extensão, existe um grande buraco exatamente no meio da rua, que se tornou um obstáculo para motoristas e pedestres. A situação se agrava nos períodos de chuva intensa, já que o único bueiro da rua está obstruído por lama, impedindo que a água seja escoada – isso gera alagamentos na avenida, acúmulo de água nos buracos e facilita a formação de barro e sujeira.

Segundo o relato do líder comunitário Denis Matos, o buraco central da estrada já está aberto há mais de seis meses. Ao falar sobre as dificuldades que as irregularidades causam na comunidade, ele lembra



Lanna Silveira

Irregularidades como buracos, rachaduras, erosões e pedras são vistas por todo o bairro

que uma moradora escorregou e caiu na estrada recentemente devido ao excesso de barro acumulado pelas chuvas. Denis alega que entrou em contato com a SMI na segunda-feira (1) para solicitar serviços de reforma na área e que a secretaria garantiu que medidas seriam tomadas. Até o fechamento desta edição, não houve atuação das equipes da SMI no trecho.

Esse cenário também se reflete em outras ruas do Roma. Locais próximos à Estrada Getulândia, como as Ruas 7, 8, 9, 11 e 14 apresentam grandes

faixas de solo deteriorado e calçadas destruídas, além dos habituais buracos que comprometem o trânsito no local e forçam motoristas a dirigir com cautela para não danificar seus veículos. Moradores da área também criticam outros pontos do bairro, como a avenida principal, que possui fissuras profundas e grandes.

Para a comunidade, as péssimas condições de asfaltamento já se tornaram permanentes no Roma, e o sentimento geral é de que o local é negligenciado pelo poder público. "O bairro

está crescendo e a sensação é de que estamos abandonados. Só decidem fazer alguma reforma aqui quando é do interesse deles", comenta uma moradora, que preferiu não se identificar.

O Correio Sul Fluminense entrou em contato com a Secretaria de Infraestrutura de Volta Redonda para questionar sobre a falta de atuação no bairro e se existem planos para uma reforma extensa na área. Não houve retorno até o fechamento dessa edição.

Estagiária*

Imagem Sacra furtada em Pirai é recuperada 17 anos depois em MG

Divulgação/Arquivo

A Vara Única da Comarca de Pirai e a 94ª Delegacia de Polícia Civil da cidade, recuperaram no mês de março, uma imagem de 'Sant'Ana Guia' do século XVIII, furtada em 2007 da Igreja Matriz de Pirai. Ela foi encontrada no Museu de Sant'Ana, em Tiradentes (MG), e devolvida à Diocese de Barra do Pirai - Volta Redonda, no Sul Fluminense. O anúncio do caso aconteceu nesta quinta-feira, dia 4, durante coletiva de imprensa, na Cúria Diocesana. Participaram da coletiva o Bispo Diocesano, Dom Luiz Henrique; o Vigário-Geral, Monsenhor Alécio de Carvalho; o Chanceler da Cúria, Padre Daniel Cezar; o Pároco da Paróquia Sant'Ana, de Pirai, Padre Márcio Mendes; a Advogada da Mitra Diocesana, Lucila de Almeida Gouveia e o Delegado da 94ª Delegacia de Polícia Civil de Pirai, José de Moraes Ferreira.

O mandado de Ação de Busca e Apreensão foi expedido pelo juiz Fellipe Bastos Silva Alves, da Vara Única da Comarca de Pirai. A execução ficou a cargo da Delegacia de Pirai, chefiada pelo delegado José de Moraes Ferreira, que determinou a Diocese como Fiel Depositário, no dia 7 de março de 2024.

A imagem de Sant'Ana Guia retornará para a Igreja Matriz no dia 14 de abril. O retorno ocorrerá às 18 horas na prefeitura, com a presença de autoridades locais e fiéis, sendo em seguida encaminhada para a Igreja Matriz com a realização de Santa Missa, presidida pelo Bispo Diocesano, Dom Luiz Henrique.

Caso

Em 15 de janeiro de 2007, a imagem de Sant'Ana Guia foi furtada do interior da igreja e a ocorrência registrada no dia 16 de janeiro. Após o aconteci-



Imagem de Sant'Ana Guia foi furtada do interior da igreja em 15 de janeiro de 2007

mento, o bem foi cadastrado no Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), à espera de informações sobre o caso.

O Bispo Diocesano, Dom Luiz Henrique, afirmou que o êxito alcançado foi resultado do trabalho conjunto das comissões da Cúria e dos órgãos competentes. "Estamos testemunhando um momento histórico para a nossa Diocese e, também, para a Paróquia de Sant'Ana, em Pirai. Em 2007, a imagem histórica de origem portuguesa foi furtada. Desde então, empenhamo-nos em todas as frentes para recuperá-la, registrando o furto e reconhecendo que a imagem estava tombada pelo INEPAC. Estamos extremamente felizes por tê-la recuperado e devolvê-la à Igreja de Pirai, onde sempre deveria ter permanecido", comentou o Bispo.

Com relação às investigações sobre a padroeira de Pirai, a imagem de Sant'Ana, tão logo tivemos informação de que ela havia sido reconhecida no museu em Tiradentes, procedemos a um pedido de busca e uma co-

municação com a Diocese. A Diocese, por meio de sua advogada, nos providenciou um laudo pericial em que ficou constatada a mesma imagem que foi furtada da igreja de Pirai e a imagem que estava em exposição no mencionado museu. Com o mandado de busca em mãos, contactamos o delegado da área. A santa foi apreendida e depositada imediatamente na Diocese. Quanto ao desdobramento das investigações, nos reservamos, uma vez que estas ainda estão em andamento - disse o Delegado da 94ª Delegacia de Polícia Civil de Pirai, José de Moraes Ferreira.

Veracidade da imagem

Em laudo técnico realizado pela D'Gusmão Conservação e Restauração de Obras de Arte, a perita em artes sacras Elaine Gusmão analisa de forma comparativa os registros históricos e os dados provenientes do museu. No documento, ela reforça que a imagem é a mesma furtada em Pirai, com evidências de ter passado por um processo de remoção de repinturas, recupe-

rando a policromia original.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) confirmaram a veracidade do laudo técnico apresentado pela Diocese.

Encontrada

Todos os anos, a Igreja de Sant'Ana prepara a festa da padroeira, que ocorre no dia 26 de julho. Uma série de programações é elaborada e, para sua divulgação, são produzidos cartazes, panfletos e camisetas. Em 2023, a equipe organizadora estava à procura de imagens em formato digital para a produção dos materiais da festa e, durante uma pesquisa na internet, encontrou a foto da imagem de Sant'Ana Guia no museu de Tiradentes. Para surpresa de todos, a imagem possuía muitas semelhanças com aquela furtada em 2007.

Depois disso, a Paróquia procurou a Cúria Diocesana para informar o fato e um comitê interno ficou responsável por buscar profissionais especializados em obras sacras. Um laudo independente foi elaborado e apontou se tratar da imagem que desapareceu da igreja em 2007.

Com as informações, o Padre Daniel Cezar, Chanceler da Diocese, e a Advogada da Cúria Diocesana, Lucila Gouveia, foram à 94ª Delegacia da Polícia Civil de Pirai para relatar o caso. Os desdobramentos ocorreram ao longo de vários meses e culminaram no retorno da imagem no dia 7 de março de 2024.

Localizada no centro de Pirai, a igreja foi construída no século XIX. É tombada pelo município desde 2005 e pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac), juntamente com seu acervo, desde 2018.

Luta antirracista do Vasco completa um século neste domingo

Há 100 anos, Vasco lançou a 'Resposta Histórica', se negando a excluir atletas negros e de camadas sociais populares de seu elenco

Por Pedro Sobreiro

Neste domingo (7), o capítulo mais importante da história do futebol brasileiro completa 100 anos. Em 7 de abril de 1924, o então presidente do Vasco da Gama, José Augusto Prestes, se voltou contra o racismo da Associação Metropolitana de Esportes Athleticos (AMEA), que organizava o Campeonato Carioca na época, e redigiu um documento afirmando que preferia se desfiliar da associação, e consequentemente do torneio - na época, era o principal do país - a ter de excluir seus atletas negros e de camadas populares, como dizia o regulamento. Essa ação ficou eternizada como a Resposta Histórica.

A luta vascaína contra o preconceito vinha desde os tempos do Remo. Em 1907, o Vasco já havia lutado contra a discriminação social. Multicampeão na modalidade utilizando atletas que conciliavam a vida trabalhando como zeladores e atendentes de comércio, o Cruzmaltino enfrentou um regulamento que queria vetar que atletas de profissões consideradas 'menos dignas' pudessem competir.

Quase uma década depois, o CRVG começou a se aventurar no futebol, que começava a crescer na Cidade Maravilhosa. O início foi desastroso, mas foi jogando nos subúrbios que o Vasco encontrou o sucesso.

Na época, o futebol era considerado um esporte de elite e só poderia ser jogado por membros dessa classe. Nas equipes de menor expressão, o Vasco encontrou atletas promissores e de origem humilde, que ganharam a oportunidade de mostrar seu talento nos campos com a Cruz de Malta no peito. Na época, a maior parte da população carioca era analfabeta, o que era um dos empecilhos para jogar futebol profissionalmente. Além disso, a regra do Remo foi trazida para o mundo da bola, impedindo que os atletas tivessem outras profissões.

Para resolver o caso, o Vasco começou um processo de alfabetização básica dos atletas e juntou valores dos associados para pagar salários aos atletas a partir dos anos 20. Esses gestos são considerados por muitos como o início da profissionalização do esporte no Brasil.

Também na década de 1920, o Vasco formou o elenco histórico conhecido como 'Os Camisas Negras'. Liderado pelo goleiro Nelson da Conceição, o primeiro goleiro negro da Seleção Brasileira, e pelo astro Ruy Ribeiro, o Cruzmaltino conquistou o Campeonato Carioca de 1923. Com um elenco cheio de atletas negros e de camadas populares, a vitória ante os times da Zona Sul irritou parte da imprensa, que redigia matérias de cunho racista contra os atletas vascaínos; e os times afiliados à Liga Metropolitana de Desportos Terrestres: América, Bangu, Botafogo, Flamengo e Fluminense, que se desfilaram da Liga e formaram, em 1924, a Associação Metropolitana de Esportes Athleticos, a infame AMEA.

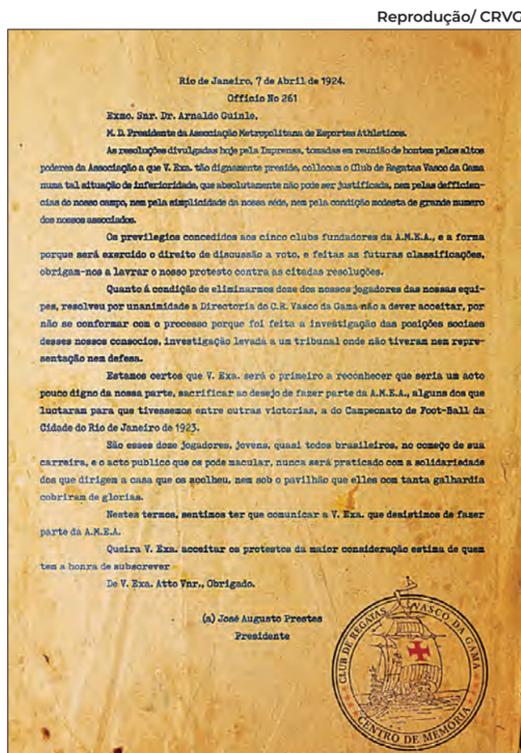
Sob a figura de Arnaldo Guinle, então presidente do Fluminense, a AMEA - que foi presidida por ele em toda sua existência - convidou o Vasco para participar como membro-fundador. Porém, fazia exigências de extremo mau-gosto, carregadas de preconceito. Se o Gigante da Colina quisesse integrar a AMEA e disputar o Campeonato Carioca, teria de excluir de seu elenco, o então campeão carioca, 12 atletas. Não por acaso, os jogadores eram em grande maioria negros ou oriundos de camadas populares da sociedade.

Então, num gesto revolucionário, José Augusto Prestes escreveu, assinou e enviou Ofício n.º 261 ao presidente da AMEA,



Reprodução

Os 'Camisas Negras' sofreram com o racismo institucional dos rivais, mas foram defendidos pela diretoria do Vasco com a Resposta Histórica



Reprodução/CRVG

Para muitos, o maior título do clube é este pedaço de papel responsável por ajudar a mudar os rumos do futebol e da sociedade brasileira

Arnaldo Guinle, ressaltando que não era aceitável julgar o clube por sua sede simples ou pela condição modesta de grande parte do elenco. Em certo trecho do documento, o presidente vascaíno protestou contra o pedido de exclusão de seus 12 atletas, que foram julgados por um comitê sem direito a defesa.

Sendo assim, Prestes concluiu dizendo que não abriria mão de seus atletas e que o Vasco não participaria da AMEA diante desse ato "pouco digno" para os jovens que defendiam as cores do clube com tanta honra.

"São esses doze jogadores, jovens, quase todos brasileiros, no começo de sua carreira, e o acto publico que os pode macular, nunca será praticado com a solidariedade dos que dirigem a casa que os acolheu, nem sob o pavilhão que elles com tanta galhardia cobriram de glorias", diz Prestes no trecho mais marcante do Ofício.

Nascia ali a 'Resposta Histórica'. Com esse enfrentamento ao regulamento racista de uma associação composta pela elite do Rio de Janeiro, o Vasco abriu as portas para que atletas negros e de camadas populares da sociedade pudessem jogar futebol, além de aproximar o esporte do povo da então capital do país.

“Quanto á condição de eliminarmos doze dos nossos jogadores das nossas equipes, resolveu por unanimidade a Directoria do C.R. Vasco da Gama não a dever acceitar, por não se conformar com o processo porque foi feita a investigação das posições sociais desses nossos consocios, investigação levada a um tribunal onde não tiveram nem representação nem defesa.”

José Augusto Prestes na 'Resposta Histórica'

Sem a aprovação na AMEA, o Vasco disputou o Carioca da Liga Metropolitana de Desportos Terrestres que já não contava com tanto prestígio por não trazer os times mais populares da cidade. O Vasco sobrou no torneio e foi campeão novamente em 1924. Os jogos realizados pelos craques do Vasco da Gama encantavam parte da imprensa e a torcida popular, que se via nos atletas em campo.

Com a popularidade crescendo exponencialmente, o Vasco acabou sendo convidado para integrar a AMEA em 1925, que terminaria com o Gigante da Colina na segunda colocação.

Neste domingo (7), a luta antirracista do Vasco completa um século, mas parece estar longe de acabar. Ao enfrentar novamente o preconceito do Segunda Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que manteve o estádio de São Januário fechado por mais de três meses em 2023, o Vasco teve de lidar com as mais absurdas declarações a respeito não apenas do estádio, mas da comunidade Barreira do Vasco, onde está localizado o Caldeirão Histórico.

Após a briga em Vasco x Goiás, em jogo válido pelo Campeonato Brasileiro, em junho de 2023, o juiz de plan-

tão do Juizado Especial do Torcedor e Grandes Eventos, Marcello Rubioli, encaminhou o parecer ao TJ-RJ solicitando a apuração do Ministério Público sobre os fatos.

No documento, Rubioli usou de termos carregados de preconceito, que causaram revolta nos moradores da Barreira e na diretoria do Vasco da Gama.

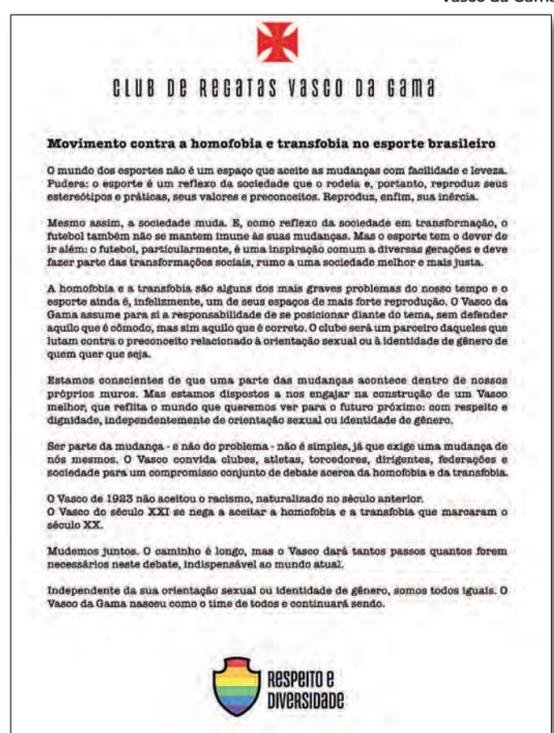
"Para contextualizar a total falta de condições de operação do local, partindo da área externa à interna, vê-se que todo o complexo é cercado pela comunidade da Barreira do Vasco, de onde houve comumente estampidos de disparos de armas de fogo oriundos do tráfico de drogas lá instalado o que gera clima de insegurança para chegar e sair do estádio. São ruas estreitas, sem área de escape, que sempre ficam lotadas de torcedores se embriagando antes de entrar no estádio", disse o juiz no parecer.

Foram mais de três meses com o estádio sem receber público, enquanto times como Santos, Coritiba e Cruzeiro, que também tiveram casos de confusão nas arquibancadas e, em alguns casos, até mesmo de briga campal, não passaram nem perto da punição recebida pelo Vasco. Ainda assim, com a volta da torcida, a chegada de Ramón Díaz e de

reforços como Payet, Paulinho e Medel, o Cruzmaltino deu a volta por cima e conseguiu se salvar do rebaixamento em um Campeonato Brasileiro marcado por essa gritante falta de isonomia.

Além do racismo, em 2021, o Vasco assumiu o compromisso de lutar contra a homofobia. Em um manifesto sem precedentes, a instituição definiu o preconceito de gênero como inaceitável e se compromissou a combater esse preconceito por meio de ações. Desde então, o clube se uniu com líderes de torcidas organizadas para acabar com cânticos homofóbicos nas arquibancadas. Além disso, a instituição incluiu aulas e palestras de conscientização sobre questões de gênero e classe social no Colégio Vasco da Gama e para os atletas tanto da categoria de base quanto do elenco profissional.

Um compromisso que foi assumido há um século seguiu moldando a história vascaína e do futebol brasileiro, que passou a contar com nomes como Pelé, Garrincha, Romário, Jairzinho, Ronaldinho e muitos outros, que jamais teriam chance de praticar o esporte se não fosse esse passo inicial tomado pelo Vasco ao redigir um dos mais belos capítulos da história do esporte bretão com sua Resposta Histórica.

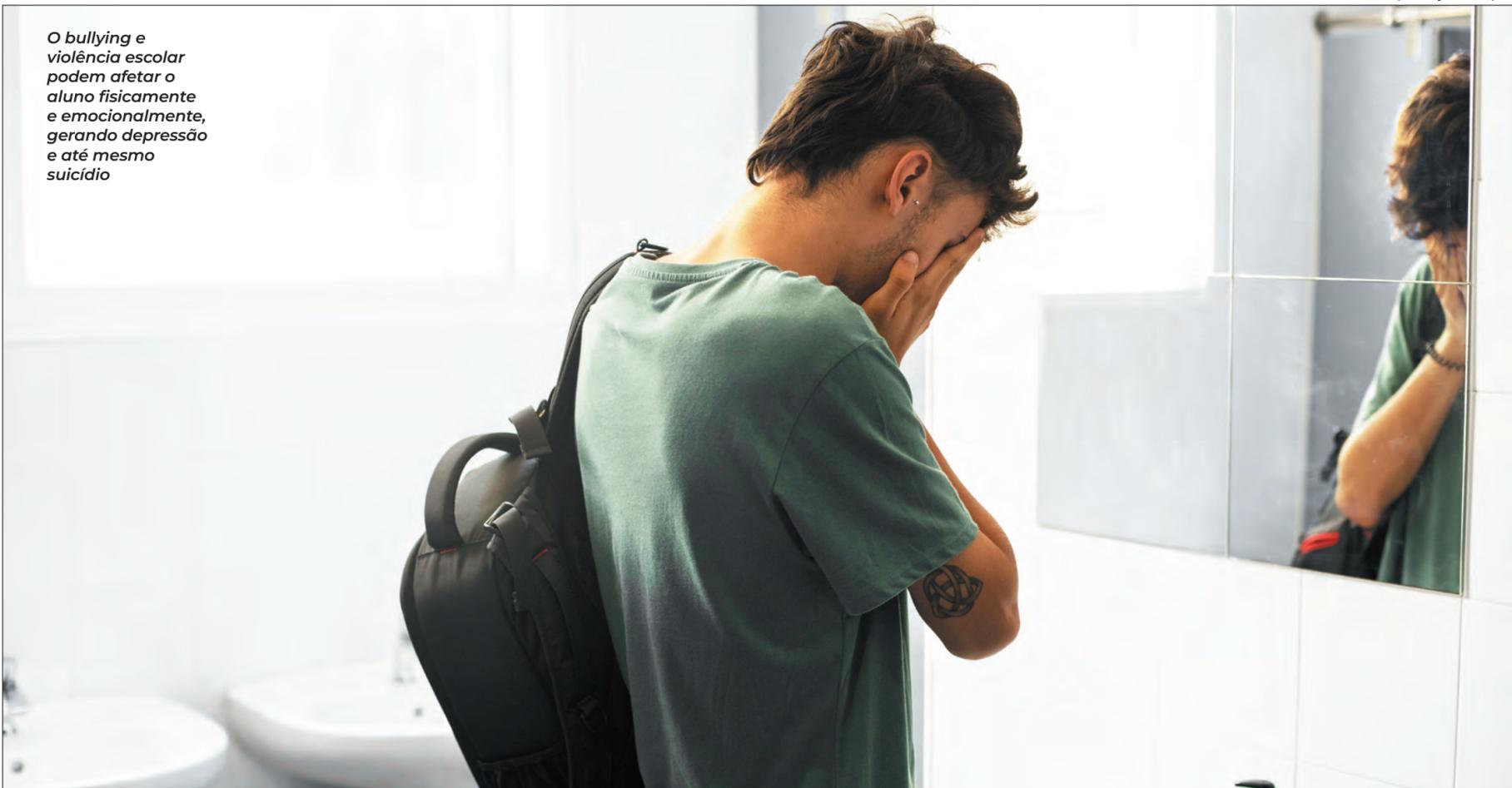


Vasco da Gama

Em 2021, o Vasco lançou novo manifesto histórico. Desta vez contra a homofobia nas arquibancadas, mostrando o engajamento social do clube

Reprodução/FreePik

O bullying e violência escolar podem afetar o aluno fisicamente e emocionalmente, gerando depressão e até mesmo suicídio



Combate ao Bullying e à violência escolar

Primeiro domingo de abril traz debate importante sobre o tema

Por Lucas Costa e Deborah Gama

No dia 7 de abril, o Brasil volta sua atenção para uma questão que afeta milhões de crianças e adolescentes em todo o país: o bullying escolar e a violência nas instituições de ensino. Esta data, instituída como o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola, é um importante lembrete da necessidade de se construir ambientes educacionais seguros e acolhedores para todos.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), um percentual superior a 40% dos estudantes adolescentes admitiram ao Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), já ter sofrido a prática de bullying, de provocação e intimidação.

Cada vez mais, somos confrontados com casos alarmantes de bullying e violência nas escolas, como o ocorrido com uma estudante negra de apenas 12 anos, vítima de bullying e racismo. Ela foi cruelmente insultada e pisoteada, sendo chamada de macaca dentro da Escola Municipal Hebe de Almeida Leite Cardoso, em Novo Horizonte, interior de São Paulo. Este caso, que ganhou grande repercussão nas redes sociais, resultou em um registro policial por preconceito racial.

Outro caso chocante, embora um pouco mais antigo, ocorreu com uma aluna, também de 12 anos, que foi alvo de ofensas raciais, homofóbicas e de preconceito social em um grupo de alunos na unidade do colégio Eleva, na Barra da Tijuca. Os ataques foram realizados através de um aplicativo de mensagens, onde os agressores a chamaram de “gorda”, “lésbica” e “pobre bolsista”.

Como lidar com essa problemática no ambiente escolar? Como conscientizar sobre os perigos do bullying para as crianças e adolescentes? Qual a relevância de uma data dedicada a essa causa? Todos esses questionamentos permeiam o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola, celebrado em 7 de abril.

Histórico e significado

O Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola



Pais atentos podem identificar mudanças nos filhos

foi estabelecido para conscientizar a sociedade sobre os danos causados por comportamentos agressivos e intimidatórios nas escolas. A data também serve como um momento de reflexão sobre as estratégias de prevenção e combate a esse problema.

Instituída em 2016, por meio da Lei nº 13.277, a escolha da data está relacionada à tragédia que ocorreu em 2011, quando um jovem de 24 anos invadiu a Escola Municipal Tasso de Oliveira, no bairro de Realengo, no Rio de Janeiro, e matou 11 crianças.

Conforme definido pela Lei nº 13.185/2015, é considerado bullying “todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas”.

O que é bullying escolar?

O bullying é a violência invisível que acontece dentro das escolas, sendo caracterizada por comportamentos agressivos, repetitivos e intencionais. Podem ocorrer de forma verbal, psicoló-



Mais de 40% dos estudantes já sofreram bullying

gica e física.

Esse fenômeno pode ocorrer de várias formas, incluindo insultos, exclusão social, agressões físicas e cyberbullying.

Riscos para crianças e adolescentes

Os efeitos do bullying escolar vão muito além do ambiente colegial, podendo ter impactos devastadores na vida das vítimas.

Segundo a psicopedagoga Érica Fragoso, os danos causados pelo bullying podem ser devastadores. Os primeiros sintomas são o isolamento social, queda no rendimento escolar, queda na autoestima, quadros de depressão, ansiedade, pânico e até outros distúrbios. Em casos extremos, o bullying pode levar ao suicídio.

Prevenção e ação

O bullying deve ser abordado de forma preventiva, através de conversas, debates, vídeos e campanhas de conscientização. “É fundamental que a escola não minimize as atitudes de violência no ambiente escolar. Essas situações devem ser tratadas com muita atenção, em prol da saúde física e mental de seus estudantes”, aponta a psicopedagoga.

Para combater o bullying com eficácia e promover um am-

biente escolar seguro, é essencial que alunos, professores, pais e comunidades trabalhem juntos. Algumas medidas importantes incluem:

1. Educação e conscientização: Promover programas educacionais que ensinem empatia, respeito mútuo e habilidades de comunicação saudáveis desde cedo;

2. Intervenção imediata: Estabelecer procedimentos claros para relatar e investigar casos de bullying, garantindo que as vítimas recebam apoio adequado e que os agressores sejam responsabilizados por suas ações;

3. Envolvimento dos pais: Encorajar os pais a participar ativamente da vida escolar dos filhos, estabelecendo canais abertos de comunicação com os professores e apoiando-os no enfrentamento do bullying.

4. Promoção da diversidade e inclusão: Criar um ambiente escolar que celebre a diversidade e respeite as diferenças, combatendo qualquer forma de discriminação e exclusão.

Érica Fragoso atua no Ensino Fundamental I e explica que o diálogo é a chave para toda e qualquer identificação de situações de violência. “Identificada, é obrigação da escola tentar reparar o dano. Percebendo que o aluno está sendo vítima, deve entrar em contato com os responsáveis da Instituição de Ensino, para que tomem as medidas necessárias”, declara.

Importância da data

O Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola é uma oportunidade para refletir sobre a importância de promover uma cultura de respeito e tolerância nas escolas. Ao reconhecer e abordar o problema do bullying, podemos ajudar a proteger a saúde emocional e o bem-estar de nossas crianças e adolescentes, construindo um futuro mais justo e compassivo para todos.

Neste dia e todos os dias, vamos nos unir para combater o bullying e criar um ambiente escolar onde todos se sintam seguros, respeitados e valorizados. Afinal, cada criança e adolescente merece a oportunidade de aprender e crescer em um ambiente livre de medo e violência.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Sobre o Relatório da Administração

O Relatório da Administração da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB busca atender a Lei nº 6.404/1976, à Instrução Normativa – TCU nº 84, de 22 de abril de 2020 e tem como objetivo apresentar, através de documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial os resultados alcançados no exercício de 2023 e as perspectivas e desafios projetados para o próximo ano.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas, foram elaboradas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em que pese o arcabouço técnico, este documento contém algumas previsões que refletem expectativas dos nossos Administradores. Os termos "antecipa", "acredita", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais podem envolver riscos e incertezas, eventualmente, não analisados pela Companhia e, conseqüentemente, não são garantias de nossos resultados. Portanto, os resultados futuros das nossas operações podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.

Este relatório foi elaborado com base no conteúdo e estrutura de apresentação dos relatórios anuais divulgados pela companhia, referentes ao exercício de 2023, aprovados pelo Conselho de Administração, acrescidos de informações complementares, quando aplicáveis, visando o atendimento aos conteúdos exigidos nas legislações e normativos pertinentes.



Mensagem do Presidente

Senhores acionistas,

Em 2023, quando a INB completou 35 anos, a Companhia vivenciou o seu primeiro exercício fora do Orçamento Fiscal da União, ou seja, deixou de ser dependente dos recursos do Tesouro Nacional. Para enfrentar este e outros desafios, foram adotadas práticas de fortalecimento da gestão financeira para impulsionar os resultados e implementar os projetos estratégicos.

Um dos marcos para a INB foi a assinatura de contrato com a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul), para a prestação de serviços de engenharia para o desenvolvimento do projeto básico referente à segunda fase da implantação da Usina de Enriquecimento Isotópico de Urânio da Fábrica de Combustível Nuclear (FCN), em Resende/RJ.

Além disso, outro destaque foi o avanço das atividades de licenciamento do Projeto Santa Quitéria (PSQ), a ser implantado no município de Santa Quitéria, no Ceará, com o objetivo de produzir anualmente 2,3 mil toneladas de concentrado de urânio, além de 1,05 milhão de toneladas de adubos fosfatados e 220 mil toneladas de fosfato bicalcário através de parceria já estabelecida. Em dezembro, foram entregues as complementações do Estudo de Impacto Ambiental para o Ibama como parte do processo para obter a licença prévia, que corresponde à primeira etapa do licenciamento junto ao órgão.

Quando ao licenciamento nuclear do empreendimento junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, foi obtida a autorização para a posse, o uso e o armazenamento de minérios, matérias-primas e demais materiais contendo radionuclídeos das séries naturais do urânio e/ou tório. Uma etapa importante para validar os requisitos de segurança e proteção radiológica da futura instalação.

Também foi realizada a migração do mercado regulado de energia - ACR (Ambiente de Contratação Regulada), para o mercado livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), que proporcionou economia de custos nas tarifas de energia elétrica para a Unidade de Resende/RJ.

No âmbito interno, a Companhia constituiu a Comissão Paritária para negociação da proposta do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados - PPLR, que se encontra na fase de apuração dos resultados dos indicadores para posterior aprovação dos órgãos estatutários competentes.

Também se fez necessária a revisão e atualização da avaliação dos riscos corporativos da INB. Esta revisão é uma demonstração do compromisso contínuo em compreender e gerenciar os riscos que podem impactar o negócio, à medida que as condições externas e internas se modificam.

Para superar essas dificuldades, a perspectiva é estabelecer novas parcerias e ampliar os investimentos para a implementação dos projetos estratégicos que proporcionarão a diminuição da dependência da Companhia do mercado externo e a geração de novas fontes de receita para a INB. A definição e a priorização desses projetos acontecerão com a revisão do Planejamento Estratégico que acontecerá em 2024 e apontará as novas metas para o período 2025-2029.

Apesar dos desafios, a INB está comprometida em dar continuidade no monitoramento rigoroso das despesas, na exploração de oportunidades e no aprimoramento de processos, sem medir esforços para promover a sustentabilidade financeira e a responsabilidade social corporativa, mantendo altos padrões de ética, desempenho e transparência.

Mais informações sobre ações de governança e sustentabilidade podem ser encontradas no Relatório de Gestão do exercício de 2023, divulgado em: www.inb.gov.br.

Visão Organizacional



A INB é uma Empresa Pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, sob controle acionário da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar.

A Companhia tem como finalidade principal executar o monopólio da União sobre as atividades previstas no inciso XXIII do caput do art. 21 e no inciso V do caput do art. 177 da Constituição Federal, nos termos da Lei nº 14.514, de 29 de dezembro de 2022.

A INB atua na cadeia produtiva do Ciclo do Combustível Nuclear nas etapas de mineração, beneficiamento, enriquecimento isotópico de urânio, fabricação de pó e pastilhas de dióxido de urânio (UO₂) e montagem do elemento combustível que supre as usinas nucleares brasileiras geradoras de energia elétrica. A Companhia também presta serviços de engenharia do combustível nuclear e em reatores nucleares no país e no exterior.

As instalações e atividades industriais e de segurança da INB são licenciadas e fiscalizadas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN¹ e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama. Adicionalmente a Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA (órgão vinculado à Organização das Nações Unidas - ONU), bem como a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - ABACC (organização internacional criada pelos governos do Brasil e da Argentina) supervisionam nossas atividades e instalações, realizando inspeções regulares na Fábrica de Combustível Nuclear - FCN, instalada em Resende/RJ.

Composição Acionária

O Capital Social da Companhia, subscrito e integralizado, é de R\$ 882.008 mil, dividido em 233.485.182 ações sem valor nominal, onde 140.092.496 ações são ordinárias nominativas com direito a voto e 93.392.686 ações são preferenciais nominativas sem direito a voto.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total (%)
ENBPar	140.089.096	93.392.676	99,9985
Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno	3.400	10	0,0015
Total	140.092.496	93.392.686	100,00

Missão, Visão e Valores

O Conselho de Administração da INB aprovou em dezembro de 2017 o Planejamento Estratégico da Companhia para o período de 2017-2026, reafirmando a Missão, Visão e os Valores Corporativos da INB.



Onde Estamos

A Companhia tem sua sede localizada no município do Rio de Janeiro/RJ e está presente em 5 Estados com investimentos em atividades de mineração, beneficiamento, enriquecimento isotópico de urânio, fabricação de pastilhas e do elemento combustível que supre as usinas nucleares brasileiras produtoras de energia elétrica. Exerce ainda, atividades e ações de descomissionamento de Unidades descontinuadas, especificamente em Minas Gerais, São Paulo e no Rio de Janeiro.



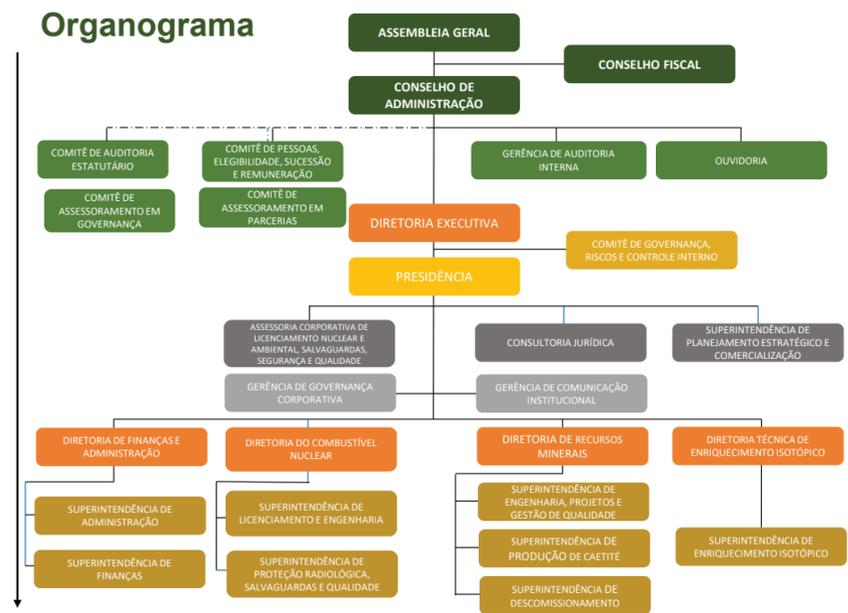
A Companhia está presente nos Estados Unidos da América onde atua na prestação de serviços em reatores nucleares, através de contrato com a empresa americana *Westinghouse Electric Co.*

¹ Em 15/10/2021, através da Lei nº 14.222, foi criada a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), por cisão da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), que terá como finalidade institucional monitorar, regular e fiscalizar a segurança nuclear e a proteção radiológica das atividades e das instalações nucleares, materiais nucleares e fontes de radiação no território nacional, nos termos do disposto na Política Nuclear Brasileira e nas diretrizes do Governo Federal.

Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da INB é constituída por um conjunto de órgãos decisórios e de apoio que fazem com que a Companhia seja administrada segundo os mais altos padrões de transparência e conformidade com os normativos legais que regem suas atividades.

Organograma



Setores de Atuação

A Companhia atua nas atividades voltadas para o Ciclo do Combustível Nuclear.

O Ciclo do Combustível Nuclear se caracteriza pelo conjunto de processos industriais que transformam o minério de urânio no combustível que gera energia elétrica nos reatores nucleares

Mineração e Produção de Concentrado de urânio (U₃O₈)

Atualmente a mineração e a produção de concentrado de urânio é realizada pela INB na Unidade de Concentração de Urânio - URA, localizada no município de Caetité/BA. As atividades realizadas englobam as operações de lavra e beneficiamento mineral que resultam no concentrado de urânio ou *yellowcake* (U₃O₈). A Unidade situa-se na Província Uranífera de Lagoa Real, com recursos estimados de 87,1 mil toneladas de urânio (U₃O₈) distribuídos em 17 depósitos naturais.

Projetos de expansão da exploração de minério de urânio e de enriquecimento isotópico de urânio no país.

Para a expansão da mineração de urânio a INB vem investindo no Projeto Santa Quitéria - PSQ, empreendimento conduzido pelo Consórcio Santa Quitéria, formado pela INB e pela empresa privada Fosfatados do Norte-Nordeste S/A. (Fosnor), do grupo Galvani. A expectativa é de produção de 2.300 toneladas/ano de concentrado de urânio (U₃O₈), suficientes para suprir 3,1 vezes a demanda das usinas nucleares de Angra dos Reis, incluindo a usina de Angra 3 que se encontra em construção, além da produção de 1,05 milhão de toneladas/ano de fertilizantes fosfatados de alto teor para nutrição de plantas e 220 mil toneladas/ano de fosfato bicalcário para ração animal.

Conversão de U₃O₈ em UF₆

A INB já iniciou estudos de viabilidade econômico-financeira para implantação da planta de Conversão na Unidade da INB, em Resende, pois com a expansão da capacidade de enriquecimento de urânio a Fábrica de Conversão poderá gerar uma grande economia para a INB e um aumento previsto de até 230 postos de trabalho diretos e pelo menos 350 indiretos, quando a usina estiver em plena operação.

As atividades de enriquecimento isotópico de urânio (UF₆), fabricação de pó e de pastilhas de dióxido de urânio (UO₂) e de componentes e montagem dos elementos combustíveis são realizadas na Fábrica de Combustível Nuclear - FCN, localizada no Município de Resende/RJ.

Esta planta possui um Sistema Integrado de Gestão - SIG, implementado em 2007, que além do Programa de Garantia da Qualidade para as Operações e Fornecimento de Elementos Combustíveis e Componentes do Núcleo das Usinas Nucleoelétricas, também contempla questões de segurança e saúde do trabalhador, da segurança das operações e da preservação do meio ambiente para a sociedade.

Enriquecimento de Urânio

A Usina de Enriquecimento Isotópico de Urânio se encontra na Fábrica de Combustível Nuclear - FCN, localizada no Município de Resende/RJ e sua implantação, em módulos de cascatas, vem sendo conduzida em parceria com a Marinha do Brasil, através do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP).

Este projeto industrial estratégico do Ciclo de Combustível Nuclear, de vital importância para o desenvolvimento nacional e o bem-estar da sociedade, foi planejado para alcançar, em etapas, a capacidade de tornar o Brasil autossuficiente na produção de urânio enriquecido, atendendo plenamente às recargas das Usinas Nucleares de Angra 1 e 2 e, futuramente, Angra 3, em consonância com a Política Nuclear Brasileira e com o Plano Nacional de Energia (PNE 2050).

Em processo de expansão, a capacidade nominal instalada de serviços de enriquecimento deverá abranger, além das 10 (dez) cascatas atuais, o aumento significativo da quantidade de cascatas e adicionalmente a utilização de ultracentrífugas de nova geração, com elevado grau de maturidade tecnológica, que possibilitará o aumento nominal da capacidade produtiva, bem como, a construção de infraestrutura compreendendo todas as facilidades necessárias à plena operação da planta industrial.

Para a concretização desse desafio, estão em curso os serviços de modernização das cascatas 2 e 3 do Módulo 1 e a continuidade dos serviços de engenharia necessários ao detalhamento do Projeto Básico e a elaboração de Planilhas de Quantitativos necessários para implantação da 2ª Fase da Usina de Enriquecimento. Registram-se, também, os procedimentos para os licenciamentos nuclear e ambiental que estão sendo conduzidos junto aos órgãos responsáveis.

No exercício de 2023 a Companhia assinou contrato com a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul), para a prestação de serviços de engenharia para o desenvolvimento do projeto básico referente à segunda fase da implantação da Usina de Enriquecimento Isotópico de Urânio da Fábrica de Combustível Nuclear (FCN), em Resende/RJ.

Registra-se que a tecnologia de enriquecimento do urânio, pelo processo da ultracentrifugação, foi desenvolvida no Brasil pelo CTMSP em parceria com o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN/CNEN). De acordo com a *World Nuclear Association*, o Brasil faz parte de um seleto grupo de 13 países reconhecidos internacionalmente pelo setor nuclear como detentores de instalações para enriquecimento de urânio com diferentes capacidades industriais de produção.

Fabricação do Combustível Nuclear

Reconversão de UF₆ em Pó UO₂

A fabricação de pó de dióxido de urânio (UO₂), também denominada de reconversão, se caracteriza pelo retorno da matéria-prima de saída do processo de enriquecimento, hexafluoreto de urânio (UF₆) gasificado, ao estado sólido sob a forma de pó de dióxido de urânio (UO₂).

Esta planta industrial possui a capacidade instalada de 160 toneladas por ano, o que permite suprir a demanda total das Usinas de Angra 1 e 2, com excedentes que podem ser utilizados para atender outras demandas, como por exemplo a futura Usina de Angra 3 e o Reator Multipropósito Brasileiro (RMB).

Fabricação de Pastilhas de UO₂

Consiste da transformação do pó de UO₂ em pequenas pastilhas de geometria cilíndrica, denominadas pastilhas verdes, por meio de um processo de prensagem, onde são incorporados outros compostos de urânio e elementos que garantem a qualidade requerida para o produto. Posteriormente, as pastilhas verdes são aquecidas a 1750°C no forno de sinterização, fazendo com que as suas propriedades mecânicas sejam elevadas, conferindo assim a resistência necessária às condições de operação a que serão submetidas dentro do reator de uma usina nuclear. Apenas duas destas pastilhas produzem energia suficiente para abastecer uma residência média, com quatro pessoas, durante um mês.

Esta planta industrial possui uma capacidade instalada de 120 toneladas por ano, sendo capaz de suprir a demanda interna das usinas de Angra 1 e 2, com excedentes para outras demandas.





MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Fabricação de Componentes e Montagem do Elemento Combustível

A fabricação de componentes e montagem do elemento combustível se inicia quando as pastilhas de urânio são inseridas no interior de tubos fabricados a partir de uma liga especial de zircônio e selados sob pressão em ambas as extremidades com tampões soldados, constituindo assim as varetas combustíveis. Estas varetas são posicionadas em feixes de 16 por 16 e mantidas nesta configuração por meio de grades reticulares (grades espaçadoras) e tubos estruturais (tubos-guia). Por fim, o feixe de varetas é unido rigidamente aos bocais terminais, que além de conferir a devida sustentação estrutural de todo o conjunto (elemento combustível) são os responsáveis pelo perfeito acoplamento do combustível nos componentes do núcleo do reator.

Durante a fabricação de pó e pastilhas de dióxido de urânio (UO₂), componentes e montagem do elemento combustível são realizadas análises e inspeções visando garantir sua conformidade com as especificações e suas respectivas certificações. Para atender a realização dessas análises e testes a FCN possui cinco laboratórios que operam com equipamentos modernos, pessoal treinado e metodologias validadas.

São realizadas anualmente cerca de 50.000 análises laboratoriais e inspeções dimensionais e visuais para atendimento às Recargas de Angra 1 e Angra 2, além de todo o controle de fabricação e certificação dos produtos.

Capital Natural e Manufaturado

Mineração de Urânio	Recursos Estimados
Mineração de Urânio - Unidade Caetité/BA	87,1 mil toneladas
Beneficiamento de Urânio	Capacidade Instalada
Produção de U ₃ O ₈ - Unidade Caetité/BA	260 toneladas/ano
Enriquecimento de Urânio - Unidade Resende/RJ	70.000 kg UTS/ano
Produção de Pó de dióxido de UO ₂ - Unidade Resende/RJ	160 toneladas/ano
Produção de Pastilhas de dióxido de UO ₂ - Unidade Resende/RJ	120 toneladas/ano
Fabricação de Elementos Combustíveis	Capacidade Instalada
Fabricação de Elementos Combustíveis - Unidade Resende/RJ	240 toneladas/ano de UO ₂
Serviços em Reatores Nucleares	Receitas Estimadas/ano
Serviços em Reatores Nucleares em Usinas no mercado interno e externo	R\$ 10 milhões/ano

Conforme tabela abaixo, o montante de investimentos para os segmentos de negócio e para manutenção das atividades da Companhia em 2023 considerando aquisição de ativos imobilizados e gastos com ativos intangíveis no período foram:

Ação	Programa	(Em R\$ mil) Investimento
Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais		
4101	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional	0
4102	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional	199
4103	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional	1.003
Subtotal		1.202
Política Nuclear		
21EH	Fabricação do Combustível Nuclear - Nacional	25.035
21EI	Descomissionamento de Unidades Minerio-Industriais de Material Radioativo - Nacional	528
15ZL	Ampliação da Unidade de Concentração de Urânio - no Município de Caetité - BA	1.404
15ZN	Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio - Na Região Sudeste	26.150
Subtotal		53.117
Total		54.319

Análise Setorial

➤ Cenário Externo

O conflito entre a Rússia e a Ucrânia, iniciado em 2022 e que perdura até os dias de hoje destacou a necessidade de ampliação da matriz elétrica mundial, abrindo uma nova oportunidade ao protagonismo da geração nuclear. A Europa busca a diminuição da dependência de gás russo enquanto vários países passam a reconhecer a importância de se manter ou ampliar o número de reatores nucleares como caminho indispensável para um futuro de mais eletrificação e menos CO₂.

Desde o início do conflito, foram feitos anúncios de grandes investimentos no setor nuclear. Dentre estes, merecem destaque o aporte de cinquenta bilhões de euros, anunciado pela França, destinados à construção de mais seis usinas nucleares a partir de 2028; o novo Plano Estratégico de Energia do Japão, que prevê a reativação dos reatores nucleares a fim de reduzir a utilização de usinas a gás e carvão; o anúncio da China, sobre a continuidade da construção de reatores nucleares, de forma a perseguir o objetivo de neutralidade de carbono em 2060, no maior programa de expansão nuclear do mundo, com 120 GW de capacidade no cenário STEPS¹, e 160 GW no APS².

No viés mercadológico, há registros de aproximadamente cinquenta fundos de hedge geridos pela empresa de processamento norte-americana ConverDyn, que compram e armazenam concentrado de urânio (*yellowcake*), à medida que o preço do combustível nuclear sobe para os maiores patamares registrados nos últimos dezesseis anos, e enquanto especuladores apostam que os preços irão disparar³. Isso ocorre depois que o preço à vista do urânio subiu de cerca de US\$ 49 por libra no início de 2023 para US\$ 86 no final do ano 2023. No início de 2020, era de US\$ 24 por libra-peso.

Houve procura de cerca de 180 milhões de libras de urânio em 2023, mas apenas 135 milhões de libras de fornecimentos, segundo a empresa *Ocean Wall*, com sede em Londres. Analistas do Morgan Stanley também escolheram o metal como sua principal opção de *commodity*.

Estão em construção 61 reatores nucleares em todo o mundo e há centenas de outros reatores previstos à medida que os países procuram reduzir as suas emissões de carbono.

A COP 28⁴ realizada entre 30 de novembro e 12 de dezembro de 2023 veio com uma robusta pauta de incentivo ao setor nuclear. A iniciativa de triplicar a capacidade nuclear mundial até 2050 foi capitaneada pelo presidente francês, Emmanuel Macron, e o enviado especial norte americano para o clima John Kerry. Perseguindo o cenário de limitação das emissões de CO₂, compatível com a limitação de 1.5°C no aquecimento global, o IPCC⁵ estabeleceu que seria necessário alcançar uma base de geração nuclear global de 1.160 gigawatts até 2050, partindo de uma capacidade instalada em 2020 de 394 gigawatts.⁶ Este incremento na matriz nuclear mundial só seria alcançado com um mix de novos reatores convencionais, prolongamento da vida útil de reatores em operação, e investimento em SMRs⁷.

Comparativamente, a energia nuclear é a mais rentável em termos de investimento por gigawatt gerado de qualquer fonte renovável, segundo um relatório conjunto da AIE e da AIEA de 2020.

➤ Cenário Interno

No Brasil, o Plano Nacional de Energia 2050 – PNE 2050, que trata do planejamento de longo prazo do setor de energia, formulando decisões de política energética a partir de uma visão estratégica, discorre sobre a política nuclear brasileira (PNB) em vigor desde 2018, e a nova previsão para o início das atividades da usina Angra III em 2029. Além de Angra III, planeja de 8 a 10GW em novas plantas nucleares, equivalendo a nove usinas com a potência de Angra III.

As perspectivas tecnológicas do país para essa geração também trazem oportunidades para um futuro fornecimento de combustível nuclear aos pequenos reatores modulares (SMR) e também na geração III+. Com o domínio da fabricação do combustível nuclear a exploração de urânio em Caetité desde 1998, e com o projeto de Santa Quitéria, no estado do Ceará, o Brasil guarda grandes potencialidades de desenvolver e comercializar no mercado internacional um bom portfólio de produtos e serviços no segmento nuclear. Requer, no entanto, investimentos em pesquisa, renovação e ampliação da capacidade industrial instalada para o desenvolvimento do setor.

Em 12/08/2022, a Medida Provisória nº 1.133 (transformada na Lei nº 14.514/22, de 29/12/2022) autorizou a transferência do controle acionário da INB para a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional – ENBPar. A operação foi consolidada pelo Decreto nº 11.235, em 13/10/2022. A efetivação do aumento de capital e do controle da INB pela ENBPar tornou a Companhia uma estatal não dependente de recursos do Tesouro Nacional e proporcionou a migração da INB para o Programa de Dispêndio Global (PDG) e Orçamento de Investimento (OI) das empresas estatais que se deu com a publicação da Portaria do Ministério da Economia nº 9.677, no dia 08/11/2022.

Destacamos ainda, a nova dinâmica resultante das alterações promovidas na Lei nº 14.514/2022, que modificou a legislação de constituição da INB, estabelecendo novas diretrizes para as atividades de lavra e comercialização de materiais nucleares e seus concentrados e derivados que após as devidas regulamentações, permitirão a participação da iniciativa privada na pesquisa e lavra de minérios nucleares, mas mantendo o monopólio da atividade na INB, conforme prevê a Constituição. Esse novo modelo poderá atrair investimentos e parcerias, inclusive externas, trazendo também sustentabilidade econômica aos projetos de exploração de urânio no país, transformando reservas uraníferas em fontes de financiamento ao Programa Nuclear Brasileiro.

A transformação societária da INB ocorreu em contexto geopolítico marcado pelo conflito armado entre Rússia e Ucrânia, com reflexos diretos no mercado internacional de urânio, cuja pressão sobre os preços de comercialização do minério foi acentuada com a eclosão de rebelião ocorrida neste ano no Níger, um dos maiores produtores de urânio no mundo, e a forte atuação de fundos especulativos no mercado de urânio.

A tendência de alta dos preços do urânio traz impactos diretos no Ciclo do Combustível Nuclear, inclusive no equilíbrio econômico-financeiro de nossos contratos de combustível nuclear para a EletroNuclear e impõe novos desafios e oportunidades para o desenvolvimento de políticas públicas capazes de fornecer subsídios e incentivar a nacionalização de parcelas significativas das cadeias globais de valor e, por conseguinte, reduzir a dependência tecnológica estrangeira.

Os empreendimentos a serem viabilizados, via parcerias com a regulamentação da Lei nº 14.514/2022, tem o potencial de gerar urânio excedente às necessidades nacionais, para comercialização no mercado internacional, criando uma fonte de receita adicional ao Programa Nuclear Brasileiro. A atratividade das parcerias reside no fato de que o urânio pode ser encontrado na natureza associado com outros minérios como ouro, nióbio, fosfato, tântalo, columbita, etc. Nos modelos de negócio trabalhados pela INB o parceiro privado ficaria com o minério associado e a INB com o minério nuclear.

A ampliação das linhas de crédito disponibilizadas por instituições de fomento no país e exterior para investimentos em infraestrutura e em políticas de inovação, principalmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e pelo *New Development Bank* (NDB), também se constitui em oportunidade factível para a modernização e ampliação do parque industrial da INB e para abertura de novas frentes de pesquisa e prospecção mineral, desde que as taxas de juros efetivamente praticadas sejam compatíveis com a rentabilidade das aplicações financeiras.

Não obstante, mesmo diante de cenário com maior oferta de crédito, a obtenção de financiamento para alavancagem, via de regra, acaba sendo inviabilizada pelas altas taxas de juros vigentes no país (taxa Selic equivalente a 12,75% a.a.), variável determinante para direcionamento do fluxo de recursos financeiros para o mercado de capitais.

O atual cenário do segmento nuclear favorece a captação de investimentos e incentivos políticos que podem contribuir para a conclusão de Angra 3 e a persecução dos demais objetivos do Plano Nacional de Energia 2050 (PNE 2050), com uma expansão mínima de 4 GW, podendo alcançar 8 GW até 2030, nas regiões Sudeste e Nordeste, bem como o início dos estudos de localização das novas centrais nucleares planejadas.

Em uma conjuntura internacional em que a agenda da transição energética avança e ganha importância, o Brasil adere aos compromissos globais de redução dos efeitos da crise climática e busca soluções para o desenvolvimento sustentável do país. Neste contexto, o setor nuclear permanece como uma oportunidade estratégica para o país, oferecendo capacidade de geração e confiabilidade no sistema elétrico, sem demandar grandes áreas ou recursos hídricos, e contribuindo para a descarbonização da geração e eletrificação do transporte.

O ganho de arrasto tecnológico do desenvolvimento do programa Nuclear Brasileiro é uma outra vantagem que justifica os vultuosos investimentos já feitos e os necessários para completar Angra 3, a construção do reator multipropósito (RMB) e os novos reatores planejados no PNE 2050.

Todo o cenário exposto exigirá da Companhia sólida preparação para atendimento às demandas que estão por vir. Nesse contexto a INB se prepara para realinhar sua estratégia a estes desafios e oportunidades.

Governança Corporativa

A INB vem ampliando e fortalecendo suas práticas de governança e compliance, com objetivo de garantir a sustentabilidade e conduzir a gestão dos negócios da Companhia com mais altos padrões éticos, zelando pela integridade e pela transparência. A Companhia possui uma estrutura de governança fundamentada no papel claro e objetivo de cada órgão responsável pela orientação, fiscalização e gestão dos seus negócios.

O aprimoramento da governança corporativa vem sendo conduzido por uma estrutura, práticas e instrumentos normativos, nos quais estão incluídos o Manual de Organização, o Estatuto Social, os Regimentos Internos, as Políticas e Normas que norteiam o funcionamento dos órgãos, áreas, atividades e processos da INB.

Agentes da Governança

Assembleia Geral dos Acionistas Instância máxima decisória com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia. Compete a Assembleia Geral, eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, entre outras atribuições e responsabilidades

Conselho Fiscal - Órgão colegiado, independente, composto por 3 (três) membros eleitos pela Assembleia Geral, não integrante da Administração, ao qual cabe, por meio de sua função fiscalizadora, representar os acionistas e acompanhar as ações dos administradores, com o objetivo de verificar o cumprimento dos deveres legais e estatutários, e defender os interesses da INB e dos seus acionistas.

Conselho de Administração (CA) - Órgão de deliberação colegiada, composto por 7 (sete) membros eleitos pela Assembleia Geral, responsável por analisar, aprovar e monitorar todas as ações e decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, Código de Ética, Conduta e Integridade; aprovar e acompanhar os planos de negócios estratégicos e de investimentos e verificar a atuação da Diretoria Executiva. É assessorado pela Auditoria Interna, pelo Comitê de Auditoria Estatutária, pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração e pela Ouvidoria.

Em conformidade com a Lei nº 13.303/16 o Conselho de Administração da INB é formado por, no mínimo, 25% de membros independentes.

Diretoria Executiva (DE) - Composta pelo diretor-presidente e 4 (quatro) diretores, eleitos pelo CA, que possui dentre as atribuições acompanhar as atividades relacionadas às práticas da governança corporativa, o monitoramento da sustentabilidade dos negócios, dos riscos estratégicos e as respectivas medidas de mitigação, bem como exercício do poder decisório no que se refere às atividades da Companhia. É assessorado pelo Comitê de Governança, Riscos e Controle Interno.

Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e a Diretoria Executiva – Órgãos de fiscalização e assessoramento ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 16/10/2023, editou a RCA nº 048/23, determinando a criação dos seguintes comitês de assessoramento ao Conselho de Administração:

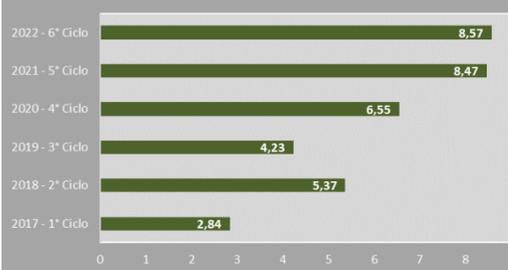
- Comitê de Assessoramento sobre Parcerias (CAP) - órgão de caráter permanente, que se reporta ao Conselho de Administração, e que tem por finalidade auxiliá-lo no exercício das suas atribuições legais e regimentais, especificamente quanto à avaliação de associações e negócios entre a INB e o titular da autorização de pesquisa mineral ou de concessão de lavra com ocorrência de elementos nucleares ou matérias-primas que contenham elementos nucleares associados; e
- Comitê de Assessoramento em Governança (CGO) - órgão de caráter permanente, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração, e que tem como objetivo avaliar as oportunidades para implementação de ações necessárias para o funcionamento adequado das estruturas e instrumentos de governança, bem como para fomentar a cultura de governança na Companhia.

Auditoria Interna - Área vinculada ao Conselho de Administração, responsável pelo controle, assessoramento, orientação, acompanhamento, avaliação dos controles internos e da aderência às normas regulatórias. Tem como missão aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliação, assessoria e conhecimento, atuando como terceira linha de defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles. A Auditoria Interna da INB é o principal canal de relacionamento da Companhia com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) para prover atendimento das demandas destes órgãos de fiscalização e controle.

Ouvidoria - Área vinculada ao Conselho de Administração que garante o diálogo entre o cidadão e a Companhia. As manifestações e demandas endereçadas à Ouvidoria podem ser realizadas pelo atendimento pessoal ou mediante ao acesso aos canais disponibilizados na página eletrônica - www.inb.gov.br, mensagem eletrônica encaminhada para ouvidoria@inb.gov.br e através do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv).

Gerência de Governança Corporativa - Área de Governança Corporativa tem entre as principais atribuições a responsabilidade de planejar, desenvolver, implantar, operacionalizar e acompanhar as atividades de governança, gestão de riscos, conformidade e controle interno em articulação com as demais áreas da Companhia.

IG-Sest - Performance da Companhia



Indicadores de Governança

Os indicadores de governança apontados pelos órgãos de controle das empresas estatais vêm mostrando que a INB se destaca entre as estatais no cumprimento dos requisitos de governança, transparência, ética e integridade na gestão dos seus negócios e no cumprimento das Políticas Públicas de sua responsabilidade.

As avaliações realizadas de forma contínua pela Sest, através do Indicador de Governança das Empresas Estatais – IG-Sest, comprovou que a INB apresentou evolução nas práticas de governança, conforme o histórico do desempenho da INB desde o 1º Ciclo, realizado em 2017 até o 6º Ciclo, realizado em 2022, conforme demonstrado a seguir:

O 7º Ciclo do IG-Sest estava previsto para realização em 2023, contudo, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), informou pelo Ofício Circular SEI nº 567/2023/MGI, de 13/06/2023, que o 7º Ciclo foi reprogramado para 2024, objetivando oportunizar uma revisão metodológica para apuração do Indicador.

Gestão de Riscos

A gestão eficaz de riscos é um componente fundamental da governança corporativa que desempenha um papel crítico na sustentabilidade e no sucesso da Companhia. A Política e as normas de Gestão de Riscos, integram o Sistema de Gestão de Riscos da INB e consiste no conjunto de instrumentos de governança e gestão para apoio à concepção, implementação, monitoramento e melhoria contínua do processo de gerenciamento de riscos.

O processo de gestão de riscos da INB é coordenado por uma área corporativa, permitindo a padronização e a uniformização das análises de risco. O gerenciamento das responsabilidades dos riscos da Companhia está estruturado de acordo com o modelo de três linhas. Nesse modelo, cada grupo de gestores que compõe as linhas desempenha um papel distinto na estrutura de governança.

Em função das mudanças ocorridas desde a última avaliação dos riscos da Companhia, realizada em 2021, bem como das ações de mitigação e gerenciamento implementadas para responder aos riscos e garantir a continuidade das operações, em 2023 se fez necessária a revisão e a atualização da avaliação dos principais riscos corporativos da INB. Esta revisão é uma demonstração do compromisso contínuo em compreender e gerenciar os riscos que podem impactar o negócio, à medida que as condições externas e internas se modificam.

Riscos associados ao Negócio	Criticidade Residual	Nível de Aceitação do Risco Residual	Posição do Risco em 2023
Indisponibilidade Orçamentária.	Alto	Urgente	1º
Indisponibilidade de Matéria Prima e Insumos.	Médio	Tolerável	2º
Obsolescência das instalações FCN.	Médio	Tolerável	3º
Paralisação de processos de produção.	Médio	Tolerável	4º
Danos à infraestrutura do Data Center.	Médio	Tolerável	5º
Perda de Licenciamento (Intempetividade no cumprimento).	Médio	Tolerável	6º
Descontinuidade de portfólio de projetos na área mineral.	Médio	Tolerável	7º
Descontinuidade das operações de lavra da Mina do Engenho.	Baixo	Aceitável	8º
Falha nos controles de Salvaguardas.	Baixo	Aceitável	9º
Desvio na condução da implantação e operação do Projeto Santa Quitéria.	Muito Baixo	Trivial	10º

O comprometimento em compreender as complexidades do ambiente de negócios da Companhia e adaptar nossas estratégias de gestão de riscos é imprescindível. A revisão do nível de risco em 2023 demonstra que atingimos uma compreensão das dinâmicas que moldam o cenário empresarial, auxiliando a tomada de decisões para proteger os ativos e interesses da INB.

O Conselho de Administração em reunião realizada em 15/12/2023, conforme RCA nº 062/23, determinou que até fevereiro de 2024, a Gerência de Governança da INB, por meio da Diretoria Executiva, apresente o detalhamento de cada um dos riscos da Matriz de Risco, identificando causas, ações preventivas mitigatórias, ações de contingência e responsáveis pelas suas execuções.

Gestão de Pessoas

O Capital Humano é um dos pilares do nosso negócio, sendo o principal reator das ações estratégicas. Trabalhamos para garantir as condições para desenvolver as competências, habilidades e atitudes dos empregados, reunir conhecimentos e gerar valor estratégico. Estimulamos o compartilhamento de conhecimentos, valorizamos o engajamento e a motivação voltados para resultados, bem como incentivamos as atitudes de inovação e superação de desafios.

A INB estabeleceu as diretrizes para orientar a gestão de pessoas por meio de instrumentos normativos, entre os quais destacamos:

• Manual de Recursos Humanos

O Manual de Recursos Humanos contém uma série de capítulos organizados para estabelecer procedimentos, diretrizes e responsabilidades. O objetivo do manual é transmitir informação e orientar os empregados, podendo ser utilizado como material de consulta para conhecimento mais aprofundado de regras inerentes a área de Recursos Humanos.

1 Steps - cenário de políticas declaradas

2 APS - cenário de promessas anunciadas

3 The Telegraph - Hedge funds stoppelo 'yellowcake' as price surges

4 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP29)

5 Painel Intergovernamental para a Mudança de Clima

6 https://www.oecd-nea.org/fcm/spl_88066nea-el-cop28_disponível em 04/12/2023.

7 Small Modular Reactors



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Política de Recursos Humanos

A Política de Recursos Humanos compreende um conjunto de diretrizes que objetivam orientar as práticas de gestão de pessoas e assegurar o desempenho das atividades, contribuindo para o alcance dos resultados empresariais, baseando-se nos valores das áreas e institucionais para o desenvolvimento do capital humano da Companhia.

Comitê de Recursos Humanos

O Comitê de Recursos Humanos (CRH) tem como principal finalidade assessorar a Diretoria de Finanças e Administração (DFA), com subsídios para tomada de decisões sobre estratégia, normas e políticas relativas à Gestão de Pessoas.

Gestão do Conhecimento

A Gestão do Conhecimento é uma abordagem estruturada e integrada às atividades da INB com o objetivo de promover um ambiente propício ao compartilhamento da cultura empresarial, por meio de ações e mecanismos que garantam o desenvolvimento do capital humano, a preservação e a constante geração de novos conhecimentos.

Programa de Qualidade de Vida

O objetivo do Programa de Qualidade de Vida é promover ações e conteúdo de conscientização e promoção à saúde, visando o bem-estar dos colaboradores. As ações são realizadas em parceria com um grupo de facilitadores de várias áreas da Companhia e fazem parte do Plano de Gestão de Logística Sustentável – (PGLS).

Gestão Estratégica de Recursos Humanos

A gestão de pessoas na INB exerce um papel preponderante no alcance dos objetivos estratégicos e, consequentemente, para a geração de resultados, buscando continuamente implementar soluções para os desafios da Companhia, alinhando a gestão de pessoas com novas práticas compatíveis com o mercado.

O planejamento estratégico institucional traz como grande desafio a adequação do efetivo para a sustentabilidade do negócio e das competências dos empregados às expectativas da INB. Diante disso, os maiores projetos da área de gestão de pessoas têm sido o Mapeamento de Competências e o Dimensionamento do Quadro de Pessoal.

Benefícios

Os investimentos em benefícios oferecidos vão além da atração e retenção de talentos, pois são iniciativas que contribuem para o bem-estar e a qualidade de vida dos empregados.

Entre os benefícios oferecidos, o Plano Médico Assistencial e Odontológico é um dos mais importantes, pois, além de atender aos empregados, é extensivo aos seus dependentes diretos. Outro benefício considerado atrativo é o plano de previdência complementar mantido por contribuições mensais da Companhia e dos empregados. O plano é administrado pelo Núcleo – Instituto de Seguridade Social.

Além dos benefícios acima destacados, a INB também oferece aos seus empregados: alimentação, vale transporte, auxílio creche e seguro de vida. A Companhia é integrante do Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770/2008, que concede a suas empregadas a extensão do benefício da licença-maternidade por mais 60 dias e da licença paternidade por mais 15 dias para seus empregados, além dos estabelecidos pela lei.

Perfil dos empregados

Encerramos o ano de 2023 com 1.189 empregados. A maior parte dos nossos empregados atua na Fábrica de Combustível Nuclear (FCN), localizada na cidade de Resende/RJ.



Quantidade de Empregados por área de Negócios e atividades

Área de Negócios/Atividades	2023
Mineração e produção de concentrado de urânio (U ₃ O ₈)	298
Enriquecimento isotópico de urânio (UF ₆)	88
Fabricação de componentes e montagem do elemento combustível	54
Fabricação de pó e pastilhas de dióxido de urânio (UO ₂)	77
Fabricação do Combustível Nuclear (outros)	257
Descomissionamento de Unidades descontinuadas	124
Outros	291
Total	1.189

Função Corporativa

Função	Mulheres	Homens
Superintendente	1,25%	10,00%
Gerente	5,00%	30,00%
Coordenador	12,50%	38,75%
Outros	0,00%	2,50%
Total	18,75%	81,25%

O ingresso dos empregados é realizado por meio de processo seletivo público. Em conformidade com a legislação vigente, a INB reserva 20% das vagas para candidatos negros e 5% para pessoas com deficiência.

Diversidade e inclusão

As relações de trabalho têm evoluído para relações mais inclusivas, que levam em consideração a diversidade e inclusão e os direitos dos empregados com o objetivo de proporcionar maior bem-estar.

A INB buscou se empenhar em cultivar um ambiente de trabalho inclusivo, onde cada indivíduo possa ser valorizado, respeitado e ter igualdade de oportunidades.

O tema diversidade e inclusão foi abordado ao longo do ano por meio do Programa "Somos Todos Diversos", que consiste na sensibilização dos empregados no que tange ao respeito à diversidade no ambiente corporativo, compreendendo ações como treinamentos, palestras, rodas de conversa, divulgação e distribuição de materiais informativos com temas que visam combater qualquer tipo de preconceito, racismo e homofobia, através da abordagem de conceitos e vivências.

Programa de Participação de Lucros ou Resultados (PPLR)

O Programa de Participação de Lucros ou Resultados - PPLR é um instrumento de remuneração variável que visa bonificar os empregados quando do alcance de metas pactuadas, considerando os critérios estabelecidos, como incentivo à produtividade, engajamento, alinhamento dos empregados à cultura orientada aos resultados.

Em 2023, a Companhia constituiu a Comissão Paritária para negociação da proposta do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados - PPLR. A proposta foi ajustada em consonância com os parâmetros definidos pela Secretária de Coordenação das Estatais - SEST e pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar e encontra-se na fase de apuração dos indicadores, para posterior aprovação dos resultados pelos órgãos estatutários competentes.

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores é fixada em Assembleia Geral, com base em Parecer da SEST.

Conforme disposto na Ata da 46ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27/04/2023 a remuneração dos Administradores para o período de abril de 2023 a março de 2024 foi fixada em R\$ 3.986.870,20 (três milhões, novecentos e oitenta e seis mil, oitocentos e setenta reais e vinte centavos).

O pagamento da Remuneração Variável Anual (RVA) para a Diretoria Executiva se encontra exclusivamente vinculado ao atingimento das metas e resultados pactuados no Programa de Remuneração Variável Anual do Exercício 2023.

As remunerações dos Administradores da INB podem ser consultadas no endereço eletrônico <https://www.inb.gov.br/Acesso-a-Info-macao/Servidores/Remuneracao-dos-Administradores-e-Conselheiros>.

Segurança, Sustentabilidade e Responsabilidade Social

Segurança

Nas atividades e processos desenvolvidos na execução do Ciclo do Combustível Nuclear, nas Unidades Industriais da INB a Segurança Nuclear é um dos temas priorizado na gestão da Companhia.

A INB é fiscalizada por duas entidades internacionais que zelam pelo cumprimento das normas e protocolos internacionais de segurança nuclear: a Agência Internacional de Energia Nuclear (AIEA), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), que supervisiona as atividades da Companhia, realizando inspeções regulares na Fábrica de Combustível Nuclear; e a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), criada em 1991 pelos governos do Brasil e da Argentina, que é responsável por verificar se os materiais nucleares existentes em ambos os países estão sendo utilizados para fins exclusivamente pacíficos.

A INB está, também, sob a fiscalização e supervisão da CNEN, autarquia federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), responsável por estabelecer normas e regulamentos em radioproteção, bem como para regular, licenciar e fiscalizar a produção e o uso da energia nuclear no Brasil.

Nas Unidades Industriais da Companhia são adotados padrões e normas de segurança nuclear que garantem a execução dos processos que envolvem a cadeia produtiva do Ciclo do Combustível Nuclear de forma segura.

As principais normas e ações de segurança adotadas na INB são:

Concepções de projetos - Na construção ou expansão de instalações para execução das atividades que envolvem o Ciclo do Combustível Nuclear, deve-se levar em consideração, desde o local onde o projeto será instalado, até a probabilidade de fenômenos naturais que podem trazer riscos às instalações. As Unidades Industriais da Companhia passaram por um amplo e detalhado processo de licenciamento nuclear junto à CNEN.

Regulamentações nacionais e internacionais - Nas atividades do Ciclo do Combustível Nuclear são adotadas todas as normas e orientações de segurança estabelecidas pela AIEA, ABACC, CNEN, como já mencionado, além daquelas emanadas pelo Departamento de Coordenação do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (DC/Sipron), subordinado ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República e por outros órgãos que normatizam atividades nucleares.

Segurança nos Transportes de Materiais Radioativos - As atividades do Ciclo do Combustível Nuclear da INB demandam transportes de materiais radioativos, podendo ser entre as Unidades Industriais da INB, ou através de importação/exportação de insumos para a produção do elemento combustível.

A fim de estabelecer as ações que garantam a segurança e a integridade da carga e do público em geral, principalmente durante o transporte rodoviário, a INB elaborou o Plano de Proteção Física de Transporte - PPFT e o Plano Geral de Transporte - PGT, que são devidamente licenciados pelos órgãos reguladores, seguindo os requisitos legais pertinentes ao transporte de produtos perigosos.

A coordenação dos principais transportes da INB passou a ser realizada através do Centro Integrado de Comando e Controle do Rio de Janeiro (CICC-RJ), em articulação direta com os Órgãos de Apoio Suplementar envolvidos nas operações, que elaboram seus planos de contingência específicos para atuação.

Plano de Emergência Local - A Fábrica de Combustível Nuclear - FCN, localizada no município de Resende/RJ, conta com um Plano de Emergência Local elaborado e implementado durante a etapa de construção do empreendimento. Trata-se de um documento base, onde se encontram todas as diretrizes operacionais e os conceitos adotados para sua aplicação. Este Plano atende as normas da CNEN e respeita a filosofia contida nas publicações da AIEA. Ele vem acompanhado de procedimentos aplicáveis a cada uma das situações analisadas e previstas no Relatório Final de Análise de Segurança - RFAS, que é um dos documentos base para o licenciamento das nossas instalações.

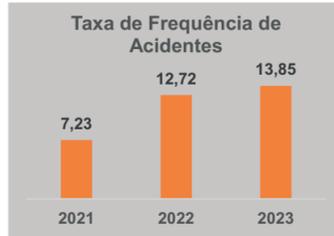
Programa de Proteção Radiológica - Para preservar nossos trabalhadores que atuam na execução das atividades das Unidades dos efeitos da radiação, adotamos um conjunto de medidas e procedimentos que fazem parte de um Programa de Proteção Radiológica, elaborado de acordo com as atividades específicas de cada Unidade e de acordo com o que é exigido pelas normas da CNEN. O programa envolve a atuação de equipes dedicadas; o estabelecimento de pontos de controle; a realização de exames médicos e análises laboratoriais; o uso de vestimentas apropriadas; a utilização de equipamentos, como monitores de radiação e outros dispositivos; bem como treinamento dos trabalhadores e visitantes. Todos os colaboradores são parte integrante do Programa de Proteção Radiológica e têm obrigações e responsabilidades, tanto pela sua própria proteção, quanto pela de terceiros.

A INB conta com o Comitê de Segurança, criado pela alta direção da Companhia, formado por um grupo de empregados das mais diversas áreas de atuação, que tem como finalidade acompanhar e propor novos mecanismos de prevenção e proteção contra acidentes, bem como promover a cultura de segurança entre os empregados.

Com o objetivo de alcançar a meta de zero acidente, a INB tem desenvolvido inúmeras ações para fortalecer nos empregados uma "Cultura de Segurança". O termo é definido como a soma das mentalidades, posturas e comportamentos de todos os empregados de determinada empresa em relação à segurança no local de trabalho.

Ao longo do ano de 2023 foram implementadas diversas iniciativas focadas na prevenção de acidentes e na preservação da vida, conforme destacamos:

- Diálogo Semanal de Segurança (DSS) - são vídeos disponibilizados semanalmente no canal interno da INB, sobre temas relacionados à segurança no ambiente de trabalho, prevenção de acidentes e qualidade de vida.
- Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT) – são realizadas anualmente nas Unidades da INB, onde são promovidas palestras e interações com propósito de capacitar e conscientizar os seus colaboradores para que mantenham atitudes adequadas com o ambiente de trabalho, a fim de evitar acidentes de trabalho.



Sustentabilidade

A sustentabilidade é um dos valores da INB e é o meio pelo qual progressivamente construímos uma relação mais justa entre o meio ambiente e a sociedade, para que possamos atender às necessidades das gerações presentes e futuras.

Acreditamos que a gestão ambiental é essencial para o desenvolvimento sustentável e estamos comprometidos em promovê-la. Para atingir esse objetivo, seguimos rigorosamente os requisitos legais relacionados ao meio ambiente, atuando para garantir assim a preservação das riquezas naturais nas áreas em que nossas Unidades estão instaladas. Além disso, a INB também se esforça para implementar práticas ambientais eficientes em suas atividades, promovendo a conscientização e o envolvimento de seus colaboradores em todos os níveis.

A CNEN e o Ibama são órgãos responsáveis por regulamentar e fiscalizar as atividades realizadas pela INB. Para isso, exigem um rigoroso processo de licenciamento, que visa garantir que todas as Unidades da INB atuem de forma segura e sustentável. As licenças de operação emitidas pela CNEN e Ibama preveem uma série de exigências que são rigorosamente atendidas.

Como parte do atendimento a essas exigências, diversos programas ambientais são conduzidos na INB, destacando-se os Programas de Recuperação Ambiental, que são realizados em três biomas (mata atlântica, cerrado e caatinga), o de Gerenciamento de Resíduos, o de Educação Ambiental e o de Monitoração Ambiental, onde são analisados permanentemente diversos parâmetros ambientais. O resultado de todos os programas ambientais é utilizado na prestação de contas à sociedade.

A biodiversidade é uma das mais importantes riquezas da Terra, sendo fundamental para a preservação do equilíbrio ecológico e para a garantia da sobrevivência de diversas espécies, incluindo a nossa.

Em sua política ambiental a INB assume, dentre outros compromissos, a prevenção da poluição, a proteção da biodiversidade e a proteção e recuperação dos ecossistemas. Sendo assim, a INB conta com três Unidades com ações relativas à biodiversidade em 3.411,18 hectares, dos quais 1.600 estão inseridos num ecótono (área de transição) entre o Cerrado e a Caatinga e 1.811,18 em área de Mata Atlântica.

Os programas ambientais de recuperação e restauração ambiental foram desenvolvidos em articulação com o Ibama. São executados nas proximidades das Unidades da INB, localizadas em Caetitá/BA, em Resende/RJ e Caldas/MG e estão todos inseridos em região de grande valor ecológico.

Responsabilidade Social

As atividades do Ciclo do Combustível Nuclear realizadas nas nossas unidades industriais impactam economicamente e socialmente as comunidades que habitam o entorno das instalações industriais e também ao meio ambiente.

A INB contribui para a geração de empregos e renda nas comunidades circunvizinhas às suas Unidades Industriais, visto que mantém diversos contratos de terceirização de atividades não vinculadas a atividade fim da Companhia, sendo procedimento usual das empresas contratadas buscarem os profissionais nas comunidades em torno das Unidades.

A Companhia mantém o seu Programa de Responsabilidade Social com ações planejadas e desenvolvidas a partir do panorama econômico e social das regiões onde estão implantadas as suas Unidades Industriais, de forma a contribuir para a melhoria das condições de vida das populações vizinhas.

Para identificar as necessidades das comunidades locais são mantidos relacionamentos com representantes das Prefeituras dos municípios onde se encontram nossas Unidades e com entidades representativas dessas comunidades.

Destacamos que acompanha o presente relatório o Balanço Social (IBASE), com maiores informações relativas às iniciativas e a atuação da INB sobre aspectos sociais, tais como responsabilidade social e meio ambiente. Outras informações sobre estes temas estão disponíveis no Relatório de Gestão de 2023, acessíveis pelo link: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Informacoes-aos-Acionistas/Informacoes-Financeiras/Relatorio-Anual-da-Administracao-Relato-Integrado-e-Demonstracoes-Financeiras>.

Estratégia

A Lei nº 13.971/2019, que instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023, atribuindo dentro do Programa 2206 (Política Nuclear), o Objetivo 1193 - Promover o desenvolvimento da tecnologia nuclear e suas aplicações, para ampliar a capacidade de oferta de produtos e serviços, para atender a demanda e os benefícios dos usos pacíficos da energia nuclear e das radiações ionizantes, de forma segura e sustentável.

A INB está inserida no PPA como responsável pelo indicador 8723 – IANTN (Índice de Autonomia Nacional em Produtos e Serviços Derivados da Tecnologia Nuclear), tendo sob a sua responsabilidade a Meta 052R, que tem como objetivo reduzir o Índice de Dependência Internacional em Produtos e Serviços, de 0,75 para 0,41.

Para atender aos objetivos das Políticas Públicas de sua responsabilidade, a Companhia estabeleceu seus instrumentos de planejamento para a partir de seus Direcionadores (Missão, Visão e Valores) executar e gerenciar seus processos e atividades com eficiência e eficácia, com o objetivo de transformar a INB em uma instituição próspera e sustentável.

Instrumentos de Planejamento da Companhia.



Neste exercício a Companhia implementou o Plano de Negócios e Gestão (PNG 2024-2028), orientado para a captura de oportunidades adequadas ao contexto e aos diferenciais competitivos da INB. Este instrumento se constitui como ferramenta hábil para redimensionar os objetivos previstos no Planejamento Estratégico 2017-2026 e realizar o desdobramento das estratégias e diretrizes passíveis de serem contempladas no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) do Conglomerado ENBPar.

Objetivos Estratégicos

PERSPECTIVA	CÓDIGO	OBJETIVO ESTRATÉGICO
Financeira	PF1	Alcançar autonomia financeira e orçamentária com a saída do orçamento fiscal a partir de 2022.
	PF2	Aumentar a capacidade de investimento com foco na geração de retorno.
	PF3	Gerar lucro operacional sustentável a partir de 2026.
Clientes e Mercado	PC4	Ampliar as oportunidades de negócios com urânio.
	PC5	Ampliar a venda de componentes e serviços.
	PC6	Fornecer elemento combustível tecnologicamente atualizado.
Processos Internos	PC7	Desenvolver parcerias estratégicas, atuando na adequação do marco regulatório onde aplicável.
	PP8	Garantir o fornecimento dos produtos e serviços.
	PP9	Aumentar a produtividade, com foco em custos competitivos.
Aprendizado e Crescimento	PP10	Implantar a gestão por processos com foco nos resultados operacionais.
	PA11	Gerir o conhecimento e a inovação como ativos empresariais.
	PA12	Aprimorar a comunicação interna e fortalecer a imagem institucional da INB.
	PA13	Ter quadro adequado de empregados e gestores comprometidos com os resultados empresariais.

Projetos Prioritários (TOP 7)

Destacamos abaixo 7 (sete) principais projetos do portfólio da Companhia, todos integrantes do Planejamento Estratégico 2017-2026, elencados como prioritários para o período compreendido entre 2024-2028. Estes projetos são monitorados pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos Estratégicos (EGP-E) e apresentam, em geral, nível de maturidade satisfatório, além disso dispõem de estudos de viabilidade técnica e econômica e planejamento de atividades de curto e médio prazo delimitados. A expectativa da Companhia é aumentar os aportes de recursos nestes projetos para alcance dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico 2017/2026.

Projetos	Término	Total	Custo Estimado (R\$ Milhões)					MTIR	
			2024/2028	2024	2025	2026	2027		2028
Definição de Modelos de Associações	2027	2,50	2,50	0,30	1,20	0,60	0,20	0,20	N/A
Desenvolvimento da Mina de Santa Quitéria (*)	2028	-	51,90	-	-	-	24,20	27,70	VPL>2.549M Tx desc 12,1%
Implantação da Usina de Enriquecimento (Fase 2)	2039	5.000,00	126,30	35,40	37,30	28,60	25,00	-	7%
Implantação da Linha de Produção de Grades (***)	2026	28,50	28,50	9,50	9,50	9,50	-	-	0,17
Nacionalização de Componentes e Serviços	2025	2,20	2,20	2,20	-	-	-	-	Fuelguard 19% HDD 16%
Prospecção de Novos Depósitos e Avaliação de Recursos e Reservas (**)	2028	45,20	45,20	7,20	21,50	5,50	9,50	1,50	N/A
Descomissionamento da UDC	2046	450,00	109,60	20,20	13,40	28,60	21,30	26,10	N/A
Total		5.528,40	366,20	74,80	82,90	72,80	80,20	55,50	

(*) O custo estimado total dos projetos não contempla os investimentos na ordem de R\$ 2,3 bilhões relativos ao Desenvolvimento da Mina de Santa Quitéria, pois serão aportados pela Fosnor. Na simulação foi considerado apenas o VPL.

(**) Projetos sem indicação de VPL devido às características intrínsecas de cada empreendimento (estudo/pesquisa mineral/descomissionamento).

(***) Indicadores em revisão em razão do Feasibility Study elaborado pela Framatome, que indicou um aumento de aproximadamente 63% em relação ao valor originalmente previsto. Fonte: PNG 2024-2028

A tabela acima contempla os projetos, as datas previstas para término, as estimativas de custo anual, do período do PNG (2024-2028), com exceção do projeto "Desenvolvimento da Mina de Santa Quitéria", uma vez que os investimentos estão a cargo do parceiro privado (Fosnor).



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Destacamos a seguir as principais ações e iniciativas implementadas em 2023 para implementação dos projetos prioritários da Estratégia de Longo Prazo:

- Definição de Modelos e associações**

A Lei nº 14.514, de 29 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Indústria Nuclear do Brasil S.A. (INB), sobre a pesquisa, a lavra e a comercialização de minérios nucleares, de seus concentrados e derivados, e de materiais nucleares, e sobre a atividade de mineração traz a possibilidade de novos modelos de associações com empresas privadas nas atividades desenvolvidas pela INB.

Esse projeto tem como objetivo atuar institucionalmente para adequação do marco regulatório e identificar modelos de parcerias com base nas alterações deste marco legal. Considera modelos que possibilitem expandir, na área mineral, a pesquisa e prospecção de novas jazidas, lavra do minério de urânio e extração de urânio associado a outro mineral e as vendas de componentes e serviços.

No ano de 2023, foi instituído um Grupo de Trabalho para elaboração da Proposição de Decreto de Regulamentação da Lei nº 14.514/22. O Grupo de Trabalho está elaborando uma proposta de regulamentação dos artigos 4º e 8º da Lei nº 14.514, de 29 de dezembro de 2022, além de propor alteração no art. 42 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 - Código de Mineração para as áreas de interesse nuclear com a transferência da gestão de áreas minerais bloqueadas em razão de interesse nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) às Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

Durante o ano de 2023, realizaram-se reuniões com a empresa *Yamana Gold* (Pan American Silver) sobre solicitação de liberação de área para pesquisa de ouro em Amarinópolis. Foi discutido um plano de pesquisa de urânio e nióbio em polígono na área de Cajá solicitado pela *Niobium* Importação e Exportação. A INB se manifestou favorável à liberação de área para a empresa Geocontrol realizar pesquisa de urânio em conjunto com diamante e à liberação de área para a empresa EDEM Agromineriais realizar pesquisa de urânio em conjunto com ilmenita.

Observou-se a necessidade de atuação junto à Agência Nacional de Mineração (ANM), em decorrência de liberações de requerimentos de pesquisa sobre polígonos bloqueados. Com isso, foi solicitada a anulação de requerimentos no polígono totalmente bloqueado de Rio Cristalino/PA e solicitados esclarecimentos a respeito de requerimento sobre o polígono parcialmente bloqueado de Poços de Caldas/MG.

Com o intuito de elaborar um Plano de Trabalho e minuta de Acordo de Cooperação entre INB e CPRM, foi realizado um Workshop entre INB e o SGB/CPRM. O referido acordo envolve a cooperação no Projeto Urânio Brasil, que visa a descoberta de novos depósitos na Província Uranífera Lagoa Real e no restante do território nacional.

No mês de setembro, uma equipe do SGB/CPRM realizou um trabalho de campo na área do Projeto de Exploração Rio Cristalino e coletou cerca de 80 amostras. Pelas informações iniciais, essas amostras devem ter teores elevados de urânio, acima de 1%.

- Desenvolvimento da Mina de Santa Quitéria**

Durante o ano de 2023, a INB avançou com as atividades de licenciamento do Projeto Santa Quitéria (PSQ), a ser implantado no município de Santa Quitéria, situado na região centro-norte do Estado do Ceará, onde o fosfato e o urânio são encontrados de forma associada no minério da Jazida Itataia, denominado colofanito.

Esse projeto é conduzido pelo Consórcio Santa Quitéria, formado pela INB e pela empresa privada Fosfatados do Norte-Nordeste S/A. (FOSNOR). A produção prevista é de 2.300 t/ano de concentrado de urânio para geração de energia elétrica (suficiente para suprir 3,1 vezes a demanda da Central Nuclear de Angra dos Reis, incluindo Angra 3), além de 1.050.000 t/ano de fertilizantes fosfatados de alto teor para nutrição de plantas e 220.000 t/ano de fosfato bicálcico para ração animal. A produção de concentrado de urânio do PSQ contribuirá para que a INB alcance sua autossuficiência, ao eliminar a necessidade de importação e assegurar maior estabilidade à matriz energética brasileira.

A expectativa é obter a licença prévia, que corresponde à primeira etapa do licenciamento ambiental junto ao Ibama, ao longo de 2024, devido à solicitação de complementação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). O início das operações está previsto para o segundo semestre de 2027.

No licenciamento da Instalação Mineroindustrial do PSQ junto à CNEN foi obtida a autorização para posse, uso e armazenamento de minérios, matérias-primas e demais materiais contendo radionuclídeos das séries naturais do urânio e/ou tório. A Instalação corresponde à maior parte do empreendimento, englobando estruturas como a mina, a pilha de estéril, a pilha de fosfogesso e cal, e ainda, a maior área da Usina de Beneficiamento. Nesse sentido, desconsiderando a necessidade da evolução em paralelo do licenciamento junto ao Ibama, essa autorização permite (por parte apenas da CNEN) a construção de estruturas relativas à Instalação em questão.

O licenciamento do PSQ junto à CNEN também avançou com a continuidade da execução do Programa de Monitoração Radiológica Ambiental Pré-Operacional (PMRA-PO), que atualmente conta com 5 campanhas de monitoração trimestrais completamente realizadas. O PMRA-PO compõe exigência da CNEN tanto para a Instalação Mineroindustrial como para a Instalação de Urânio, devendo acumular um mínimo de 2 anos de resultados (8 campanhas trimestrais) antes do início das atividades produtivas do PSQ.

- Implantação da Usina de Enriquecimento (Fase 2)**

A implantação da Fase 2 da Usina de Enriquecimento é um projeto estratégico de grande magnitude, que, por meio da expansão da capacidade instalada de serviços de enriquecimento, busca fornecer a totalidade do urânio enriquecido para a produção do combustível das Usinas Nucleares de Angra 1, Angra 2 e Angra 3.

Esse processo de expansão deverá abranger, além das 10 (dez) cascatas atuais, o aumento significativo da quantidade de cascatas e adicionalmente a utilização de ultracentrifugas de nova geração, com grau de maturidade tecnológica elevado, que possibilitará o aumento nominal da capacidade produtiva, bem como, a construção de infraestrutura compreendendo todas as facilidades necessárias à plena operação da planta industrial.

Para a concretização desse desafio, estão em curso os serviços de modernização das cascatas 2 e 3 do Módulo 1 e a continuidade dos serviços de engenharia necessários ao detalhamento do Projeto Básico e a elaboração de Planilhas de Quantitativos necessários para implantação da 2ª Fase da Usina de Enriquecimento. Registram-se, também, os procedimentos para os licenciamentos nuclear e ambiental que estão sendo conduzidos junto aos órgãos responsáveis.

- Nacionalização de Componentes e Serviços**

Os projetos visam a fabricação nacional de componentes para o elemento combustível, que hoje são importados. A decisão pela priorização dos componentes para os combustíveis de Angra 2 e 3, deve-se primeiramente ao maior consumo (dois reatores), quando comparado à Angra 1, e em seguida pelo fato de os mesmos estarem sob risco de aumento excessivo de preço, face à ausência de demanda pela Alemanha, detentora da expertise deste tipo de reator, projetados para as centrais nucleares Angra 2 e Angra 3, que utilizam atualmente o elemento combustível modelo HTP-I, descontinuando em virtude do desligamento daquelas centrais nucleares.

Em 2023 destacamos a seguintes ações: desenvolvimento de fornecedores e tecnologias nacionais; preparação de testes internos para desenvolvimento de tecnologias de soldagem; usinagem e inspeção de componentes mecânicos com alta precisão; negociações com os principais parceiros estrangeiros, em busca das melhores soluções para a interação entre as equipes técnicas envolvidas nas ações de nacionalização da fabricação de componentes do elemento combustível.

Outro relevante avanço está relacionado à renovação do contrato de softwares específicos para análises de combustíveis HTP-I, utilizados em Angra 2 e 3, permitindo que as equipes de engenharia possam prestar todo o suporte a quaisquer ocorrências com os combustíveis, realizando reparos e resolução de não conformidades/problemas operacionais, que porventura possam ocorrer nos elementos combustíveis destes reatores.

Informações técnicas recebidas com base no contrato de tecnologia, firmado em 2022 com a *Framatome GmGh*, suportaram avanços para as atividades no exercício 2023 e a possível aceleração da conclusão de dois dos três processos de nacionalização de componentes ora em curso - a placa do bocal inferior (*fuel guard*), e o dispositivo de retenção (*hold down device*).

- Implantação da Linha de Produção de Grades**

As ações para a implantação de uma linha de produção de grades espaçadoras registrou avanços em 2023, com a finalização do estudo de viabilidade técnica pela *Framatome GmbH*, em continuidade às tratativas com a empresa alemã para a contratação de uma linha de fabricação na INB, que inclui os equipamentos necessários, o know-how de fabricação e o suprimento de longo prazo das bobinas de matéria-prima. Em face das negociações complexas, que demandam tempo para se chegar à melhor oferta e que atenda às exigências técnicas e econômicas da INB, a finalização de um contrato deverá ocorrer em 2024.

- Prospecção de novos Depósitos e Avaliação de Recursos e Reservas**

O projeto tem o objetivo de avaliar os recursos dos depósitos LR-03, LR-06, LR-08/11, LR-09 – Mina do Engenho, LR-35 e LR-36, executar sondagens, construir um novo galpão de testemunhos e realizar cálculos de reservas e estudos de viabilidade econômica, visando a identificação das futuras minas que abastecerão a Usina de Beneficiamento da Unidade de Concentração de Urânio (URA), em Caetité/BA.

Foi contratada a empresa GENPRO para atender a novas exigências da CNEN sobre o projeto básico revisado do galpão de testemunhos de Sondagem. A revisão do projeto foi finalizada e o relatório a ser encaminhado à CNEN encontra-se em elaboração. Destaca-se ainda que foram finalizadas as atividades de campo do Estudo Florístico da LR-08/11 pela empresa ZZIPHUS, conforme AF 5.047/22. Com o referido relatório, foi solicitada ao Ibama a Autorização de Supressão de Vegetação durante a atividade de sondagem no Depósito LR-08/11.

Ao longo do ano, foi implementado o sistema de gerenciamento de banco de dados (*acquire*) para Pesquisa Geológica. Foram realizados treinamentos das diferentes categorias de acesso e armazenados dados históricos de suma relevância científica. Os trabalhos de digitação e migração são contínuos uma vez que ainda existem muitos arquivos impressos de depósitos que ainda requerem desenvolvimento de diversas etapas de pesquisa.

Como parte das ações iniciais para avaliação de reservas, foi emitida uma Ordem de Serviço para a empresa de consultoria GEOPHI elaborar especificações técnicas para estudos geotécnicos nas áreas dos Depósitos LR-08/11, LR-35 e LR-36. Além disso, foi iniciado o processo de contratação de serviço de Levantamento Topográfico por VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado) para as áreas dos depósitos LR-08, LR-11, LR-26, LR-35, LR-36 e LR-37. O produto desse serviço comporá a base para a elaboração de projetos mineiros (mina, estradas, pilhas de estéril e infraestruturas de apoio) das futuras minas da URA.

- Descomissionamento da UDC**

Na Unidade em Descomissionamento de Caldas (UDC), em Caldas/MG, foram iniciadas providências para execução das ações com reconhecimento potencial de mitigação de impactos ambientais e recuperação de áreas degradadas.

Estudos para identificação dos principais fluxos de água subterrânea e do transporte de contaminantes estão em andamento para definição das ações subsequentes de descomissionamento.

Também estão sendo implementadas as providências para liberação de áreas via desativação de estruturas ainda usadas no tratamento de efluentes contaminados, assim como via desmantelamento de áreas industriais.

Concomitantemente, estão em curso às ações de controle da instalação via gestão da segurança de barragens, gestão de resíduos e rejeitos, tratamento de efluentes contaminados e monitoramento radiológico e ambiental no interior e no entorno da instalação. Entre tais ações, pode-se ressaltar a finalização das atividades de sobreembalagem dos tambores metálicos oxidados de Torta II, assegurando o armazenamento adequado desse material radioativo e, portanto, garantindo a segurança radiológica da UDC.

- Atualização da Estratégia de Longo Prazo da Companhia**

No ano de 2017, a INB implantou seu Planejamento Estratégico Institucional para o período de 2017 a 2026. A elaboração do material envolveu, entre outras etapas, a análise situacional e elaboração da matriz SWOT em um trabalho dinâmico e participativo, mobilizando todos os gestores e empregados em um processo aprofundado de determinação de ações, estratégias e objetivos a serem alcançados dentro do período planejado.

No entanto a remodelagem empreendida pelo Governo Federal no setor elétrico a partir da sanção da Lei nº 14.182/2021, que resultou na desestatização da Eletrobras e na criação da Empresa Brasileira de Participação em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar pelo Decreto nº 10.791/2021 e, posteriormente, com a assunção do controle acionário da Eletro Nuclear, Itaipu Binacional e INB pela holding.

Com a publicação do Decreto nº 11.235, de 13 de outubro de 2022, que autorizou o aumento de capital social da ENBPar por meio do aporte das ações que a União detém no capital social da INB, passando a Companhia a ser controlada pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar).

Destaca-se ainda a necessidade de levar em consideração fatores externos que tem impactado o setor de atuação da INB, fatores que representam desafios e oportunidades com destaque para o conflito entre a Rússia e a Ucrânia e as mudanças climáticas que tem levado os países a repensar suas matrizes energéticas.

Diante das alterações promovidas no ambiente interno e externo da Companhia, com destaque para a alteração da composição acionária, da atual conjuntura econômica em que a INB está inserida, proveniente de sua saída do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) e a consequente migração para o Programa de Dispêndio Global (PDG) das estatais e do Orçamento de Investimento (OI), reveste-se de relevância singular a realização de uma revisão e reavaliação dos objetivos delineados no Planejamento Estratégico Institucional 2017-2026 para fazer frente às mudanças de cenário percebidas.

O Planejamento Estratégico Institucional 2017/2026 será revisado em 2024, levando em consideração o novo marco institucional da INB, as orientações do seu controlador acionário alinhadas às recomendações do Conselho de Administração. Nessa oportunidade serão realizadas a análise do ambiente de atuação da Companhia, a revisão e atualização dos objetivos, projetos, indicadores e das metas estratégicas

Desempenhos e Resultados por Segmento de Negócio

- Mineração e Produção de U₃O₈**

Dentro do Segmento em Mineração e Produção de U₃O₈, os resultados alcançados no exercício de 2023, frente aos objetivos estabelecidos nos instrumentos de Planejamento da Companhia foram:

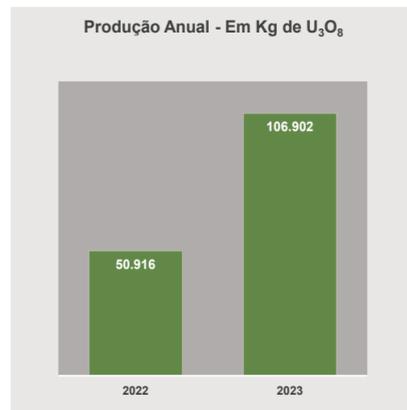
Verifica-se um crescimento de 110% na Produção de Concentrado de Urânio (U₃O₈), na comparação com exercício de 2022.

As principais ações implementadas para o aumento de produção neste exercício foram as melhorias de processo, implementadas tanto na etapa de regeneração de solvente como na de extração do urânio, que proporcionaram o processamento de licor de urânio com maiores concentrações e vazões.

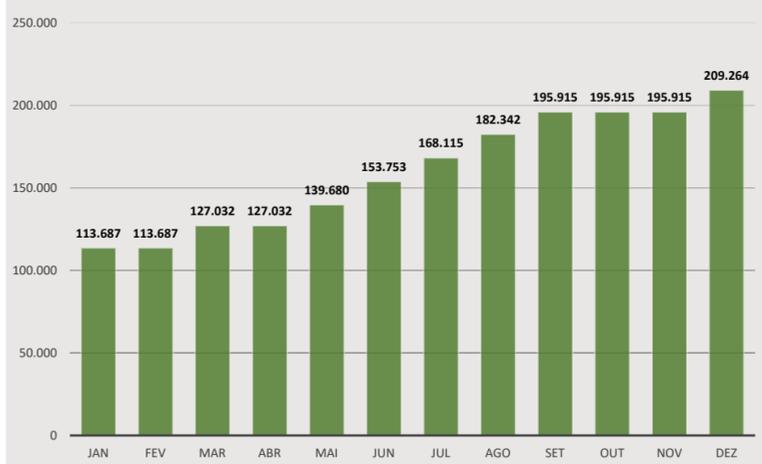
Neste exercício, a Companhia obteve junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) a renovação da Autorização para Operação Permanente (AOP), o que permite a continuidade das atividades produtivas da unidade por um período de 36 meses.

Também foi obtida junto à CNEN a aprovação do Projeto Conceitual de Alateamento de 50 m da atual Pilha de Estéril e de Minério Lixiviado da URA, fundamental para a extensão por mais alguns anos da vida útil dessa estrutura essencial às atividades de lavra.

Em 2023, a usina de beneficiamento físico e químico de minério de urânio encerrou o exercício de 2023 com 209.264 Kg de U₃O₈ em estoque.



Evolução do estoque de U3O8 (Kg) - 2023



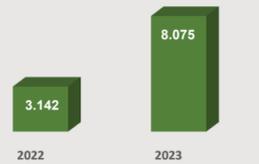
- Enriquecimento Isotópico de Urânio (UF₆)**

Em 2023, mesmo diante das dificuldades mundiais para aquisição de UF₆ natural, a Companhia buscou alternativas para manter a produção de urânio enriquecido, como a utilização, de forma inédita na INB, de material empobrecido na alimentação da Usina de Enriquecimento que possibilitou um aumento na produção de urânio enriquecido.

Com suas 10 (dez) cascatas implantadas, a Usina de Enriquecimento manteve a capacidade nominal instalada de cerca de 70.000 kg de UTS/ano, porém com envelhecimento de alguns dos sistemas auxiliares da planta, reaproveitados do antigo processo de separação por jato centrífugo e instalados na década de 80, bem como a perda de produtividade de algumas das ultracentrifugas das primeiras cascatas que vem funcionando, ininterruptamente, a elevadas rotações, por um longo período de operação, em alguns casos superiores a 10 anos, a capacidade nominal disponível é de 52.000 kg UTS/ano.

Entretanto, diante do acima exposto, associado aos desafios enfrentados para aquisição de UF₆ natural, foi identificada uma oportunidade que possibilitou à Usina de Enriquecimento produzir 8.075 kg de urânio enriquecido (UF₆), superando a meta de produção prevista na Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa.

Produção de UF₆ Enriquecido - Em Kg (UF₆)



- Produção de Elementos Combustíveis**

As atividades fabricação de pó, pastilhas de dióxido de urânio (UO₂), componentes e a montagem dos elementos combustíveis são realizadas na Fábrica de Combustível Nuclear - FCN, localizada no município de Resende/RJ.

Neste segmento os resultados alcançados no exercício de 2023, frente aos objetivos estabelecidos nos instrumentos de Planejamento da Companhia foram:

Em 2023 a meta de produção estabelecida no Plano de Negócios da Companhia foi alcançada com cumprimento total da demanda de nosso cliente, bem como o adiamento de parte dos elementos combustíveis previstos para atender a 20ª recarga de Angra 2, que serão entregues em setembro de 2024.

A produção antecipada dos elementos combustíveis em atendimento à 20ª recarga de Angra 2 é parte do planejamento da Companhia, que tem por objetivo ganhar margem de segurança entre o período de produção e a data contratual para a entrega nas usinas nucleares de Angra dos Reis.

Para 2024, no contexto da 2ª Fase de implantação, a meta é a condução no ritmo planejado das atividades para modernização das Cascatas 2 e 3, do Módulo 1, da Usina de Enriquecimento e, também, das atividades de elaboração do detalhamento do Projeto Básico e Planilhas de Quantitativos para implantação da 2ª Fase da Usina de Enriquecimento (UCEU).

Com relação a manutenção e ampliação da Usina de Enriquecimento de Urânio, os principais projetos para o ano de 2024 são a implantação de um novo centro de distribuição em média tensão, o aumento do inventário de óleo diesel para os geradores de emergência dos Módulos 3 e 4 da usina e a construção de uma sala de descontaminação de armadilha criogênica.

Elementos Combustíveis Produzidos (Unid.)



Este planejamento, além de conferir uma maior segurança contra imprevistos relacionados à continuidade operacional das fábricas (falha de equipamentos, pandemias, licenciamentos, atrasos na disponibilização de insumos e matérias-primas, intempéries, etc.), permite também uma melhor gestão na aquisição dos materiais nucleares no exterior, muitas vezes sujeitos a adversidades conjunturais, como guerras, desembaraços alfandegários, licenças internacionais e com o transporte marítimo.

Para dar a devida sustentação a este programa, a empresa criou um grupo de trabalho que estudou e estabeleceu as condições necessárias para a construção gradual de um estoque contingencial de urânio em território nacional, o que irá assegurar a disponibilização antecipada deste material em nossas fábricas, bem como permitir estabelecer melhores estratégias comerciais no mercado internacional, obtendo melhores preços na aquisição desta commodity e reduzindo as despesas a partir da contratação de transportes marítimos unificados e em maior escala.

A entrega dos elementos combustíveis para as recargas previstas para o exercício - 28ª de Angra 1, 19ª de Angra 2 e parte da 20ª de Angra 2 ocorreram a contento, com o cumprimento pontual dos cronogramas estabelecidos pela Eletro Nuclear.

A capacidade de geração bruta de energia (MWh) de um elemento combustível, considerando toda a vida útil do combustível desde o seu carregamento inicial, é de 23.318 MWh – Angra 1 e de 52.609 MWh – Angra 2.

- Serviços em Reatores Nucleares**

No segmento de prestação de serviços, os trabalhos de suporte às recargas em reatores, especialmente àqueles realizados nos EUA, contratados pela *Westinghouse Electric Co (WEC)*, prosseguem em franco desenvolvimento, com cenário de continuidade da demanda em 2024, segundo informações da contratante. A Companhia negocia o estabelecimento de contratos de longo prazo, possibilitando melhor planejamento das equipes especializadas, e a manutenção de um fluxo regular de faturamentos.

Durante a WNE (*World Nuclear Exhibition 2023*), em Paris 2023, foram realizadas reuniões com a *Westinghouse*, objetivando acelerar este projeto, bem como o reestabelecimento de contratos de transferência/desenvolvimento conjunto de novas tecnologias relativas aos reatores do tipo SMR (*small modular reactors*).

Nas usinas brasileiras de Angra dos Reis a Companhia deu seguimento às atividades de prestação de serviços de suporte às recargas dos reatores nacionais, bem como serviços especiais de inspeção visual de combustíveis irradiados. Este último possibilita a garantia da integridade mecânica, a possível presença de materiais estranhos e acompanhamento do aspecto físico dos elementos combustíveis após a respectiva campanha de produção.

Foi também prestado suporte técnico a equipes da Eletro Nuclear e *Westinghouse*, para adequação manuseio de combustíveis durante atividades de colocação de barras rígidas de proteção "*Fuel Armor*" em combustíveis do reator de Angra 1, bem como para atividades de medição de camada de óxidos, em varetas combustíveis no reator de Angra 2.

As atividades de suporte às recargas em reatores nacionais representaram em 2023 um faturamento de R\$ 6,4 milhões. As atividades de suporte às recargas de reatores no exterior registraram faturamento de US\$ 680 mil (R\$ 3,4 milhões/R\$ 5,00/US\$).

Merece destaque um fato de grande relevância no segmento de prestação de serviços em reatores nos EUA: a inédita participação da INB nas atividades de preparação e carregamento do núcleo do novo reator tipo AP-1000, unidade 4, da central VOGTLE, no Estado da Geórgia. Com este trabalho, a equipe brasileira se qualificou para futuras prestações de assistência às recargas deste modelo de reator, em outros países que o utilizem - geração III+, como China, e futuramente, Polónia, Eslováquia, Ucrânia, dentre outros. Pelo menos cinco unidades deste tipo de reator, além de mais duas em planejamento nos EUA, devem ser construídas nos próximos dez anos.

- Desempenho Econômico-Financeiro**

O ano de 2023 foi o primeiro exercício em que a INB atuou fora do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), porém o orçamento foi elaborado pelas diretorias e consolidado pela Diretoria de Finanças e Administração. Inicialmente foram seguidas as diretrizes dessa modalidade, que posteriormente foram revisadas para a migração para o Programa de Dispêndio Global (PDG) das estatais e do Orçamento de Investimento (OI), se apresentando como os principais instrumentos de controle e gestão, tendo como objetivo fornecer subsídios e nortear as ações empresariais da Companhia.

Ao longo do ano foram tomadas ações para otimizar o aproveitamento da dotação aprovada para o Orçamento de Investimento, a partir da revisão do orçamento da Companhia, identificando saldos disponíveis não executados, assim como o remanejamento de recursos entre ações orçamentárias, para melhor aproveitamento do Orçamento de Investimento.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



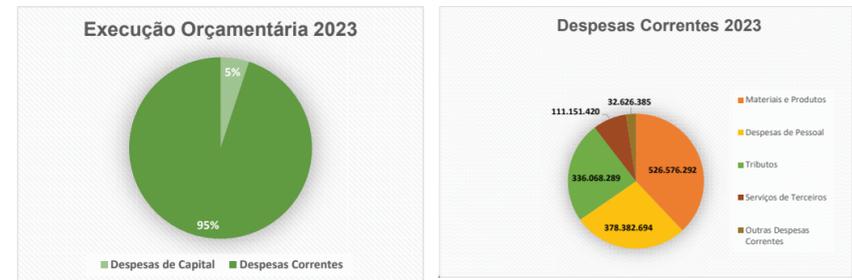
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Uma dessas ações, considerando a revisão das projeções de recebimentos, eventos de faturamento de recargas e das despesas fixadas, foi a nova projeção do resultado empresarial, bem como do resultado primário projetado, além da revisão das dotações para as despesas correntes e aplicações no ativo imobilizado, a fim de permitirem o cumprimento das metas corporativas.

O Orçamento 2023 também contou com o remanejamento de recursos entre Diretorias, em atendimento à diversas demandas apresentadas pelos seus respectivos centros de custos que visaram sanar insuficiências para conclusão das atividades previstas no Plano de Negócios do exercício, em conformidade com os procedimentos estabelecidos no Manual de Administração Financeira e respeitando os montantes globais de receitas, despesas correntes e investimentos.

A execução orçamentária de 2023 foi de R\$ 1.458 milhões, sendo que 5% foram em despesas de capital e 95% em despesas correntes.

Dentro das despesas correntes, os maiores valores foram executados em materiais e produtos (38%), despesa de pessoal (28%) e tributos (24%) respectivamente.



Os indicadores financeiros da Companhia revelam que os resultados apresentados pela INB no ano de 2023 refletem a sazonalidade do ciclo de produção e do faturamento do combustível nuclear, bem como os impactos da elevação dos preços de matérias primas e insumos adquiridos no mercado internacional, com destaque para o urânio (UF₆).

Destacamos a implementação bem-sucedida de medidas estratégicas para otimizar os processos internos e de ações para aumentar os resultados. A INB está empenhada em abordar as lacunas identificadas e em implementar estratégias que fortaleçam ainda mais a gestão dos seus recursos.

Para superar os desafios e as variáveis internas e externas enfrentadas no exercício de 2023 a INB adotou práticas e implementou ações para fortalecer e gestão financeira e alavancar seus resultados. Dentre essas ações e práticas podemos destacar:

- ✓ A comercialização de bens móveis ociosos, obsoletos, irrecuperáveis e inservíveis da Unidade de Buena (UDB), da Unidade de São Paulo (UDSP), da Unidade de Caldas (UDC) e da Fábrica de Combustível Nuclear (FCN) que resultou em R\$ 2,16 milhões em receitas.
- ✓ As iniciativas para soluções que permitissem economia nas tarifas de energia elétrica para o site de Resende, ou seja, a migração do mercado regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada), para o mercado livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ocorrida em 01/04/2022 proporcionaram significativos resultados no exercício 2023. A migração para o novo ambiente proporcionou à INB uma economia nos custos com este serviço, da ordem de R\$ 4,5 milhões no período de janeiro a dezembro de 2023, comparativamente ao ACR (Ambiente de Contratação Regulada).
- ✓ Reversão da reserva especial de dividendos não pagos para a constituição de reserva estatutária de desmobilização e descomissionamento, aprovada na 46ª AGE de 27/04/2023, que possibilitou a destinação de recursos na ordem de R\$ 191 milhões para o desmantelamento e recuperação de áreas degradadas nas unidades industriais desativadas.
- ✓ Atualização do Capítulo 12.5 do Manual de Recursos Humanos, aprovado pela RCA 037/2023, que regulamenta a gestão dos recursos financeiros destinados à constituição e manutenção das aplicações garantidoras de provisões técnicas do benefício de assistência à saúde.
- ✓ Habilitação da INB ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID), que suspende a exigência de IPI, PIS/PASEP e COFINS sobre produtos fornecidos às indústrias de defesa no Brasil. A redução dos custos resultante da suspensão da incidência de tributos e contribuições federais possibilita a ampliação da competitividade da INB neste segmento de mercado.
- ✓ Compensação cruzada (compensação de saldo devedor da contribuição previdenciária patronal com créditos do IRPJ/CSLL – saldo negativo) no valor de R\$ 24 milhões.

A Companhia continuará realizando o monitoramento rigoroso das despesas, a exploração de oportunidades de investimento estratégico, a implementação de seus projetos prioritários e o aprimoramento de seus processos, considerando a gestão de riscos.

Apresentamos a seguir os indicadores de desempenho econômico-financeiro da INB

Indicadores de Desempenho Econômico-Financeiro (Em milhares de R\$)			
Descrição	2023	2022	Δ %
Receita Líquida	1.027.931	804.714	27,74%
Lucro Bruto	512.114	426.994	19,93%
Margem Bruta (%)	49,8%	53,1%	-3,28 p.p.
Resultado Operacional	52.203	74.876	-30,28%
Margem Operacional (%)	5,1%	9,3%	-4,22 p.p.
EBITDA	75.776	124.988	-39,37%
Margem EBITDA (%)	7,4%	15,5%	-8,13 p.p.
Lucro Líquido	70.201	74.599	-5,90%
Margem Líquida (%)	6,8%	9,3%	-2,47 p.p.
Retorno Sobre Ativos (ROA)	2,4%	2,5%	-0,10 p.p.
Retorno Sobre Patrimônio Líquido (ROE)	5,4%	6,0%	-0,60 p.p.
Retorno Sobre Capital Investido (ROIC)	5,2%	10,6%	-5,41 p.p.



A Receita Operacional Líquida no exercício de 2023 totalizou R\$ 1.027.931 mil, um aumento de 27,7% quando comparada ao mesmo período de 2022. Desde a saída do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) em 2022, não há mais a ocorrência de repasses de recursos provenientes do Tesouro Nacional e todas as despesas e investimentos são custeados com recursos próprios da empresa.



No exercício de 2023 houve registro de Custos dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (CPV) no valor de R\$ 515.817 mil. Os custos e despesas operacionais aumentaram em 33,7% comparado com o ano anterior, em função da elevação dos preços de matéria prima, insumos e serviços adquiridos no mercado internacional, com destaque para o preço do Urânio (UF₆) e do impacto da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2022, cujo pagamento ocorreu em dezembro de 2023.

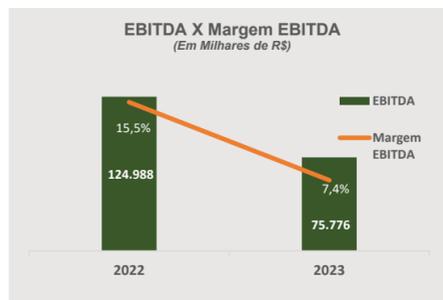
Em 2022 o preço do urânio, que já refletia o conflito Rússia X Ucrânia, ficou ainda maior devido às dificuldades orçamentárias vividas pela INB, que impediram a aquisição do insumo no momento adequado.

No exercício de 2023 os preços se mantiveram altos em decorrência da persistência do conflito Rússia X Ucrânia, aliado ao novo fator relacionado ao Golpe Militar no Níger, um grande produtor mundial de urânio.

Apresentamos a seguir a evolução dos preços de aquisição do urânio no mercado internacional no período de 2019 a 2023:



O EBITDA da Companhia em 2023 foi de R\$ 75.776 mil, correspondendo a uma redução de 15,5% para 7,4% na Margem EBITDA, comparado ao mesmo período de 2022.



Porém, ao desconsiderarmos os itens não recorrentes (a provisão de quebra de contrato constituída), o EBITDA aponta o montante de R\$ 195.882 mil com Margem EBITDA positiva de 19,1%, superior à margem observada em 2022.

EBITDA - NÃO RECORRENTE	Em milhares de R\$		
	2023	2022	Δ 2022-2023
Lucro Bruto	512.114	426.994	19,9%
(-) Despesas e Receitas Operacionais	(459.911)	(352.118)	30,6%
Itens Não Recorrentes	120.105	-	100,0%
(-) Realização da Subvenção Investimento	(23.372)	-	100,0%
(+) Depreciação e Amortização	48.228	46.771	3,1%
(+) Outras Despesas Não Operacionais	533	4.494	-88,1%
(-) Outras Receitas Não Operacionais	(1.815)	(1.153)	57,4%
EBITDA	195.882	124.988	56,7%
Margem EBITDA (%)	19,1%	15,5%	-3,5 p.p.

*EBITDA / ROL - Receita Operacional Líquida

O PMSO reflete a parcela das despesas que foram dispendidas com Pessoal (P), Material (M), Serviços de Terceiros (S) e Outras Despesas (O).

O indicador PMSO apurado em dezembro/23 foi de 97,4%, sendo constituído de todas as provisões do exercício. Cabe enfatizar que as provisões tem reflexo contábil e não provocaram nenhum desembolso financeiro no exercício corrente.

Nos quadros abaixo, podemos observar o impacto provocado pelo item não recorrente referente a provisão para quebra de contrato no montante de 120.104 mil. Dessa forma, sem o item não recorrente o indicador seria de 85,7%, estando dentro da meta proposta pela Companhia.

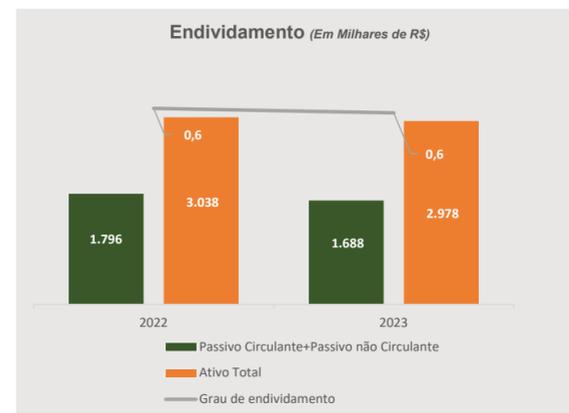
PMSO Não Recorrente			PMSO Recorrente		
Item	Valor	%	Item	Valor	%
Pessoal	222.254	22%	Pessoal	222.254	25%
Material	49.727	5%	Material	49.727	6%
Serviços	57.369	6%	Serviços	57.369	7%
Outros	35.654	3%	Outros	35.654	3%
Item Não Recorrente	120.104	12%	CPV	515.817	59%
CPV	515.817	52%	Total	880.821	100%
Total	1.000.925	100%			

ROL 1.027.931

Indicador PMSO * 97,4%
* PMSO / ROL - Receita Operacional Líquida

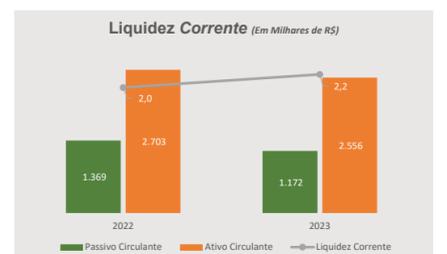
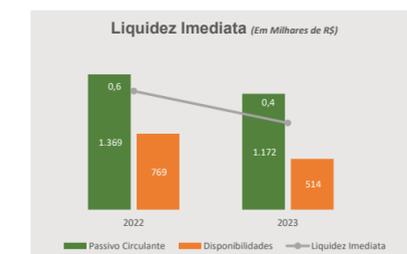
Indicador PMSO * 85,7%
* PMSO / ROL - Receita Operacional Líquida

Atualmente a Companhia possui uma dívida líquida negativa de R\$ 277.835 mil (Dívida de Curto Prazo + Dívida de Longo Prazo, referente à Previdência Privada (Núcleos), Empréstimo de Materiais e dentre outros) – Caixa e Equivalentes (Disponibilidades), resultando em uma relação de dívida líquida/EBITDA de -366,7%.



O índice de endividamento se manteve estável no exercício de 2023 (0,6) quando comparado ao do ano anterior, refletindo o rígido controle das contratações pela Companhia.

Os índices de liquidez são indicadores relacionados à capacidade financeira da Companhia, frente aos compromissos assumidos. Neste exercício, os índices de liquidez relacionados à capacidade de pagamento da INB apresentaram boa performance, como pode ser observado nos gráficos apresentados a seguir:



Geração de Valores

Em 2023, a geração de valor da Companhia teve um acréscimo de R\$ 220.294 mil, basicamente devido a melhor eficiência operacional e ao aumento da Receita Operacional proveniente da renegociação contratual junto ao nosso principal cliente, de forma a permitir um maior retorno para a sociedade através da Remuneração e dos Benefícios pagos aos empregados e administradores, do recolhimento de Tributos, do pagamento aos agentes financiadores e da remuneração aos acionistas.

Valor Econômico Gerado (Em milhares de R\$)	2023	2022
Receitas	1.429.708	967.375
(-) Custos operacionais e outros insumos	(594.108)	(441.834)
Valor Adicionado Bruto	835.600	525.541
(-) Depreciação, amortização e exaustão	(48.166)	(46.695)
Valor adicionado líquido produzido pela empresa	787.434	478.846
Valor Adicionado Recebido em Transferência	173.095	261.389
Valor Adicionado a Distribuir	960.529	740.235

Distribuição Valor Adicionado (Em milhares de R\$)



Proposta de Distribuição do Resultado do Exercício de 2023

A Política de Distribuição do Resultado do Exercício da Companhia considera, além dos percentuais determinados nos dispositivos legais e estatutários, elementos que sejam relevantes à sua sustentabilidade. Informações como desempenho financeiro, necessidade de caixa, cenários micro e macroeconômicos, expectativas e oportunidades de investimentos também figuram no processo decisório.

Portanto, considerando os fatos ocorridos em 2023 e as expectativas para o ano seguinte, a proposta da Administração resultou na seguinte destinação do Lucro Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 antes da PLR no valor de R\$ 73.112 mil, deduzido do montante da Participação nos Lucros de R\$ 2.911 mil e acréscimo da realização de Reserva de Reavaliação prevista na Lei nº 11.638/07, no valor de R\$ 511 mil, totalizando R\$ 70.713 mil, conforme demonstrado a seguir:

- R\$ 3.536 mil para constituição da Reserva Legal (5%);
- R\$ 23.373 mil para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais;
- R\$ 10.951 mil como proposta de Dividendo Mínimo Obrigatório (25%);
- R\$ 32.853 mil para constituição da Reserva de Orçamento de Capital.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	513.561	769.044	Fornecedores	13	39.947	53.787
Contas a Receber de Clientes	5	449.733	449.238	Impostos, Contribuições e Obrigações Trabalhistas	14	61.386	48.634
Estoques	6	1.400.421	1.295.652	Previdência Privada	15	25.726	21.469
Impostos e Contribuições a Recuperar	7	181.453	176.529	Provisão para Contingências	17	110.672	104.515
Outras Contas a Receber	8	10.807	12.575	Obrigações com Clientes	19	887.327	1.110.447
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		2.555.975	2.703.038	Dividendos Propostos a Pagar	21 i	10.951	-
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo				Outras Contas a Pagar	20	36.477	30.581
Impostos e Contribuições a Recuperar	7	42.345	28.439	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		1.172.486	1.369.433
Tributos Diferidos	7.1	42.142	-	Previdência Privada	15	173.524	177.178
Outras Contas a Receber	8	30.243	26.220	Provisão para Contingências	17	20.117	39.327
Total do Realizável a Longo Prazo		114.730	54.659	Provisão para Quebra de Contrato	18	303.708	-
Investimentos	9	1.560	1.560	Obrigações com Clientes	19	-	183.604
Imobilizado	10	650.649	643.629	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21 c	1.144	1.318
Intangível	11	83.922	87.428	Benefício Pós-Emprego	16	16.741	23.629
Subvenção do Tesouro para Investimentos	12	(428.692)	(452.064)	Outras Contas a Pagar	20	-	1.674
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		422.169	335.212	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		515.234	426.730
TOTAL DO ATIVO		2.978.144	3.038.250	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	21a/b	882.008	593.735
				Reserva de Reavaliação	21 c	2.224	2.561
				Reserva de Lucros	21 d	422.933	669.420
				Resultados Abrangentes	16	(16.741)	(23.629)
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.290.424	1.242.087
				TOTAL DO PASSIVO		2.978.144	3.038.250

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	1.027.931	804.714
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos		(515.817)	(377.720)
LUCRO BRUTO		512.114	426.994
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Administrativas e Custos Não Alocados	23	(485.108)	(390.005)
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	24	25.197	37.887
Total das (Despesas) Receitas Operacionais		(459.911)	(352.118)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		52.203	74.876
Receitas Financeiras		173.095	139.152
Despesas Financeiras		(114.013)	(85.608)
Resultado Financeiro Líquido	25	59.082	53.544
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		111.285	128.420
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	26	(80.315)	(53.821)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26.1	42.142	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO		73.112	74.599
Participações no Resultado		(2.911)	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		70.201	74.599
QUANTIDADE MÉDIA DE AÇÕES AO FINAL DO PERÍODO		233.485.182	233.485.182
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO EM REAIS	27	R\$ 0,30	R\$ 0,32

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO			
		70.201	74.599
Outros Resultados Abrangentes			
Parte IRPJ e CSLL sobre Reavaliação	21 c	174	369
Realização da Reserva de Reavaliação	21 c	(337)	(717)
Perdas Atuariais com Planos de Benefícios Definidos	16	(6.888)	71.160
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	21 h	63.150	145.411

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	RESERVAS DE LUCROS									Total
		Capital Social	Reserva de Reavaliação	Resultados Abrangentes	Reserva Legal	Reserva de Orçamento de Capital	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Especial de Dividendos Não Pagos	Reserva Estatutária de Desmobilização e Descomissionamento	Lucros Acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		447.445	3.278	(94.789)	40.139	509.222	-	190.663	-	-	1.095.958
Perdas Atuariais com Planos de Benefícios Definidos	16	-	-	71.160	-	-	-	-	-	-	71.160
IRPJ e CSLL sobre Reavaliação	20 c	-	-	-	-	-	-	-	-	369	369
Realização da Reserva de Reavaliação	20 c	-	(717)	-	-	-	-	-	-	717	-
Reserva Legal	20 e	-	-	-	3.784	-	-	-	-	(3.784)	-
Reserva de Orçamento de Capital	20 f	-	-	-	-	71.901	-	-	-	(71.901)	-
Aumento de Capital	20 b	146.290	-	-	-	(146.290)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	-	-	-	-	74.599	74.599
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		593.735	2.561	(23.629)	43.924	434.834	-	190.663	-	(0)	1.242.087
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		593.735	2.561	(23.629)	43.924	434.833	-	190.663	-	-	1.242.087
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	-	-	-	-	70.201	70.201
Perdas Atuariais com Planos de Benefícios Definidos	16	-	-	6.888	-	-	-	-	-	-	6.888
Aumento de Capital	21 b	288.273	-	-	-	(288.273)	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL sobre Reavaliação	21 c	-	-	-	-	-	-	-	-	174	174
Realização da Reserva de Reavaliação	21 c	-	(337)	-	-	-	-	-	-	337	-
Reserva Especial de Dividendos Não Pagos	21 g	-	-	-	-	-	(190.663)	-	-	-	(190.663)
Reserva Estatutária de Desmobilização e Descomissionamento	21 j	-	-	-	-	-	-	190.663	-	-	190.663
Pagamento de dividendos		-	-	-	-	(17.975)	-	-	-	-	(17.975)
Destinação de proposta à AGO											
Reserva Legal	21 e	-	-	-	3.536	-	-	-	-	(3.536)	-
Reserva de Orçamento de Capital	21 f	-	-	-	-	32.853	-	-	-	(32.853)	-
Reserva de Incentivos Fiscais	21 k	-	-	-	-	-	23.372	-	-	(23.372)	-
Dividendo Mínimo Obrigatório	21 i	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.951)	(10.951)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		882.008	2.224	(16.741)	47.460	161.438	23.372	(0)	190.663	-	1.290.424

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	70.201	74.599
Ajustes para conciliar o Lucro Líquido do Período ao Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais		
Variações monetárias ativas	(7.782)	(3.551)
Variações monetárias passivas	11.030	16.198
Custos das Baixas do Imobilizado e Intangível	448	7.537
Depreciações e Amortizações	48.228	46.771
Provisão para Contingências	(13.053)	27.354
Provisão para Compensação por Quebra de Contrato	303.708	-
Recursos Orçamentários para Pessoal e Custeio	-	(99.498)
Realização Recursos Orçamentários para Investimento	(23.372)	(22.740)
	319.207	(27.928)
(Aumentos) Reduções dos Ativos e Aumentos (Reduções) dos Passivos		
Contas a Receber	7.287	(68.834)
Estoques	(104.769)	(160.676)
Impostos e Contribuições a Recuperar	(60.972)	(102.792)
Outras contas a receber	(2.255)	4.531
Fornecedores	(24.869)	(57.315)
Impostos e Contribuições a recolher	12.752	11.040
Previdência Privada	603	2.217
Obrigações com Clientes	(406.724)	364.071
Dividendos a Pagar	10.951	-
Outras contas a pagar	4.222	3.932
	(563.774)	(3.827)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(174.366)	42.844
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Ativo Imobilizado	(51.158)	(31.691)
Aquisição de Ativo Intangível	(1.033)	0
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(52.191)	(31.691)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recursos Orçamentários para Pessoal e Custeio	-	99.498
Recursos Orçamentários para Investimento no Projeto de Enriquecimento	-	6.372
Pagamento de Dividendos aos Acionistas	(28.926)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(28.926)	105.870
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA e EQUIVALENTES DE CAIXA	(255.483)	117.023
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	769.044	652.021
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	513.561	769.044
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA e EQUIVALENTES DE CAIXA	(255.483)	117.023

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS	1.429.708	967.375
Vendas de Produtos e Serviços	1.403.179	923.511
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa de Contas a Receber	-	-
Outras Receitas	26.529	43.864
Insumos Adquiridos de Terceiros	(594.108)	(441.834)
Matérias-Primas e Insumos Consumidas	(190.409)	(214.664)
Custos de Produtos e Serviços Vendidos	(36.427)	(34.722)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(365.129)	(192.448)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(2.143)	-
VALOR ADICIONADO BRUTO	835.600	525.541
RETENÇÕES		
Depreciação, Amortização e Exaustão	(48.166)	(46.695)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO DISTRIBUÍDO PELA EMPRESA	787.434	478.846
Valor Adicionado Recebido em Transferência	173.095	261.389
Recursos Orçamentários para Desp. com Pessoal, Custeio e Invest.	-	122.237
Receitas Financeiras	173.095	139.152
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	960.529	740.235
	31/12/2023	31/12/2022
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	%	%
Colaboradores (Empregados e Administradores)	305.260	32
Remuneração Direta	223.653	23
Benefícios	65.606	7
FGTS	16.001	2
Governo (Tributos)	474.929	49
Federais	201.924	21
Estaduais	271.356	28
Municipais	1.649	0
Agentes Financiadores	110.139	11
Juros	106.739	11
Aluguéis	3.400	0
Destinação do Lucro	70.201	7
Dividendos	10.951	1
Lucros (Prejuízos) Retidos do Período	59.250	6
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	960.529	100



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Indústrias Nucleares do Brasil S.A – INB, empresa pública constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, sob o controle acionário da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), atua no setor nuclear como executora da atividade monopolizada conferida à União denominada Ciclo do Combustível Nuclear, englobando as etapas industriais de produção relacionadas à exploração de urânio, desde a etapa de mineração e beneficiamento do concentrado de urânio até a fabricação de componentes e montagem final dos elementos combustíveis que acionam os reatores nas usinas nucleares.

A Companhia está sediada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, à Av. Rio Branco, nº 1 - sala 1901, Centro, possui escritório regional em Fortaleza e as seguintes unidades industriais:

- Fábrica de Combustível Nuclear – FCN, em Resende (RJ), com as seguintes instalações: Fabricação de componentes e montagem de elementos combustíveis, Fábrica de Enriquecimento de urânio, Reversão de UF6 e Fabricação de Pastilhas de UO2;
- Unidade de Concentração de Urânio – URA, em Caetité (BA), destinada à extração e ao processamento do minério natural de urânio para a produção do concentrado de urânio (U3O8);
- Unidade em Descomissionamento de Buena – UDB, em São Francisco de Itabapoana (RJ), onde são extraídos os minerais pesados de Zirconita, Rutilo, Ilmenita e Monazita, atividade não associada ao ciclo do combustível nuclear;
- Unidade em Descomissionamento de Caldas – UDC, em Caldas (MG), a primeira mina de urânio do Brasil, com suas atividades industriais paralisadas por motivo de inviabilidade econômica. Atualmente, encontra-se em andamento o desenvolvimento do projeto de descomissionamento e recuperação ambiental das áreas degradadas; e
- Unidade em Descomissionamento de São Paulo – UDSP e Unidade de Estocagem de Botuxim – UEB, ambas as unidades no estado de São Paulo, que atualmente encontram-se em descomissionamento e atuam na recuperação ambiental das áreas degradadas.

O principal cliente da Companhia é a Eletronuclear S.A., empresa de economia mista, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, subsidiária da ENBPar e operadora das usinas nucleares Angra 1 e II.

Com a saída da empresa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, viabilizado pela ampliação da receita resultante da renegociação dos contratos destinados ao fornecimento de combustível nuclear preconizamos pela reformulação de nosso plano de negócios mantendo nosso alinhamento com a sustentabilidade financeira e o adaptando ao Programa de Dispêndios Globais (PDG) e ao Orçamento de Investimentos.

A implementação de um modelo de gestão focado no negócio, com o propósito de reafirmar o compromisso com a melhoria da qualidade na aplicação dos recursos públicos propiciou que a INB obtivesse seu credenciamento junto ao Departamento de Defesa através da Portaria GM-MD 5.893 como uma Empresa Estratégica de Defesa (EED). Essa conquista além de fortalecer a imagem da INB como empresa de tecnologia de ponta alinhada a projetos estratégicos nacionais traz outros benefícios diretos e indiretos, dentre eles a possibilidade de acesso ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID).

Em 05 de setembro de 2023, a INB obteve sua habilitação ao RETID permitindo com que seja suspensa a exigência de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e de PIS/PASEP e COFINS sobre produtos fornecidos à Indústria de Defesa no Brasil, reduzindo os custos e ampliando a competitividade da INB como fornecedora neste segmento.

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as normas e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos técnicos, nas orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva e autorizadas para a conclusão da preparação em 19 de fevereiro de 2024.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda de apresentação. A moeda funcional da Companhia é o Real.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são novamente mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.3. RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas com vendas representam o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos ou serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida de devoluções, descontos comerciais, tributos incidentes sobre vendas.

a) As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando: (i) o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

b) A receita financeira é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

3.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata e com baixo risco, sendo demonstrada ao custo acrescido das remunerações auferidas até a data das demonstrações financeiras, apuradas pelo critério pró-rata que equivalem aos seus valores justos.

3.5. CONTAS A RECEBER

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos a provisão para perdas com créditos, se necessária.

As PECLD - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa são fundamentadas em análise dos créditos, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos.

3.6. ESTOQUES

Os estoques são determinados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável. As importações em andamento estão demonstradas ao custo identificado.

3.7. ATIVOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis, assim como os depósitos, na data em que são gerados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os saldos de caixa de recursos próprios são obrigatoriamente aplicados no Fundo Extramercado do Banco do Brasil, investimento do segmento de Renda Fixa, conforme determinado pela Resolução BACEN nº 4.034 de 30/11/2011.

A Companhia não faz uso de derivativos, portanto, não se aplica a chamada contabilização de hedge (*“hedge accounting”*).

3.8. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações nas taxas de câmbio e as variações monetárias auferidas até o encerramento do exercício.

3.9. IMOBILIZADO

Os Ativos estão demonstrados ao custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, corrigido monetariamente durante períodos hiperinflacionários, acrescidos das reavaliações do ativo industrial das filiais de Resende, Caetité e Buena, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada e das perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*“impairment”*).

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como componentes específicos, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses componentes forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, sendo baixados os saldos residuais dos componentes substituídos.

Reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.10. INTANGÍVEL

No Intangível estão classificados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos e demais gastos com projetos de desenvolvimento de novos produtos ou processos, como: beneficiamento de urânio da unidade de Caetité, reversão em pó e fabricação de pastilhas de UO2, enriquecimento de urânio e licença de uso de tecnologia para fabricação de elemento combustível.

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização considera a utilização efetiva, com base em método que reflita o benefício econômico do ativo intangível ou na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas.

Os gastos com estudos e pesquisas são considerados como despesas operacionais até que se tenha a comprovação efetiva de sua viabilidade econômica e tecnológica. Caso os custos sejam identificáveis, controláveis e geradores de benefícios futuros, os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projetos e testes de produtos novos aperfeiçoados) serão reconhecidos como ativos intangíveis, até que fiquem em condições operacionais.

3.11. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE CURTO E LONGO PRAZO

As contas do passivo circulante e do passivo não circulante são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando cabível, dos encargos e variações monetárias, incorridas até a data do balanço.

Estão registradas no realizável a longo prazo e no passivo não circulante as parcelas dos direitos e obrigações para os quais não há perspectivas de realização ou desembolso até o encerramento do exercício seguinte.

As obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados a valor presente, sendo as demais ajustadas quando houver efeito relevante.

3.12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações judiciais ou processos administrativos em andamento, avaliados pelos consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

3.13. SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

As subvenções recebidas pela Companhia eram destinadas a despesas de pessoal, custeio e investimentos. Quando destinada a investimento (ativo), o benefício é reconhecido como receita diferida, classificada em conta redutora do ativo e reconhecida na demonstração do resultado do exercício com base no saldo acumulado dessas subvenções, à medida que as despesas de depreciação do respectivo ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

3.14. USO DE ESTIMATIVAS

As demonstrações financeiras incluem a utilização de estimativas que levaram em consideração avaliações e julgamentos da Administração, experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas são:

- análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- determinação da provisão para perdas em estoque;
- revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações;
- mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- compromissos com plano de benefícios de colaboradores; e
- provisões para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas são revisadas periodicamente.

3.15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 mil no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

3.16. DIVIDENDOS

A Companhia possui em seu Estatuto Social, o pagamento mínimo de 25% de dividendos sobre o lucro líquido ajustado. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício.

3.17. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou, quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia, após certos ajustes.

No presente exercício, a Companhia está reconhecendo uma provisão contábil passiva para pagamento de participação nos lucros e resultados aos seus empregados.

3.18. OPERAÇÕES CONTINUADAS E DESCONTINUADAS

A separação e divulgação das operações em continuadas e descontinuadas na Demonstração do Resultado do Exercício, conforme estabelecido por meio do CPC 26 R1, será indicada no período em que ocorrer. Nos períodos em que não houver menção às operações descontinuadas a totalidade do resultado apresentado será oriunda de operações normais da empresa.

3.19. RESULTADO POR AÇÃO

Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

3.20. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovados pela Resolução CVM nº 117/2022, Resolução CFC nº 1.138/08, NBC TG 09 e é apresentada como informação adicional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	16	17
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Recursos Próprios (a)	513	1.392
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas - FAPM (b)	27.276	24.058
Aplicações Financeiras no País - Banco do Brasil S.A. (c)	485.756	743.576
Total	513.561	769.044

(a) A conta limite de saque com vinculação de pagamento - Recursos Próprios é uma conta corrente no Banco do Brasil em que é centralizada a movimentação dos recursos da companhia, com exceção dos recursos que estão aplicados.

(b) O saldo de Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas – FAPM, que consiste nas aplicações garantidoras de provisões técnicas do Benefício de Assistência à Saúde (BAS), corresponde aos recursos constituídos com o pagamento efetuado pelos empregados para cobertura da parcela de 10% ou 30% das despesas médicas de grande risco do plano médico assistencial da Companhia, em contrapartida ao registro de provisão técnica de operações de assistência à saúde em conta do grupo Outras contas a pagar.

(c) O saldo de aplicações financeiras no país refere-se aos recursos próprios, aplicados por intermédio de instituições integrantes do Banco do Brasil S.A., de acordo com o Decreto Lei nº 1.290, de 31/12/1973 e Resolução CMN nº 4.986, de 17 de fevereiro de 2022 no Fundo BB Extramercado, Fundo de Investimento Renda Fixa. A taxa de rendimento bruto acumulada no ano de 2023 foi de 13,12% (9,37% em 2022).

Na composição do saldo de aplicações financeiras está refletido o montante apurado no exercício relativo ao Fundo de Desmobilização e Descomissionamento e ao Fundo de Inovação e Atualização Tecnológica, conforme previsto em normativos internos.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações Financeiras no País - INB	436.283	743.576
Fundo Estatutário de Desmobilização e Descomissionamento - FDD	14.842	-
Fundo de Inovação e Atualização Tecnológica - FATI	34.631	-
Total	485.756	743.576

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos a Receber de Clientes	293.785	447.882
Duplicatas a Receber de Clientes - FCN	148.784	2.621
Duplicatas a Receber de Clientes - UDB	8.429	-
Duplicatas a Receber de Clientes - URA	548	548
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.813)	(1.813)
Total	449.733	449.238

O saldo de Contas a Receber de Clientes das unidades industriais, Fábrica de Combustível Nuclear – FCN e Unidade de Concentrado de Urânio – URA, referem-se ao faturamento dos contratos de fabricação de elementos combustíveis, enriquecimento, conversão, fornecimento de concentrado de urânio (U₃O₈), e serviços de engenharia firmados com a Eletronuclear S.A. para as recargas das Usinas Angra 1 e 2 e as vendas de Zirconita, Ilmenita, Monazita e Rutilo da Unidade em Descomissionamento de Buena – UDB, em São Francisco de Itabapoana/RJ.

A conta de Títulos a Receber de Clientes refere-se aos eventos contratuais de execução de fornecimentos para as recargas das usinas de Angra 1 e 2 para a Eletronuclear S.A. e estão relacionados com as obrigações com clientes.

O aumento de Contas a receber de clientes decorre principalmente pela emissão de Títulos a Receber de Clientes referente à 28ª Recarga de Angra I, 29ª Recarga de Angra I, 19ª Recarga de Angra II e 20ª Recarga de Angra II.

A falta de regularidade nos pagamentos dos faturamentos pela Eletronuclear S.A para com a INB representa 64% do saldo apresentado acima.

Os saldos registrados em Provisão para Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa se encontram a título de cobrança pela área jurídica sendo demonstrados abaixo.

Unidade	Cliente	Produto / Serviço	Período	Valor
FCN	Eletronuclear S.A.	Ciclo do Elemento Combustível	04/2003 a 12/2013	1.265
URA	Eletronuclear S.A.	Ciclo do Elemento Combustível	04/2005 a 12/2006	548
			Total	1.813

6. ESTOQUES

Descrição	FCN	UDC	UDB	URA	31/12/2023	31/12/2022
Matéria Prima	591.481	120	-	-	591.601	530.642
Produtos em Processo	270.870	-	-	27.950	298.820	436.342
Produtos Acabados	219.636	-	2	86.349	305.987	117.453
Importações em Andamento para Estoque	91.370	-	398	7	91.775	148.527
Subprodutos	74.079	-	-	-	74.079	32.486
Materiais de Uso e Consumo	16.732	1.994	412	7.871	27.009	20.786
Produtos Intermediários	3.160	24	78	3.951	7.213	5.540
Material em Poder de Terceiros	3.937	-	-	-	3.937	3.876
Estoque de Terceiros em Poder da Empresa	7.053	-	-	-	7.053	6.953
(-) Estoque de Terceiros em Poder da Empresa	(7.053)	-	-	-	(7.053)	(6.953)
Total	1.271.265	2.138	890	126.128	1.400.421	1.295.652

Os saldos de matéria-prima representam o custo dos materiais a serem consumidos na produção, distribuídos nas seguintes unidades:

- FCN – Reversão e Pastilhas (Resende):** Urânio Enriquecido, sob a forma de Hexa-fluoreto (UF6) e Óxido (Varetas contendo Pastilhas de UO2 com Gadolínio) - R\$ 352.252 mil;
- FCN – Usinagem e Montagem (Resende):** Componentes metálicos para uso na indústria nuclear - R\$ 182.923 mil;
- FCN – Enriquecimento (Resende):** Urânio em diversos teores, sob a forma de Hexa-fluoreto (UF6) - R\$ 56.306 mil;
- UDC – Unidade de Descomissionamento (Caldas):** Urânio natural, sob a forma de Minério, residual na Unidade - R\$ 120 mil.

Os saldos de produtos em processo representam o custo dos materiais a serem consumidos na produção, que já tenham passado por transformação, distribuídos nas seguintes unidades:

- FCN – Reversão e Pastilhas (Resende):** Urânio em diversos teores, sob a forma de Óxido (UO2 – Pó e Pastilhas) e Hexa-fluoreto (UF6) - R\$ 167.384 mil;
- URA – Unidade de Concentrado de Urânio (Caetité):** Urânio natural, sob a forma de Minério e Óxido (Minério Britado, Licor de Urânio e Eluato), desde as pilhas de lixiviação até a planta química - R\$ 27.950 mil;
- FCN – Usinagem e Montagem (Resende):** Componentes do Elemento Combustível produzidos internamente, em processo de montagem/usinagem - R\$ 103.486 mil.

Os saldos de produtos acabados representam os estoques disponíveis para venda/entrega aos clientes, distribuídos nas seguintes unidades:

- FCN – Enriquecimento (Resende):** Urânio Enriquecido, na forma de Hexa-fluoreto (UF6) – R\$ 46.168 mil;
- FCN – Componentes e Montagem (Resende):** Urânio Enriquecido, na forma de Óxido (Pastilhas de UO2), contidos em Elementos Combustível metálicos – R\$ 173.352 mil; Componentes metálicos para uso na indústria nuclear – R\$ 116 mil;
- URA – Unidade de Concentrado de Urânio (Caetité):** Concentrado de Urânio (U3O8) – R\$ 86.349 mil;
- UDB – Unidade de Descomissionamento (Buena):** Monazita, Rutilo, Ilmenita e Zirconita – R\$ 2 mil.

O saldo de produto acabado na FCN é decorrente do Urânio Enriquecido e dos Componentes da 20ª Recarga de Angra II e da 28ª Recarga de Angra I.

O saldo de importações em andamento representa os pagamentos de custos e despesas de importação de materiais, notadamente matérias-primas e serviços de industrialização no exterior, bem como de outros materiais de consumo destinados ao estoque da Companhia adquiridos no exterior, aguardando o desembaraço/nacionalização.

Os saldos de subprodutos correspondem ao custo dos estoques oriundos de sobras do processo produtivo, que nele são reutilizados, mas não são os produtos principais da Companhia, distribuídos nas seguintes unidades:

- FCN – Reversão e Pastilhas (Resende):** Urânio em diversos teores, sob a forma de Óxido (Pó e Pastilhas de UO2 e Pó de U3O8) e Hexa-fluoreto (UF6) – R\$ 73.580 mil;
- FCN – Enriquecimento (Resende):** Urânio em diversos teores, sob a forma de Hexa-fluoreto (UF6) – R\$ 499 mil.

O saldo em estoque de materiais de uso e consumo destinam-se às atividades administrativas e operacionais das unidades. Os produtos intermediários correspondem ao saldo em estoque de itens de ferramentaria, gases e embalagens a serem consumidos no processo produtivo.

O saldo de Estoque próprio em poder de terceiros, compreende principalmente o valor de R\$ 3.737 mil referente a Urânio recebido da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), conforme Termo de Transferência datada de 23 de novembro de 2016, mantido nas instalações do Instituto de Pesquisas Nucleares e Energéticas – IPEN, aguardando as licenças necessárias para remessa deste material para beneficiamento no exterior. Compreende, ainda, o valor de custo de um protótipo de EC enviado ao Instituto de Pesquisas Nucleares e Energéticas – IPEN em 1º de dezembro de 2018 e os materiais enviados para industrialização externa em estabelecimentos no país, notadamente aço bruto para fabricação e qualificação de componentes semiacabados utilizados em nossa fabricação de Elementos Combustíveis.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

O saldo de Material de terceiros em poder da empresa compreende principalmente o valor de R\$ 6.944 mil correspondente ao registro de 4 (quatro) Elementos Combustíveis fabricados para atendimento da 1ª Região do Núcleo de Angra 3 (Contrato GAC.T/CT011-10). Compreende ainda R\$ 9 mil correspondente ao envio de material dos fornecedores Coni e Comando da Marinha. Os registros estão em consonância ao estabelecido no CPC 47 que trata de receita de contrato com cliente, estabelecendo uma série de normas sobre o reconhecimento de receitas, principalmente sobre o momento de reconhecimento.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
COFINS - Retida na Fonte	105.790	78.133
IRPJ - Saldo Negativo	29.489	21.881
PIS/PASEP - Retido na Fonte	23.482	17.184
CSLL - Saldo Negativo	8.930	8.325
COFINS a Recuperar	6.590	38.260
ICMS a Recuperar	5.383	4.877
ICMS sobre Aquisição de Ativo Imobilizado a Recuperar	3.328	3.547
PIS/PASEP a Recuperar	1.465	8.389
INSS a Recuperar	590	-
IPI a Recuperar	536	376
Outros Impostos e Contribuições a Recuperar	38.215	23.996
Total	223.798	204.968

Parcela no ativo circulante	181.453	176.529
Parcela no ativo não circulante	42.345	28.439

Os créditos do PIS/PASEP e da COFINS são provenientes das aquisições de matéria-prima, insumos, consumo de energia elétrica, locação de imóveis, máquinas e equipamentos utilizados nas atividades da Companhia, depreciação dos equipamentos ligados à produção e serviços utilizados na fabricação dos produtos/serviços conforme legislação vigente.

Os valores do Imposto de Renda - IRPJ e da Contribuição Social - CSLL são créditos tributários acumulados (saldo negativo), corrigidos monetariamente, mensalmente, pela taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). O saldo negativo de IRPJ e CSLL se verifica quando, ao final do ano-calendário, a pessoa jurídica, contrapondo o IRPJ e a CSLL devidos e os valores antecipados ao longo do ano, identifica que houve retenção maior que o valor devido, configurando indébito passível de compensação após o encerramento do ano-calendário.

O saldo credor de ICMS origina-se, principalmente, das aquisições de matéria-prima, insumos e energia elétrica utilizados na fabricação dos produtos e das aquisições de Ativo Imobilizado.

O saldo credor de IPI é decorrente das aquisições de matéria-prima e insumos utilizados no processo produtivo.

O saldo de INSS a Recuperar é decorrente das retenções efetuadas nas prestações de serviços de engenharia, em especial para a Eletronuclear S.A., em que compensamos integralmente os valores apurados.

O saldo de Outros Impostos e Contribuições a Recuperar refere-se a valores que a Companhia está solicitando o ressarcimento, em espécie, dos créditos tributários junto à Receita Federal do Brasil, conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ	28.551	14.206
IRRF	2.919	2.692
CSLL	5.956	5.311
IPI	789	816
INSS	-	971
Total	38.215	23.996

7.1. TRIBUTOS DIFERIDOS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
IR Diferido	30.987	-
CSLL Diferida	11.155	-
Total	42.142	-

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e nas bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. O montante apurado no exercício está evidenciado na nota explicativa nº 26.1.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos Judiciais	27.489	23.668
Prêmios de Seguros a Apropriar	4.286	7.399
Investimentos Temporários	2.754	2.553
Adiantamentos a Fornecedores	2.601	1.431
Valores a Receber	2.570	2.429
Adiantamentos a Funcionários	1.013	1.112
Notas de Débito	337	203
Total	41.050	38.795

Parcela no ativo circulante	10.807	12.575
Parcela no ativo não circulante	30.243	26.220

Depósitos Judiciais referem-se aos recursos e depósitos em garantia em processos trabalhistas, cíveis, previdenciários, ambientais e tributários, sendo que neste último está incluído o questionamento quanto à incidência de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e Imposto de Renda retido na Fonte (IRRF) sobre a remessa para o exterior do Contrato de Desenvolvimento do Combustível Avançado.

Depósito judicial previdenciário refere-se ao valor do depósito integral da autuação fiscal pelo INSS, relativa ao adicional de contribuições decorrentes dos riscos ambientais de trabalho, competências 04/1999 a 07/2003.

Depósitos judiciais ambientais referem-se a autos de infração lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA contra a INB, na Unidade de Concentrado de Urânio - URA, em Caetité/BA.

Depósito judicial tributário referem-se a concessão de liminar para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente à cobrança de ISS pelo Município do Rio de Janeiro, Auto de Infração nº 301.958, processo 04/352.511/2018, por suposta infração de falta de retenção em serviços provenientes do exterior. Os serviços ora questionados, foram prestados fora do país ou finalizados nas filiais de Resende/RJ e Caetité/BA, local onde claramente de fato há atividade produtiva, porém, a argumentação da INB foi negada em todas as instâncias administrativas.

Prêmios de Seguro a Apropriar - os ativos e operações da Companhia estão segurados por valores suficientes à cobertura de eventuais riscos e sinistros, nos seguintes ramos: responsabilidade civil de administradores, diretores e conselheiros; riscos nomeados nas unidades industriais e administrativas com cobertura de incêndio, raios, vendaval, furacão, ciclone, tomado, granizo, explosão de qualquer natureza e danos elétricos; seguro de veículos, seguro de vida em grupo e acidentes pessoais; e transporte nacional e internacional de mercadorias.

Investimentos Temporários compreendem Notas do Tesouro Nacional, Série P - NTN-P repassados à Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com a portaria nº 266, de 14 de maio de 2014, provenientes do processo de venda de ações realizados no período de 07/01/2014 a 13/03/2014, com liquidação financeira em 18/03/2014, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND (Decreto nº 1.068/94). Os títulos emitidos têm as seguintes características: vencimento em 1º de janeiro de 2030, taxa de juros 6% ao ano e atualização monetária pela taxa referencial divulgada pelo BACEN, sendo que esses títulos estavam custodiados no BNDES, originários de depósitos compulsórios convertidos em ações da Eletrobrás, Tractebel, Telebrás e TIM, além de 6.247 ações preferenciais da empresa COMPANHIA AGROINDUSTRIAL DE ALIMENTOS DO NORDESTE - CANAAN.

Adiantamento a Fornecedores refere-se aos desembolsos contratuais que envolvem a contratante e contratada, relacionados às obrigações trabalhistas e outros compromissos.

Valores a Receber compreende os saldos das multas, glosas e demais valores devidos pelos prestadores de serviço junto à Companhia, para cobrança do montante devido.

O saldo de Adiantamentos a Funcionários compreende os valores de férias e despesas de viagens no país e no exterior.

O saldo de Notas de Débito compreende os ressarcimentos pela cessão de empregados da Companhia para exercício de atividades laborais em outros órgãos e entidades da Administração Pública nas esferas Federal, Estadual e Municipal, bem como no Núcleo - Instituto de Segurança Social, entidade de previdência privada patrocinada pela Companhia.

9. INVESTIMENTOS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Propriedades para Investimento	1.560	1.560
Total	1.560	1.560

Em 17 de dezembro de 1975, o Governo publicou, em favor das Empresas Nucleares Brasileiras S/A - NUCLEBRÁS, o Decreto nº 76.824/75, pelo qual desapropriou, por declaração de utilidade pública, gleba de aproximadamente 1.603.937,00 m² no Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, composta de 2.058 (dois mil e cinquenta e oito) lotes do 4º Loteamento Brisamar (Fazenda Arapucaia Guassú), pertencentes a diversos proprietários.

Em parte da área desapropriada foi implantada a fábrica de componentes pesados de reatores e outras unidades industriais para atender ao Programa Nuclear Brasileiro.

Em 1988, por força das disposições do Decreto-Lei nº 2.464, de 31 de agosto, a INB sucedeu a NUCLEBRÁS em todos os direitos e obrigações, recebendo integralmente a propriedade do citado terreno.

Em 09/06/2009, a INB cedeu parte do terreno de sua propriedade para o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) para a instalação de uma área de apoio ao Estaleiro e Base Naval de Itaguaí (EBN) e à Unidade de Fabricação de Estrutura Metálica (UFEM).

Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 28, a Administração da INB decidiu classificar o terreno na rubrica de "Propriedades para Investimento", mantendo-a com o objetivo de valorização de capital.

A propriedade para investimento está avaliada ao custo histórico e, para fins de divulgação do seu valor justo, a Companhia contratou em 2016, 03 (três) avaliadores independentes, que através da aplicação de metodologia definida pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, o qual também utiliza evidências no mercado relacionadas aos preços de transações efetuadas com propriedades similares, avaliaram essa propriedade ao valor justo, reduzido de eventuais custos de transação, no valor médio de R\$ 139.369 mil.

Como não há a intenção de venda no curto prazo e a contratação de avaliadores independentes se demonstra onerosa e inútil, haja vista o desinteresse da Companhia na alienação da propriedade, desde a supramencionada data não foram realizadas novas avaliações.

Desta forma, os requisitos para classificação como propriedades para investimento foram cumpridos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 28, sendo adotado para fins de mensuração o método de custo.

10. IMOBILIZADO

	Taxas de Depreciação	Saldo 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo 31/12/2023
Terenos	Custo	18.650	-	-	-	18.650
Edificações industriais	Custo	217.105	-	-	1	217.106
	Depreciação	(74.899)	(6.767)	-	(1)	(81.667)
Edificações	Custo	23.147	-	-	-	23.147
	Depreciação	(13.882)	(349)	-	-	(14.231)
Benfeitorias Bens de Terceiros	Custo	-	-	-	-	-
	Depreciação	-	-	-	-	-
Instalações industriais	Custo	58.735	25	(112)	39	58.687
	Depreciação	(18.114)	(1.855)	106	109	(19.754)
Instalações	Custo	6.042	38	(5)	-	6.075
	Depreciação	(2.420)	(132)	5	-	(2.547)
Equipamento industrial e serviços	Custo	221.015	1.879	(4.574)	11.805	230.125
	Depreciação	(158.243)	(9.603)	4.483	(1.158)	(164.521)
Equipamento industrial específico	Custo	396.101	84	(89)	53.335	449.431
	Depreciação	(120.375)	(20.575)	79	1	(140.870)
Equipamento de laboratório específico	Custo	39.999	227	(225)	251	40.252
	Depreciação	(30.317)	(2.139)	225	408	(31.823)
Equipamento de proteção específico	Custo	9.301	-	(847)	82	8.536
	Depreciação	(7.543)	(603)	847	343	(6.956)
Móveis e utensílios	Custo	11.827	196	(198)	(132)	11.693
	Depreciação	(10.203)	(329)	195	303	(10.034)
Bens de informática	Custo	9.956	185	(789)	1.007	10.359
	Depreciação	(9.250)	(369)	788	(974)	(9.805)
Bens de informática - Infraestrutura	Custo	6.019	-	(58)	(936)	5.025
	Depreciação	(5.939)	(21)	58	970	(4.932)
Veículos	Custo	7.418	1.080	(279)	952	9.171
	Depreciação	(5.332)	(659)	279	2	(5.710)
Veículos especiais	Custo	8.006	23	(92)	2	7.939
	Depreciação	(6.451)	(287)	92	(2)	(6.647)
Imobilizações em curso	Custo	73.276	47.420	(337)	(66.408)	53.951
Total de Custo		1.106.596	51.157	(7.605)	-	1.150.147
Total de Depreciação		(462.967)	(43.688)	7.157	(0)	(499.498)
Saldo Líquido		643.629	7.469	(448)	(0)	650.649

Os Ativos estão demonstrados aos valores de aquisição ou de construção, que representam os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como componentes específicos, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses componentes forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, sendo baixados os saldos residuais dos componentes substituídos. Reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), Redução ao Valor Recuperável de Ativos, que define procedimentos visando assegurar que os ativos não sejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações, foi atestado pelas empresas Delos Consultoria Ltda e Integre Soluções de Informática, Controle Patrimonial e Avaliações Ltda. O Laudo de Avaliação do Ativo Imobilizado e Teste de Impairment foram realizados em 2022. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou um acompanhamento, sem identificar indicativos de desvalorização de seus ativos, portanto, não realizou o teste de recuperabilidade, sem prejuízo ao atendimento às normas contábeis.

11. INTANGÍVEL

Descrição	Método de Amortização	Saldo 31/12/2022	Adições	Baixas	Transf. rências	Saldo 31/12/2023
Caetité	Custo	54.053	-	-	-	54.053
	Produzidas Amortização	(11.643)	(1.147)	-	-	(12.790)
Pastilhas	Custo	10.346	-	-	-	10.346
	40 Anos Amortização	(6.165)	(258)	-	-	(6.423)
Reconversão	Custo	14.103	-	-	-	14.103
	40 Anos Amortização	(7.874)	(353)	-	-	(8.227)
Enriquecimento	Custo	35.260	-	-	-	35.260
	40 Anos Amortização	(12.048)	(882)	-	-	(12.929)
Direitos de Uso Minerário	Custo	865	-	-	-	865
	Amortização	(865)	-	-	-	(865)
Licença de Uso de Tecnologia Média	Custo	36.155	-	-	-	36.155
	11 Anos Amortização	(31.565)	(1.899)	-	-	(33.464)
Total dos Proj. em Operação	Custo	150.782	-	-	-	150.782
	Amortização	(70.159)	(4.539)	-	-	(74.699)
Saldo Líquido		80.623	(4.539)	-	-	76.083
FCN - Transferência de Tecnologia Lagoa Real - 2ª Fase	Custo	5.519	1.033	-	-	6.552
	Amortização	(1.286)	-	-	-	(1.286)
Projetos em Desenvolvimento	Custo	6.805	1.033	-	-	7.838
	Amortização	(87.428)	(3.506)	-	-	(83.922)

Licença de uso de Tecnologia refere-se à concessão de licenças de uso dos códigos computacionais e metodologias de projeto utilizada no processo de produção e inspeção da qualidade dos combustíveis, acesso às novas especificações técnicas e aos relatórios de projeto neutônico, assim como aos projetos de fabricação dos contêineres de transporte para elementos combustíveis, varetas combustíveis e pastilhas de UO₂.

A transferência dos valores refere-se ao início das operações da planta de Concentrado de Urânio - URA na Anomalia 09 - Lagoa Real - 2ª Fase em Caetité (BA) anteriormente classificado como Projetos em Desenvolvimento.

12. SUBVENÇÃO DO TESOURO PARA INVESTIMENTOS

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Transf. de Adiantº Fut. Aum. Capital: - exerc. 2009	36.000	24.860	-	60.860
Movimentação no exercício de 2010	-	33.813	(1.500)	32.313
Movimentação no exercício de 2011	-	39.800	(932)	38.868
Movimentação no exercício de 2012	-	12.723	(1.720)	11.003
Movimentação no exercício de 2013	-	36.669	(2.051)	34.618
Movimentação no exercício de 2014	-	36.317	(3.566)	32.751
Movimentação no exercício de 2015	-	33.412	(7.969)	25.443
Movimentação no exercício de 2016	-	63.980	(6.910)	57.070
Movimentação no exercício de 2017	-	83.360	(20.163)	63.197
Movimentação no exercício de 2018	-	60.572	(16.894)	43.678
Movimentação no exercício de 2019	-	76.336	(26.460)	49.876
Movimentação no exercício de 2020	-	30.407	(21.719)	8.688
Movimentação no exercício de 2021	-	32.002	(21.936)	10.066
Movimentação no exercício de 2022	-	6.373	(22.740)	(16.367)
Saldo em 31/12/2022				452.064
Recursos Recebidos no Exercício				-
Realização por Depreciação ou Baixa			(23.372)	(23.372)
Saldo em 31/12/2023				428.692

A partir do exercício de 2010, os recursos do Tesouro para investimentos no Projeto de Enriquecimento de Urânio, recebidos desde 2008, passaram a ser tratados como subvenção (receita a apropriar), sendo reclassificados para a conta retificadora do Ativo Não Circulante - Subvenção do Tesouro para Investimentos, como forma de demonstração da dedução dos ativos adquiridos com a subvenção, para apuração do valor líquido do Ativo, sendo apropriado ao resultado com base na depreciação ou por baixa dos ativos adquiridos com os respectivos recursos, de acordo com o disposto na Resolução CVM nº 96/2022, item 24 (itens 23, 24 e 27 do CPC 07 (R1)).

Esse procedimento se deve em função da consulta formulada pelo Conselho Fiscal da INB à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que se pronunciou por intermédio do parecer PGFN/CAS/nº 2.332/2010, contrariamente à classificação desses recursos como adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, por entender que a CNEN não seria a responsável pelas transferências financeiras a título de subvenção para Investimento para a INB, mas, sim, o Tesouro Nacional (União), através da Fonte 100.

Com a transformação da INB em empresa pública e em decorrência da transferência das ações para a União em dezembro de 2020, os recursos de subvenção destinados para investimentos poderiam ser classificados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC e, por conseguinte, deixariam de ser tributados, segundo os termos do Decreto nº 9.580/18, art. 441, inciso I, deixando o saldo desses recursos de ser corrigido pela taxa de juros SELIC, exc



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Os valores relativos a Férias a Pagar devido aos empregados estão provisionados proporcionalmente ao período aquisitivo. Salários e Encargos a Recolher compreendem os valores de INSS e FGTS que são pagos de acordo com os prazos legais de recolhimento.

Tributos a recolher compreendem a provisão dos impostos incidentes sobre o registro das receitas mensais, relativas aos contratos de comercialização, para recolhimento no prazo de vencimento normal. Os impostos de maior relevância contidos nesse montante são: IRPJ, CSLL, ICMS e COFINS.

Impostos sobre vendas (ICMS) compreende a provisão do ICMS incidente sobre o registro do faturamento para entrega futura, relativa aos Elementos Combustíveis do Núcleo de Angra 3 (FCN – Resende) para recolhimento na entrega desses produtos.

Participação dos Empregados no Resultado compreende um instrumento de remuneração variável que visa bonificar os empregados, condicionada à existência de lucro no exercício e ao alcance das metas estabelecidas.

15. PREVIDÊNCIA PRIVADA

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Dívida consolidada	199.250	198.647
Parcela no passivo circulante	25.726	21.469
Parcela no passivo não circulante	173.524	177.178

Representa a dívida consolidada da Companhia com o NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, oriunda da reestruturação do Programa Nuclear Brasileiro, empreendida pelo Governo Federal em agosto de 1988, ocasião em que a INB absorveu na sua contabilidade o débito existente, oriundo da NUCLEBRÁS, companhia a qual sucedeu na citada reorganização do setor.

Em outubro de 2006, a Companhia e o NUCLEOS homologaram um acordo judicial, estabelecendo novas condições de pagamento da dívida existente em 360 parcelas mensais e sucessivas (Tabela Price), atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescida de juros de 6% ao ano.

A INB efetua regularmente os pagamentos mensais da dívida consolidada, sendo última parcela vencida em 31 de maio de 2036.

16. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

O NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social (“Nucleos”, “Instituto” ou “Entidade”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira por prazo indeterminado, criada em 1979, com sede na cidade do Rio de Janeiro e com funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 1.514, de 02 de maio de 1979, do antigo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que aprovou seu estatuto. É uma entidade regida pelas Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29/05/2001 (LC 108/2001 e LC 109/2001).

O Instituto tem por objetivo instituir, administrar e executar planos privados de natureza previdenciária, complementares aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados e respectivos beneficiários vinculados aos seus patrocinadores: I) Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB; II) Eletruclear S.A.; III) Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP, bem como o NUCLEOS, considerando o regime de solidariedade dos compromissos do Plano entre todas as patrocinadoras.

O programa é mantido através de um Plano de Benefícios Definido – BD, que visa garantir aos participantes uma renda vitalícia pós-emprego em níveis semelhantes à atividade, mediante a complementação dos benefícios concedidos pela previdência social e o pagamento de pensão aos dependentes.

Os benefícios garantidos pelo programa são os seguintes: auxílio-doença, aposentadorias por invalidez, por idade, por tempo de contribuição, especial, por tempo de contribuição antecipada, especial antecipada, abono anual e pensão.

As fontes de custeio do plano são as contribuições dos participantes (ativos e assistidos) e das patrocinadoras. As referidas contribuições formam as provisões necessárias para a garantia do pagamento dos benefícios contratados.

Os recursos arrecadados e os resultados decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A aplicação desses recursos é realizada de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 4.994, de 02/05/2022.

O NUCLEOS está isento do imposto sobre a renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido, sobre os rendimentos auferidos pelos investimentos da Entidade, de acordo com artigo 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e Instrução Normativa (IN) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 588, de 21 de dezembro de 2005.

Em 31 de dezembro, o número de participantes do NUCLEOS é o seguinte:

	SISTEMA NUCLEOS		INB	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Ativos	2.686	2.731	940	957
Assistidos	1.542	1.546	609	615
Beneficiários	427	417	226	219
Total de Participantes	4.655	4.694	1.775	1.791

As contribuições correntes (das patrocinadoras e dos participantes, na paridade de 1 para 1), destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão ao plano.

Durante o exercício, findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou contribuições ao NUCLEOS no montante de R\$ 14.106 mil (R\$ 12.781 mil em 31/12/2022), correspondentes a 10,60% (janeiro a março) e 10,63% (abril a dezembro) da folha salarial dos empregados participantes, sendo 7,62% (janeiro a março) e 7,17% (abril a dezembro) correspondentes ao custo normal dos compromissos atuais com participantes ativos, 2,98% (janeiro a março) e 3,46% (abril a dezembro) correspondentes ao custo normal dos compromissos atuais com participantes assistidos, conforme estabelecido nos Planos de Custeio de 2022 e 2023, com vigência, respectivamente, 01/04/2022 a 31/03/2023 e 01/04/2023 a 31/03/2024. As contribuições vertidas pela Companhia para a cobertura do custo normal do plano de benefícios observam a paridade contributiva com participantes ativos e assistidos, em conformidade com o Plano de Custeio Atuarial e a legislação vigente. Com isso, as contribuições totais vertidas pela Companhia ao plano de benefícios no exercício de 2023 representam 9,10% da folha de salários de participação (9,07% no exercício de 2022).

A avaliação atuarial anual de 2023 foi realizada pela assessoria externa responsável pelos cálculos atuariais do plano de benefícios administrado pelo NUCLEOS, Mirador Assessoria Atuarial Ltda., de acordo com a legislação específica e a metodologia determinada em nota técnica atuarial. Os dados cadastrais dos participantes foram fornecidos pelo NUCLEOS, na data base de 30 de junho de 2023. Com base nas Demonstrações Financeiras do NUCLEOS, o Patrimônio Social, o Patrimônio de Cobertura do Plano e Fundos, em 31 de dezembro de 2023, é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
A. Patrimônio Social	4.561.153	4.007.918
B. Fundos	26.305	22.066
B.1 Fundo Administrativo	20.733	17.340
B.2 Fundo dos Investimentos	5.572	4.726
C. Patrimônio de Cobertura do Plano (A - B)	4.534.848	3.985.852

No resultado apresentado na avaliação atuarial de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi registrado um superávit técnico acumulado no valor de R\$ 183.407 mil, que representa 4,21% das provisões matemáticas (Em 2022, foi registrado um déficit técnico acumulado no valor de R\$ 288.815 mil, que representa 6,76% das provisões matemáticas), conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Patrimônio de Cobertura do Plano	4.534.848	3.985.852 (i)
Provisões Matemáticas	4.351.441	4.274.667
Benefícios Concedidos	2.741.952	2.701.454
Benefícios a Conceder	1.937.650	1.884.103
A Constituir (Déficit Equacionado)	(328.161)	(310.890)
Superávit Técnico Acumulado	183.407	(288.815)

(i) Detalhamento do Déficit Técnico Acumulado consta da Nota nº 34.

Provisões matemáticas: Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros estabelecidos no regulamento do Plano Básico de Benefícios administrado pelo NUCLEOS e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos.

Benefícios concedidos: Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros dos assistidos em gozo de benefício, líquido de suas contribuições.

Benefícios a conceder: Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes que não estejam em gozo de benefício, deduzido do valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos participantes e patrocinadoras.

Provisões matemáticas a constituir: Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes a déficit equacionado das patrocinadoras, participantes e assistidos.

O passivo atuarial encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado com o passivo atuarial encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresenta as seguintes variações:

	31.12.2023	31.12.2022	Varição %
Passivo Atuarial (i)	4.679.602	4.585.557	2,05%
- Benefícios Concedidos	2.741.952	2.701.454	1,50%
- Benefícios a Conceder	1.937.650	1.884.103	2,84%

(i) Sem as provisões matemáticas a constituir (contribuições futuras relativas ao déficit equacionando a integralizar).

No exercício de 2023, o Passivo Atuarial apresentou crescimento abaixo da meta atuarial, principalmente, pela adequação de premissas e reavaliação da base de participantes na avaliação atuarial de encerramento do exercício.

Em relação ao Patrimônio de Cobertura do Plano, houve forte recuperação dos investimentos no exercício de 2023, com rentabilidade de 17,79%, superior à meta atuarial de 9,69% (INPC + 5,77% a.a.) para o ano.

No exercício de 2023, o Plano apresentou superávit no período de R\$ 472.222 mil, revertendo o déficit acumulado, de R\$ 288.815 mil (6,76% das provisões matemáticas) em 2022, para um superávit acumulado de R\$ 183.407 mil (4,21% das provisões matemáticas). A reversão do déficit ocorreu, basicamente, pelo resultado positivo dos investimentos e pelos resultados da avaliação atuarial. O superávit acumulado ao final do exercício de 2023, considera a manutenção, no plano de custeio atuarial, das contribuições extraordinárias definidas no Plano de Equacionamento de Déficit (PED-2021), cuja implementação efetiva irá ocorrer em janeiro de 2024, com o início da cobrança às patrocinadoras e aos participantes ativos e assistidos.

Para atender o disposto no artigo 18 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, as taxas de custeio dos participantes e patrocinadoras foram revistas de forma a garantir o equilíbrio do plano de benefícios. Para tanto, será estabelecido pelo atuarial responsável independente, o Plano de Custeio de 2024, a ser aprovado na próxima Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do NUCLEOS, a ser realizada em fevereiro de 2024, com aplicação a partir de 1º de abril de 2024 que passará a adotar as seguintes taxas de contribuição (taxa média - ajustada à paridade contributiva) para manutenção do equilíbrio do plano:

Taxas de Contribuição	2023	2022
A – Patrocinadoras (A.1 + A.2)	10,77%	10,63%
A.1 – Custo Normal – Participantes Ativos	7,46%	7,17%
A.2 – Custo Normal – Participantes Assistidos	3,31%	3,46%
B – Participantes Ativos (Custo Normal)	7,46%	7,17%
C – Participantes Assistidos (Custo Normal)	8,00%	8,00%

No exercício de 2023 as hipóteses atuariais utilizadas para efeito da Resolução CVM nº 110/2022 foram atualizadas e suas comparações com aquelas adotadas pelo NUCLEOS são demonstradas no quadro a seguir:

Comparações de Hipóteses	Avaliações:	
	NUCLEOS	CVM
Tábua de Mortalidade de ativos e inativos	AT – 2000 (-10%) M&F	AT – 2000 (-10%) M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI – 2006 (-10%) M&F	MI – 2006 (-10%) M&F
Tábua de Invalidez	TASA-1927	TASA-1927
Taxa de juros atuariais	5,79% a.a.	5,49% a.a.
Taxa de rotatividade	Experiência Nucleos 2021	1,44% a.a.
Taxa de crescimento salarial	1,80%	1,80%
Fator de capacidade	0,9800	0,9800
Taxa anual de inflação projetada	4,00%	3,00%
% de casados na data de aposentadoria	Experiência Nucleos 2021	85%
Diferença de idade entre homens e mulheres	Experiência Nucleos 2021	5 anos

Considerando os procedimentos contábeis recomendados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, esta especialmente pela Resolução CVM nº 110/2022 e pelo Pronunciamento – CPC nº 33 (R1), a INB contratou a avaliação atuarial independente das obrigações decorrentes desse programa de benefícios pós-emprego, através da empresa Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda. – registro CIBA nº 161 – IBA – Instituto Brasileiro de Atuarial, cujos resultados são abaixo expostos.

A avaliação da Grant Thornton é baseada no regime de capitalização sob o método Crédito Unitário Projetado, que difere daquela que é periodicamente realizada pelo NUCLEOS, cujas bases seguem a legislação setorial específica da previdência complementar.

Com base nas hipóteses acima, a Grant Thornton emitiu laudo de avaliação com o seguinte resultado para 31 de dezembro de 2023, comparado a 31 de dezembro de 2022:

	2023	2022
Alterações nas Obrigações:		
(a) Obrigações no Início do Exercício =	1.195.675	1.266.469
(b) Custo do serviço corrente	15.660	24.591
(c) Juros Líquidos sobre a obrigação atuarial	111.364	129.838
(d) (Ganhos) ou Perdas Atuariais	128.296	(156.015)
(e) (Benefícios) pagos no ano	(68.068)	(69.208)
(f) Obrigações no Final do Exercício =	1.382.927	1.195.675

	2023	2022
Alterações nos Ativos Financeiros:		
(g) Valor justo dos ativos financeiros no início do exercício =	973.399	975.251
(h) Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	91.421	98.982
(i) Contribuições patronais (normais/extraordinárias)	12.875	12.781
(j) Contribuições de participantes normais	14.615	14.478
(k) Contribuições extraordinárias/déficit	-	-
(l) (Benefícios) pagos no ano	(68.068)	(69.208)
(m) Ganhos (ou Perdas) nos ativos financeiros	142.694	(58.885)
(n) Ativos financeiros no final do Exercício	1.166.936	973.399
(o) Superávit (Déficit) apurado	(215.991)	(222.276)
(p) Asset Ceiling	-	-
(q) Contrato de Dívida já reconhecida	199.250	198.647
(r) Passivo a ser reconhecido ao final do exercício	(16.741)	(23.629)

Considerando que a INB é corresponsável em regime de solidariedade plena com as demais patrocinadoras do NUCLEOS, e já que não ocorre a segregação formal dos ativos, o resultado da avaliação atuarial independente realizada pela Grant Thornton apontou Déficit na ordem de R\$ 215.991 mil em 31 de dezembro de 2023.

Sendo que a INB possuía em seu passivo circulante e não circulante uma dívida contratada de R\$ 199.250 mil na data de 31 de dezembro de 2023, devendo esse valor ser deduzido do passivo atuarial apurado, já que se trata de dívida relacionada aos benefícios pós-emprego do plano previdenciário. Desse modo, originou-se então a necessidade de reverter o montante existente de R\$ 23.629 mil em R\$ 6.888 mil.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Benefício Pós-emprego	16.741	23.629

A Grant Thornton manteve o critério adotado nas Avaliações Atuariais anteriores, utilizando a proporcionalidade das contribuições normais relativas da INB em relação ao total de contribuições normais vertidas no exercício, extraídas do balancete do NUCLEOS, em 31 de dezembro de 2023. Essa proporcionalidade de contribuições indicou uma taxa de rateio de 28,46% dos ativos financeiros do Plano.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível, tributária e ambiental decorrentes do curso normal de suas atividades.

A avaliação do risco de perda de cada processo é efetuada com base na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, que levam em conta a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

As provisões para contingências foram constituídas para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda.

1. Passivos Contingentes – Prováveis

Causas	Quant de Ações	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	94	106.139	98.371
Cíveis	3	1.297	19.268
Ambientais	5	17.612	20.462
Tributárias	1	5.741	5.741
Total	103	130.789	143.842
Parcela no passivo circulante		110.672	104.515
Parcela no passivo não circulante		20.117	39.327

A movimentação das provisões para contingências pode ser resumida como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2022	98.371	19.268	20.462	5.741	143.842
Adições	1.797	1.389	-	-	3.186
Atualização	9.298	636	(2.850)	-	7.084
Baixas	(3.327)	(19.996)	-	-	(23.323)
Saldo em 31/12/2023	106.139	1.297	17.612	5.741	130.789

Ações Trabalhistas

Os processos trabalhistas de maior relevância ajuizados contra a Companhia compreendem uma ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio – SENGE (RJ), ajuizado em 2012, no valor de R\$ 60.000 mil, referente ao pagamento de horas in itinere aos empregados da categoria da Unidade Resende (FCN), uma ação movida com a mesma finalidade pelo Sindicato dos Engenheiros da Bahia, ajuizado em 2015, que tramita perante a Vara do Trabalho de Guanambi – Bahia/BA, no valor de R\$ 4.000 mil; e uma ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio – SENGE (RJ), ajuizado em 2008, no valor de R\$ 20.000 mil, referente ao pagamento do piso salário dos integrantes da categoria de engenheiros da Unidade Resende (FCN).

Ações Cíveis

As ações cíveis compreendem processos de terceiros movidos contra a Companhia, com pedidos de indenizações por danos pessoais, pensões vitalícias e danos materiais, totalizando uma provisão de R\$ 1.297 mil.

Com relação aos processos cíveis, os dois maiores classificados como risco de prováveis perdas são: o maior referente ao processo de nº 0093768.16.2016.8.19.0001, tem como reclamante a ECOLIMP S.A, tramita em Resende/RJ e tem o valor estimado registrado de R\$ 802 mil; o segundo maior processo é nº 0064903-12.1999.4.02.5101 tem como reclamante a NUEXO EXCHANGE AG, tramita na 11ª Vara Federal/RJ e tem o valor estimado registrado de R\$ 470 mil.

No exercício foram acordados e encerrados os processos junto a EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA S/A - EBE. Os processos estavam estimados no valor de R\$ 19.928 mil e foram liquidados no valor bruto de R\$ 12.882 mil, pagas em 6 (seis) parcelas mensais, sendo a primeira no valor de R\$ 2.882 mil e as 5 (cinco) parcelas restantes no valor de R\$ 2.000 mil cada.

Ações Tributárias

A única ação tributária refere-se a ao pedido de isenção - Cobrança de IRRF S/ Remessa para Exterior movida em face a Secretaria da Receita Federal com o valor total de R\$ 5.741mil.

Ações Ambientais

As ações ambientais de maior relevância referem-se a 02 (dois) autos de infrações lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA contra a Companhia, sendo: 01 (um) auto de infração no total de R\$ 12.555 mil na Fábrica de Combustíveis Nucleares – FCN, em Resende/RJ, ajuizado em 2016, e o outro de R\$ 2.500 mil, em Minas Gerais, ajuizado em 2019.

2. Passivos Contingentes – Possíveis:

As contingências classificadas como risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão, e os seus saldos estão representados conforme a seguir:

Causas	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	28.235	25.613
Cíveis	24.278	21.481
Ambientais	5.518	5.671
Tributárias	283	-
Total	58.314	52.765

Com relação aos processos trabalhistas, os dois maiores classificados como risco de possíveis perdas de maior relevância são: o processo de nº 0000106-57.2016.5.05.0641, que tramita em Resende/RJ e tem o valor estimado de R\$ 11.500 mil e o processo de nº 0010140-28.2015.5.05.0641, que tramita na Vara de Trabalho de Guanambi/BA e tem como reclamante o Ministério Público do Trabalho, com o valor estimado de R\$ 5.000 mil.

Com relação aos processos cíveis, os dois maiores classificados como risco de possíveis perdas de maior relevância são: o processo de nº 0000761-18.2009.4.01.3309, que tramita no Tribunal Regional Federal - TRF de Guanambi/BA, e tem o valor estimado de R\$ 10.000 mil e o processo de nº 0048-09.2010.4.01.3309, que tramita no Tribunal Regional Federal - TRF de Guanambi/BA, com o valor estimado de R\$ 5.000 mil, tendo como autor, em ambos processos, o Ministério Público Federal.

18. PROVISÃO PARA QUEBRA DE CONTRATO

Carga Inicial do Núcleo de Angra 3

O projeto de construção de Angra 3 foi iniciado na década de 1980, contudo, em razão de diversos fatores, especialmente, as restrições orçamentárias impostas ao empreendimento, as obras permaneceram paralisadas até 2008, tendo sido retomadas a partir da edição da Resolução nº 3/2007 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

O normativo citado determinou que a Eletruclear e a Eletrobras conduzissem a continuidade da construção de Angra 3, com vistas à entrada em operação comercial da Usina



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



19. OBRIGAÇÕES COM CLIENTES

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento e Obrigações com Clientes - Curto Prazo		
17ª Recarga - Angra II	6.557	-
Fabricação Elemento Combustível	6.557	-
18ª Recarga - Angra II	29.810	10.150
Fabricação Elemento Combustível	29.810	10.150
19ª Recarga - Angra II	46.549	682.582
Fabricação Elemento Combustível	1.840	124.911
Enriquecimento e Conversão	12.441	241.691
Concentrado de Urânio	32.268	315.980
20ª Recarga - Angra II	638.386	-
Fabricação Elemento Combustível	115.337	-
Enriquecimento e Conversão	221.256	-
Concentrado de Urânio	301.793	-
27ª Recarga - Angra I	-	2.627
Fabricação Elemento Combustível	-	2.627
28ª Recarga - Angra I	63.381	414.155
Fabricação Elemento Combustível	799	87.386
Enriquecimento e Conversão	10.036	141.981
Concentrado de Urânio	52.546	184.788
29ª Recarga - Angra I	86.746	-
Fabricação Elemento Combustível	86.746	-
Outros Adiantamentos de Clientes	15.898	933
Total	887.327	1.110.447

Adiantamento e Obrigações com Clientes - Longo Prazo

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Carga Inicial - Angra III	-	183.604
Fabricação Elemento Combustível	-	183.604
Total	-	183.604

Obrigações com clientes compreendem os valores recebidos a título de adiantamento de clientes e obrigações por conta de eventos contratuais de execução de fornecimentos para as recargas das usinas de Angra 1 e 2 para a Eletronuclear S.A. O reconhecimento das receitas é efetuado à medida que são concluídos os eventos físicos dos respectivos contratos.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Provisão Técnica de Operações de Assistência à Saúde - FAPM	27.751	24.319
Empréstimos de Materiais	5.093	3.175
Contrato de Preservação de Equipamentos - NPP4	-	1.674
Outras Contas a Pagar	3.633	3.087
Total	36.477	32.255

Parcela no passivo circulante

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Parcela no passivo não circulante	-	1.674

Provisão Técnica de Operações de Assistência à Saúde - FAPM refere-se aos valores recebidos a título de participação dos empregados (10% ou 30%) capaz de refletir as obrigações esperadas dos eventos abrangidos no PMO e atribuídos aos beneficiários para composição do Fundo de Apoio ao Plano Médico.

Empréstimo de Materiais refere-se ao contrato de mútuo de composto de urânio (empréstimo para consumo) firmado entre a INB e o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - CTMSP, com devolução anual em 06 (seis) lotes, com início em 01/08/2012 e término em 09/05/2018, conforme quadro abaixo:

Registro e Devolução do Material ao CTMSP em Kg U₃O₈ / Kg U

Registro / Devolução	Nº do Lote	Kg U ₃ O ₈	Kg U
Contrato de Mútuo 4/11/013 - (92.931,87)			
Revisão de quantidade conforme Ofício 36/CTMSP-MB		103.328	87.611
Devolução 2011	09-11F-NA08	(13.410)	(11.370)
Devolução 2013	08-11F-NA08	(8.054)	(6.830)
Devolução 2014	2013/016K	(14.672)	(12.440)
Devolução 2015	2015/01C, 2015/02C, 2015/03E, 2015/04F	(50.542)	(42.854)
Saldo		16.650	14.117

Embora a vigência do contrato celebrado entre a INB e o CTMSP tenha se encerrado em 2018, em decorrência da interrupção na produção em Caetité/BA, ainda resta pendente o adimplemento das obrigações contratuais conferidas a INB relativas à devolução de parcela do quantitativo de material do último lote, ainda em negociação entre as partes e com previsão de resolução no exercício de 2024.

O contrato de Preservação de Equipamentos - NPP4 referia-se ao saldo do contrato de nº 0284 de agosto de 1987, firmado entre a NUCLEBRÁS, sucedida em direitos e obrigações pela INB, e a Nuclebrás Equipamentos Pesados - Nuclep para fornecimento de apoio de armazenamento e execução da proteção e preservação dos equipamentos e peças da Usina NPP4, constituídos do gerador de vapor, vaso de pressão e anel do pressurizador, sendo o valor contratual atualizado pelo Sistema de Débito Web administrado pelo TCU - Tribunal de Contas da União e que foi baixado integralmente conforme manifestação da área jurídica.

Outras Contas a Pagar incluem valores de provisionamento de despesas operacionais mensais, como serviços de transporte, segurança, refeição, limpeza, etc., cujos processos de faturamento e pagamento não foram concluídos até 31 de dezembro de 2023.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	882.008	593.735
Reserva de Reavaliação	2.224	2.561
Reserva Legal	47.460	43.924
Reserva de Orçamento de Capital	161.438	434.834
Reserva de Incentivos Fiscais	23.372	-
Reserva Especial de Dividendos Não Pagos	-	190.663
Reserva Estatutária de Desmobilização e Descomissionamento	190.663	-
Resultados Abrangentes	(16.741)	(23.629)
Total	1.290.424	1.242.087

a) O capital social, subscrito e integralizado no valor de R\$ 882.008 mil está representado por 233.485.182 ações sem valor nominal, com a seguinte composição acionária:

	Quantidade e Classes de ações			%
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
ENBPar	140.089.096	93.392.676	233.481.772	99,9985%
Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno	3.400	10	3.410	0,0015%
Total	140.092.496	93.392.686	233.485.182	100,00%

b) Aumento de capital - Na 42ª AGE foram aprovadas as propostas de aumento de capital mediante utilização respectiva da reserva de orçamento de capital do exercício de 2020 e da reserva de orçamento de capital do exercício de 2021, sem a emissão de novas ações, em que o capital social passou que era de R\$ 447.445 mil passou para o montante de R\$ 593.735 mil. Na 46ª AGE realizada em 27 de abril de 2023, foi aprovada a proposta de aumento de capital no montante de R\$ 288.273 mil. Dessa forma, o capital social passou a ser de R\$ 882.008 mil, ensejando a alteração do art. 8º do estatuto social, de forma a expressar o incremento promovido no capital social da companhia e que ainda será objeto de deliberação em AGE.

c) Reserva de reavaliação - constituída em setembro de 2000, com base na reavaliação espontânea dos ativos operacionais da Companhia, registrando os efeitos fiscais futuros da constituição da provisão para o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a reavaliação. Em outubro de 2007 foi concluída nova reavaliação dos ativos, cuja realização vem sendo procedida em função da depreciação ou baixa dos ativos reavaliados. Cálculo mensal (baixa): os valores da depreciação mensal dos bens reavaliados são adicionados às bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e de acordo com a alíquota de cada tributo, 9% CSLL e 25% IRPJ, são transferidos do passivo não circulante para o circulante onde irão compor a provisão mensal dos tributos, apresentando os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Contrib. social e Imp renda diferida da Reavaliação	1.144	1.318
Reserva de reavaliação	2.223	2.561
Reavaliação Espontânea dos Ativos Operacionais:	3.367	3.879

e) Reserva de Lucros - podem ter origem na lei societária, no estatuto social ou em deliberação da assembleia geral. A lei, entretanto, impõe limites e requisitos para cada uma dessas reservas, assim como para o seu conjunto, indicando as hipóteses em que a sua constituição pode afetar a base de cálculo do dividendo obrigatório e quando esse dividendo (na sua totalidade ou em parte) pode ser diferido para uma data futura, em que o lucro correspondente, se não absorvido por prejuízos subsequentes, não possa mais ser retido pela sociedade. O saldo acumulado na Reserva de Lucros no exercício de 2022 era de R\$ 669.420 mil, sendo registrado em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 422.933 mil, composto pela Reserva Legal, Reserva de Orçamento de Capital, Reserva Estatutária de Desmobilização e Descomissionamento e da Reserva de Incentivos Fiscais.

f) Reserva Legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. O saldo acumulado como Reserva Legal em 31 de dezembro de 2023 é no montante de R\$ 47.460 mil.

g) Reserva de Orçamento de Capital - No exercício de 2022 foi apurado o montante de R\$ 53.926 mil a ser utilizado na constituição de Reserva de Orçamento de Capital, sendo ainda proposto a incorporação do montante de R\$ 17.975 mil a ser destinado na constituição da Reserva Especial de Dividendos Não Pagos, mas que foram integralmente destinados para a Reserva de Orçamento de Capital com o intuito de promover Investimentos em nacionalização de materiais, componentes e processos de fabricação na produção de combustíveis nucleares visando a autonomia tecnológica nacional contribuindo para a redução da dependência internacional em produtos e serviços da área nuclear. Entretanto, na 46ª AGE realizada em 27 de abril de 2023, não foi aprovada a proposta de incorporação do montante de R\$ 17.975 mil, tendo sido exigido o pagamento em forma de dividendo obrigatório. Para o exercício de 2023 foi apurado o montante de R\$ 32.853 mil a ser destinado para a constituição de Reserva de Orçamento de Capital e que ainda será objeto de deliberação em AGE. Logo, em 31 de dezembro de 2023, está registrado o montante de R\$ 161.438 mil.

h) Reserva Especial de Dividendos Não Pagos - reserva decorrente dos dividendos mínimos obrigatórios apurados no exercício, nos termos do artigo 202, § 4º da Lei nº 6.404/1976, devidos aos acionistas da Companhia e que não puderam ser distribuídos em função da situação financeira e orçamentária, que impacta diretamente o cumprimento das obrigações previstas pela Companhia. O saldo acumulado na reserva especial de dividendos não pagos até o exercício de 2022 era de R\$ 190.663 mil. Na 46ª AGE realizada em 27 de abril de 2023, foi aprovada a Reversão do montante de R\$ 190.663 mil para a constituição da Reserva Estatutária de Desmobilização e Descomissionamento.

i) Resultados Abrangentes - são os valores apurados por meio de avaliação atuarial independente realizada pela Grant Thornton, considerando que a INB é corresponsável em regime de solidariedade plena com as demais patrocinadoras do NUCLEOS, conforme demonstrado anteriormente na nota explicativa nº 16.

j) Dividendo Mínimo Obrigatório - conforme previsão legal e no estatuto social foi apurado o montante de 25% do lucro líquido ajustado como Dividendo Mínimo Obrigatório. No exercício de 2023 o montante foi de R\$ 10.951 mil a ser distribuído aos acionistas e que ainda será objeto de deliberação em Assembleia dos Acionistas.

k) Reserva Estatutária de Desmobilização e Descomissionamento - reserva decorrente da reversão do montante anteriormente registrado como Reserva Especial de Dividendos Não Pagos. Essa reversão foi aprovada na 46ª AGE realizada em 27 de abril de 2023 e o seu incremento ao Estatuto Social da companhia e que ainda será objeto de deliberação em AGE.

l) Reserva Estatutária de Incentivos Fiscais - reserva decorrente da realização dos recursos que foram recebidos do Tesouro Nacional como Investimentos, que estavam classificados como Receita de Subvenção e que foram reconhecidos no exercício de 2023 como Outras Receitas Operacionais conforme notas explicativas nº 12 e 24. A constituição da reserva ainda será objeto de deliberação em Assembleia dos Acionistas e de posterior incremento ao Estatuto Social da companhia.

Proposta de Destinação do Lucro (art. 192, Lei nº 6.404/76)	31/12/2023
(=) Lucro líquido ajustado do exercício	70.713
(-) Destinação para reserva legal - 5% (art. 193, Lei nº 6.404/76)	-3.536
(-) Destinação para reserva de incentivos fiscais (art. 195-A, Lei nº 6.404/76)	-23.373
(=) Dividendo obrigatório - 25% (art. 202, Lei nº 6.404/76 e art. 87, III, estatuto social)	-10.951
(-) Destinação para reserva de lucros para investimento (art. 196, da Lei 6.404/76)	-32.853

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta de Venda de Produtos e Serviços (a)	1.403.179	923.511
Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional (b)	-	122.237
Receita Bruta	1.403.179	1.045.748
(-) Impostos, Contribuições e Deduções sobre Vendas	(375.248)	(241.034)
Receita Operacional Líquida	1.027.931	804.714

a) Receita bruta de venda de produtos e serviços

Compreende a receita apropriada no exercício referente aos contratos de: i) fornecimento de concentrado de urânio, ii) conversão, enriquecimento, gerenciamento e prestação de serviços de engenharia iii) fabricação de elementos combustíveis, firmados com a Eletronuclear S.A. relativos ao faturamento de 52 (cinquenta e dois) Elementos Combustíveis referentes à 28ª Recarga de Angra 1, 48 (quarenta e oito) Elementos Combustíveis referentes à 19ª Recarga de Angra 2, da prestação de Serviços de Engenharia, bem como a venda de pré-concentrado da Unidade em Descomissionamento - UDB, em Buena/RJ, conforme quadro abaixo:

	Jan	Feb	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano 2023
Concentrado de Urânio U3O8 Natural	940	-	-	-	-	-	243.079	48.616	125.095	83.989	-	-	501.719
Conversão	150	-	-	-	-	-	38.581	7.716	19.942	13.404	-	-	79.793
Enriquecimento	572	-	-	-	-	-	147.367	29.473	76.116	51.149	-	-	304.679
Fabricação	964	-	-	-	-	-	215.061	43.012	124.941	86.196	-	-	470.175

	31/12/2023	31/12/2022
Produção do Elemento Combustível	2.627	-
Mineração	-	15.871
Outros produtos e serviços	983	1.947
Receita bruta de vendas	3.609	17.818
Tributos	(871)	(12)
Receita Operacional Líquida	2.739	17.806

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E CUSTOS NÃO ALOCADOS À PRODUÇÃO POR NATUREZA

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	222.254	214.984
Despesas com Provisões	123.947	30.406
Serviços Profissionais	57.369	54.125
Material de Reposição e Consumo	49.727	54.475
Depreciação e Amortização	14.402	21.280
Impostos, Contribuições e Taxas	8.695	6.493
Outras	8.714	8.242
Total:	485.108	390.005

Despesas administrativas são os gastos das áreas da Presidência/Conselhos e Diretoria de Finanças e Administração.

Custos não alocados são os gastos não absorvidos pela produção da Diretoria de Produção do Combustível Nuclear, Diretoria Técnica de Enriquecimento Isotópico e Diretoria de Recursos Minerais, decorrentes da utilização do critério de capacidade normal de produção das áreas industriais. Em sua composição há ainda o ajuste de constituição de parte da Provisão para Quebra de Contrato conforme abordado na nota explicativa nº 18 e dos reflexos de Inventário realizados na Unidade de Concentrado de Urânio (URA) e na FCN Reversão e Pastilhas no montante de 22,4 milhões.

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Outras Receitas Operacionais:	24.714	42.711
Venda de Material Sucateado	878	642
Realização da Subvenção - Investimentos	23.372	-
Outras Receitas Operacionais	464	42.069
Outras Despesas Operacionais:	(799)	(1.483)
Outras Despesas Operacionais	(799)	(1.483)
Receitas Não Operacionais:	1.815	1.153
Alienação de Bens Patrimoniais	10	631
Outras Receitas Não Operacionais	1.805	522
Despesas Não Operacionais:	(533)	(4.494)
Custo da Alienação de Bens Patrimoniais	(111)	(4.219)
Outras Despesas Não Operacionais	(422)	(275)
Total	25.197	37.887

Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas são atividades acessórias ao objeto da empresa e incluem o Resultado Não Operacional como lucros ou prejuízos obtidos na venda ou baixa de bens do Ativo Não Circulante - Imobilizado.

Realização da Subvenção - Investimentos compreende a realização dos recursos que foram recebidos do Tesouro Nacional para serem aplicados em Investimentos que foram classificados como Receita de Subvenção e que serão destinados para a Reserva de Incentivos Fiscais conforme notas explicativas nº 12 e 21 k.

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	97.905	82.575
Outras receitas financeiras	3.625	1.905
Despesas Financeiras	101.531	84.480
Juros Incorridos e Perdas em Aplicações Financeiras	(20.163)	(15.795)
Outras despesas financeiras	(59)	(7)
Itens financeiros líquidos	(20.222)	(15.802)

Variações Monetárias (3.248) (12.647)
 Variações Cambiais (18.978) (2.487)
(22.226) (15.134)

Total 59.082 53.544

As receitas financeiras correspondem principalmente aos rendimentos das aplicações financeiras realizadas junto ao Banco do Brasil no Fundo de Investimento BB Extramercado. O fundo foi constituído em 13 de setembro de 1994, destinada a receber aplicações das disponibilidades resultantes de receitas de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista e tem como objetivo buscar retorno dos investimentos similares à variação do IRF-MI (composição: LTN e NTN-F Prazo < 1 ano).

As despesas financeiras correspondem aos encargos de juros, PIS e COFINS sobre rendimento de aplicação financeira e a dívida com o NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social (atualização monetária - INPC e juros de 6% ao ano) no montante de R\$ 7.569 mil de variação monetária e R\$ 11.705 mil de juros e atualização monetária sobre a provisão do ICMS incidente no registro do faturamento para entrega futura relativo aos Elementos Combustíveis do Núcleo de Angra 3 (FCN - Resende).

Os itens financeiros líquidos são compostos pelas variações monetárias e cambiais ativas e passivas sobre os saldos, principalmente, de fornecedores no exterior e da dívida com o NUCLEOS.

A Companhia não faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, mas os contratos vigentes com o principal cliente - Eletronuclear S.A. - preveem correção pela Variação Cambial nos casos em que a INB realize despesas diretamente no exterior, conforme detalhado no item Riscos de exposição cambial na nota explicativa nº 30 - Gestão de Riscos.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

As despesas de imposto de renda e da contribuição social debitadas em resultado são demonstradas como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
Regime Fiscal - Lucro Real - em R\$ Mil	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro / (Prejuízo) Antes do IRPJ e CSLL	111.285	111.285	128.420	128.420
Ajustes para o cálculo dos Tributos:				
- Adições (+)	143.611	143.611	37.840	37.840
- Exclusões (-)	(7.891)	(7.891)	(4.626)	(4.626)
Base de Cálculo dos Tributos:	247.005	247.005	161.634	161.634
Compensação de Prejuízos Fiscais - IRPJ e Base Negativa - CSLL (30%)	-	-	-	-
Base de Cálculo Ajustada:	247.005	247.005	191.354	191.354
T				



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



26.1 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são registrados para refletir no resultado do período os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil no contexto das leis fiscais aplicáveis, bem como na projeção de lucro tributável para os períodos subsequentes. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, fundamentados nas projeções baseadas em seu Planejamento Estratégico.

A apuração do imposto de renda e da contribuição social diferido está detalhado a seguir.

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões Constituídas		
Despesas com Provisões Trabalhistas	9.590	-
Despesas com Perdas Estimadas (PDD)	2.143	-
Despesas com Provisão para Compensação por Quebra de Contrato	120.105	-
Total das Provisões	131.838	-
Provisões Revertidas		
Despesas com Provisões Cíveis	5.041	-
Despesas com Provisões Ambientais	2.850	-
Total das Reversões	7.891	-
Base de Cálculo do IRPJ e CSLL Diferido	123.947	-
IRPJ Diferido	30.987	-
CSLL Diferido	11.155	-

27. RESULTADO POR AÇÃO

Básico - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício.

Diluído - O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais que provocariam diluição.

A Sociedade não tem ações ordinárias e preferenciais potenciais que provocariam diluição.

Composição do Lucro por Ação:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	70.201	74.599
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais emitidas/circulação	233.485.182	233.485.182
Prejuízo Líquido Básico e Diluído Por Ação em Reais	R\$ 0,30	R\$ 0,32

28. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS E DIRIGENTES

A Companhia mantém os seguintes benefícios aos seus empregados e dirigentes:

- Benefícios de curto prazo: plano de assistência médica-odontológica, seguro de vida em grupo, bolsa educacional, auxílio creche, alimentação e transporte;
- Benefícios de curto prazo: participação nos Lucros ou Resultados – PLR aos empregados e Remuneração Variável dos Dirigentes – RVA aos membros da Diretoria Executiva;
- Benefícios de longo prazo: o plano de previdência privada, descrito nas notas explicativas nº 15 e 16.

A Companhia não mantém quaisquer remunerações ou rendimentos não previstos nos contratos de trabalho ou acordos coletivos, nem remunerações em ações ou em títulos equivalentes à participação patrimonial ou quaisquer outros benefícios de longo prazo ou pós-emprego.

29. PRINCIPAIS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia segue princípios, procedimentos e normas que são estritamente observadas, na celebração de transações com partes relacionadas e em situações em que se identifique conflito de interesses.

Conforme a política e com as partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, e a Legislação aplicável, são Partes Relacionadas das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, as entidades abaixo relacionadas:

- Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPar, como controladora;
- Ministério de Minas e Energia – MME, como órgão supervisor;
- Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, responsável pelo aprimoramento da governança nas empresas estatais federais, em especial, pelo Programa de Dispendios Globais – PDG e da proposta do Orçamento de Investimentos – OI;
- Eletronuclear S.A. – como principal cliente da companhia e também controlada pela ENBPar;
- NUCLEP – Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. companhia do setor Nuclear integrante do Ministério Supervisor;
- NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social entidade que tem por objetivo instituir, administrar e executar planos privados de natureza previdenciária, complementares aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados da INB;
- Marinha do Brasil (Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo – CTMSP), contribuindo para desenvolvimento tecnológico na produção de combustível nuclear;
- Amazônia Azul S.A. – AMAZUL companhia do Setor Nuclear;
- Autoridade Nacional de Segurança Nuclear – ANSN, responsável pela regulação, fiscalização e licenciamento no setor de energia nuclear, e;
- Uma pessoa, ou um membro próximo de sua família, que possui o controle pleno ou compartilhado da INB; tem influência significativa sobre a Companhia; ou ocupe um cargo que lhe dê autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle da Companhia ou de sua controladora.

As transações com as partes relacionadas consistem nas suas atividades e na manutenção de seus negócios que a Companhia mantém com as partes relacionadas acima identificadas, tais como: recursos a receber, contratação de produtos e serviços e outros de interesse. No entanto, em observância à legislação e a sua Política de Transações com Partes Relacionadas, na realização de negócios são realizadas cotações e pesquisas de mercado buscando sempre as melhores condições técnicas e de preços, portanto são observadas condições equânimes de mercado (*“arm’s-length basis”*).

Montante dos Saldos Existentes			
Ativo Circulante e Não Circulante	Partes Relacionadas	31/12/2023	31/12/2022
Créditos com interligadas	NUCLEP	33.864 (33.864)	31.720 (31.720)

Créditos com interligadas

1. Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

Saldos de operações pendentes há longa data, referentes aos contratos de aluguel do terreno de propriedade da INB, onde está situada a fábrica da NUCLEP, em Itaguaí/RJ, e de financiamentos firmados, respectivamente, em 18/03/1983 e 08/12/1992.

Crédito referente a alugueis:

Pelo Decreto-lei nº 2.464/1988 a INB sucedeu a NUCLEBRÁS e, de acordo com a Lei nº 7.915/1989, o controle acionário da NUCLEP foi transferido para a CNEN, deixando de ser subsidiária da INB, permanecendo o terreno registrado no ativo desta. Em abril de 2004, o contrato de locação foi rescindido pelo Protocolo de Intenções, assinado pelos presidentes da INB, NUCLEP e CNEN, que estabeleceu ações para a regularização da situação documental do terreno e a extinção dos créditos e débitos recíprocos. Em 2007, com base na Informação COESP. P nº 014/2006, de 23/08/2006, foi constituída provisão sobre os valores a receber relativos ao contrato de Aluguel do Terreno - Contrato n.º 6/83/003. Em 2010, com a interveniência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, DEST e CNEN foram realizadas duas audiências na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Advocacia Geral da União - AGU, em 05/08/2010 e 13/09/2010, em que houve proposta de transferência do terreno para a NUCLEP mediante capitalização desta última com subscrição de ações pela INB, sendo a proposta aprovada pela Diretoria Executiva da INB, porém sem aceitação pela Direção da NUCLEP. Os valores atualizados relativos ao aluguel vêm sendo cobrados regularmente pela área financeira da INB. O montante histórico registrado é de R\$ 4.702 mil.

Crédito referente a financiamentos:

Em 08/12/92, a INB e a NUCLEP firmaram o Contrato de Mútuo nº 3/92/006, com crédito concedido NUCLEP de CR\$8.000.000,00 (oito bilhões de cruzeiros) a preços de dez/92, com previsão de amortização a partir de agosto/93, em 08 (oito) parcelas mensais e consecutivas. Em junho de 1995 a NUCLEP declarou a impossibilidade de honrar o compromisso e as partes ajustaram em outubro/1995 o Aditamento nº 1, estabelecendo a possibilidade de quitação do total ou de parte do débito mediante dação em pagamento, efetivar-se através de serviços técnicos a serem prestados pela NUCLEP, com o estabelecimento do prazo para liquidação em 31 de dezembro de 1997. Na hipótese de ao término do prazo haver saldo remanescente a favor da INB, a NUCLEP ficava obrigada a quitá-lo em 08 (oito) prestações mensais e sucessivas, sendo a primeira em 31/01/1998.

No decorrer dos anos, não ocorreram pagamentos efetivos, apenas compensação por serviços prestados a INB nas instalações da fábrica em Resende/RJ. No entanto, estas prestações de serviços não liquidaram a dívida e após uma série de tratativas com a NUCLEP, a INB ingressou através do Processo nº 5070324-52.2023.4.02.5101 cobrando o valor remanescente da dívida no montante de R\$ 29.162 mil. Os saldos apresentados estão registrados nas Demonstrações Financeiras da INB, e de acordo com o que determina a aplicação do princípio da prudência e da Legislação e normas aplicadas as Sociedades Anônimas (Lei 6404/76 art. 183, Lei 11638/07, CPC 12 Item 9, CPC 38), já foram registrados em PECLD - Provisão para Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

Montante dos Saldos Existentes			
Passivo Circulante e Não Circulante	Partes Relacionadas	31/12/2023	31/12/2022
Débitos com interligadas	NUCLEP	-	1.674
Débitos com interligadas	NUCLEOS	20	110
Dívida com a Previdência Complementar	NUCLEOS	199.250	198.647
Débitos com interligadas	ELETRONUCLEAR	303.708	-

Débitos com interligadas

1. Centro Tecnológico da Marinha – CTMSP

Contrato referente ao desenvolvimento, projeto, fabricação, instalação e comissionamento de 10 cascatas de ultracentrífugas, totalizando cerca de 114.000 kg de UTS/ano de capacidade instalada de enriquecimento isotópico de urânio.

2. Serviços de previdência complementar e Locação de Imóveis

Representa a Dívida Consolidada da INB com o NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, oriunda da reestruturação do Programa Nuclear Brasileiro, empreendida pelo Governo Federal em agosto de 1988, ocasião em que a INB absorveu na sua contabilidade o débito existente, oriundo da NUCLEBRÁS, companhia a quem sucedeu na citada reorganização do setor. Em 31 de maio de 2006, a Companhia e o NUCLEOS celebraram o Termo de Transação para Homologação em Juízo, homologado em outubro de 2006, que consolidou as dívidas existentes e estabeleceu novas condições de pagamento, quais sejam: 360 parcelas mensais, juros de 6% ao ano e atualização monetária pela variação do INPC.

Adicionalmente, foi firmado o contrato nº C3/21/015 de locação Não-Residencial de Imóvel para instalação da Sede da INB. O imóvel objeto do contrato fica situado na Avenida Rio Branco, nº 1 - sala 1901 - Centro - Rio de Janeiro / RJ. O contrato previu carência de 6 (seis) meses, sendo que no período houve início dos pagamentos previstos em contrato.

3. Eletronuclear S.A.

Contrato firmado em 24/02/2022 para fornecimento de Elementos Combustíveis para 05 (cinco) recargas da Usina Nuclear de Angra 1 e 05 (cinco) recargas da Usina Nuclear de Angra 2, pelo valor total de R\$ 6.553.463.319,01 (seis bilhões, quinhentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, trezentos e setenta e nove reais e um centavo), a serem fornecidos pelas Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB.

Montante das Transações no Período

O montante das transações é apresentado de acordo com o item 18 do CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

O quadro a seguir apresenta as transações com as Partes Relacionadas que não resultaram em obrigações ou direitos no exercício, portanto não possuem saldos existentes de Recursos a receber ou a pagar. As transações referem-se à aquisição de Ativo Imobilizado e estão classificadas como Bens Patrimoniais e as transações de vendas junto à Eletronuclear S.A.

Montante das Transações no Período		
Partes Relacionadas	31/12/2023	31/12/2022
AMAZUL	-	1.500
CTMSP	-	8.713
NUCLEOS	1.239	747
ELETRONUCLEAR	1.322.097	1.110.870
NUCLEP	2.144	-

30. GESTÃO DE RISCOS

Estrutura e gerenciamento dos riscos empresariais

O Comitê de Governança, Riscos e Controle Interno (CGR) é responsável por supervisionar e monitorar os principais riscos identificados que ameaçam os objetivos da Companhia. O Comitê de Auditoria Estatutária, Auditoria Interna e a Gerência de Governança Corporativa são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas e procedimentos de gerenciamento de risco.

A Companhia controla e gerencia os riscos abaixo identificados, através de ações, investimentos, procedimentos operacionais e controles internos, bem como por meio do acompanhamento das variáveis externas que norteiam o mercado de urânio, de produtos e serviços voltados para fabricação do elemento combustível, das políticas monetária e fiscal do governo, zelando pela conformidade às leis e aos regulamentos, pela conduta ética de empregados e fornecedores, coordenando e dando suporte às atividades corporativas de *compliance* e gestão de riscos.

Riscos financeiros e orçamentários identificados

Riscos de crédito:

A Companhia está exposta ao risco de crédito, em função da baixa distribuição de sua carteira de clientes a qual concentra 95% de seu faturamento próprio em um único cliente, a Eletronuclear S. A.. Na gestão deste risco a Companhia tem realizado interações junto à própria Eletronuclear S.A., à ENBPar, ao Ministério de Minas e Energia e à ANEEL, de forma a garantir o recebimento dos valores faturados em dia.

Dentro das ações para a expansão da carteira de clientes destaca-se a implantação, ora em curso, do Projeto Santa Quitéria em parceria com a iniciativa privada, o qual permitirá à INB ofertar excedente de Concentrado de Urânio ao mercado internacional. Outra frente de ampliação da carteira de clientes está na prestação de serviços de engenharia para diversas empresas no exterior, e principalmente a sanção da Lei nº 14.514/2022 que amplia a capacidade da INB firmar Parcerias Público-Privadas para a exploração de minérios radioativos, podendo levar a empresa a se tornar um player exportador no mercado internacional de concentrado de urânio. Para isso, tem buscado contatos com parceiros internacionais, a fim de conseguirem novas unidades de mineração.

A INB não realiza operações de desconto ou captação de crédito no sistema bancário.

Riscos de liquidez:

As ameaças que podem levar a ter seu grau de liquidez comprometido estão concentradas em quatro principais fatores:

- O descumprimento dos prazos de pagamento por parte dos clientes, na quitação de seus débitos junto à INB, em especial os da Eletronuclear S.A. devido ao seu alto índice de participação nos faturamentos da INB;
- As oscilações nos preços internacionais de urânio, componentes metálicos que são matéria-prima para o EC e dos serviços de beneficiamento no exterior (conversão e enriquecimento);
- A perda do valor monetário do Real frente às Moedas Estrangeiras, em especial ao Dólar e ao Euro, devido ao alto índice de aquisições internacionais;
- A insuficiência orçamentária no PDG (Programa de Dispendios Globais) e no OI (Orçamento de Investimento), disponibilizada por parte do Ministério da Economia – ME ou Ministério de Minas e Energia – MME, que cubra as necessidades da empresa.

Para mitigar os riscos de liquidez a Companhia incluiu cláusulas de multa por atraso de pagamento nos contratos de vendas de mercadorias e serviços. Também realiza o monitoramento e a análise permanente dos preços de matérias-primas e insumos nos mercados internacionais, a negociação tempestiva da aquisição de urânio e a contratação de longo prazo de serviços no exterior. Também promove constantes monitoramentos e interações junto aos clientes e fornecedores, e ainda realiza um acompanhamento rigoroso das ações e decisões do Ministério da Economia (ME), do Ministério de Minas e Energia (MME) e da Secretaria de Governança das Empresas Estatais (SEST), em relação a sua disponibilidade orçamentária para o PDG.

Riscos de suprimento:

Para consecução do Elemento Combustível, a cadeia produtiva da INB depende de fornecedores internacionais para execução de atividades e fornecimento de materiais e serviços ainda não realizados pela empresa.

Quanto aos fornecedores internacionais, é conhecida a dependência da etapa de conversão do U₃O₈ em UF₆. O UF₆ é matéria prima para transformação do urânio em sua versão enriquecida e posterior transformação em pastilhas para o Elemento Combustível. Assim como também depende de boa parte de sua demanda de urânio enriquecido, pois sua produção nesta etapa é insuficiente para suprir sua demanda.

É importante destacar a dependência do fornecimento de componentes metálicos essenciais para construção do esqueleto do Elemento Combustível. A INB possui projetos em andamento para nacionalização e produção destes componentes tal como o Projeto de Nacionalização do Processo de Estampagem e Construção das Grades Espaçadoras.

A combinação destes fatores expõe a INB a riscos de indisponibilidade de urânio enriquecido e componentes metálicos por eventuais problemas de oferta no mercado internacional, tal qual o observado em 2022, decorrente do conflito Rússia x Ucrânia, que ainda perdura.

Para mitigar este risco, a INB busca firmar contratos de longo prazo com seus fornecedores internacionais de serviços de conversão, enriquecimento e de componentes metálicos, visando garantir as disponibilidades futuras de produção.

Riscos de exposição cambial:

O baixo percentual de nacionalização do Ciclo do Combustível Nuclear impõe elevados valores de aquisições de matéria-prima e serviços no exterior no curto e médio prazo.

Por consequência, a INB está exposta ao risco de elevação de taxas de câmbio com impacto nos custos de urânio, matéria-prima e serviços de beneficiamento de urânio (conversão e enriquecimento) e dos componentes metálicos especiais, assim como ocorre também nas aquisições de equipamentos e spare parts neste mercado internacional.

Para reduzir os impactos das oscilações cambiais, a Companhia realiza aplicações de suas disponibilidades diárias de Caixa no Fundo de Investimento Extramercado do Banco do Brasil (Renda Fixa), conforme estabelecido na Resolução BACEN nº 4.034/2011. Também foram conduzidas outras iniciativas para reduzir os efeitos destas oscilações, tais como: elevar os investimentos voltados ao aumento da nacionalização da produção de componentes e serviços relativos ao Ciclo do Combustível Nuclear, e a inclusão de cláusulas de proteção cambial (matriz cambial) nos novos contratos de vendas, em especial, junto à Eletronuclear S.A..

De maneira a dar início às contratações das operações de Hedge Cambial no sistema bancário foi aprovada a Política das Operações de Hedge Cambial que tem por finalidade estabelecer as diretrizes e responsabilidades necessárias para efetivação das operações financeiras voltadas para mitigar a exposição às taxas de câmbio do mercado, seja na posição de vendedor ou de comprador de moedas, capazes de impactar negativamente os ativos, passivos e o nosso fluxo de caixa. Também já foram designados os membros que compõem o Comitê de Hedge Cambial, de caráter permanente, para assessoramento da Diretoria de Finanças e Administração em assuntos relacionados às operações com derivativos financeiros, conforme Portaria nº 073/22, para atuação nos termos estabelecidos no Capítulo 3.3 – Operações de Hedge Cambial, em alinhamento ao Capítulo 3.2 – Política de Hedge Cambial, ambos do Manual de Administração Financeira.

Riscos do orçamento fiscal:

A Companhia se mantém ainda como uma Empresa Pública, porém, não dependente de Recursos do Tesouro Nacional e, por consequência, não mais inclusa no Orçamento Fiscal e de Seguridade da União, mas vinculada ao PDG (Programa de Dispendios Globais) e ao OI (Orçamento de Investimento).

Essa condição faz com que a INB tenha que cumprir ainda algumas normas, regras e parâmetros fixados na legislação federal, os quais controlam o orçamento da Companhia.

A elaboração do PDG segue o calendário do Orçamento da União tendo em vista que os gastos das empresas estatais federais não dependentes com ativo imobilizado correspondem ao Orçamento de Investimento, previsto no inciso II do § 5º do art. 165 da Constituição Federal. Ainda, de acordo com a LDO, "os requisitos de sustentabilidade, transparência e controle" constantes da Lei nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016, deverão ser observados na política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento.

31. DESCOMISSONAMENTO E DESMOBILIZAÇÃO DAS UNIDADES INDUSTRIAIS

A Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, em função das atividades relacionadas ao ciclo do combustível nuclear desenvolvidas em suas Unidades Operacionais, seja por força de regulamentação legal das atividades, impostas pelos diversos órgãos reguladores nacionais e internacionais, seja por regulamentações dos órgãos ambientais, está obrigada a cumprir uma série de normas e procedimentos voltados ao descomissionamento (desmonte e descontaminação de instalações e equipamentos, destinação final de resíduos e recuperação das áreas degradadas pelas atividades desenvolvidas) no decorso do ciclo de vida de suas instalações industriais e, potencialmente, quando do encerramento das atividades.

A Companhia, desde que assumiu as atividades relativas ao ciclo do combustível nuclear (a partir da sucessão da NUCLEBRÁS, por ocasião da edição do Decreto-Lei nº 2.464/88), vem realizando atividades de descontaminação de equipamentos e áreas, descomissionamento das instalações e estocagem de materiais nucleares e rejeitos radioativos oriundos dessas ações. Nesse contexto, já houve o descomissionamento da antiga unidade de processamento de minerais radioativos (monazita) no bairro de Santo Amaro – São Paulo/SP, da Usina de Santo Amaro (UDSP), origem dos materiais estocados em São Paulo/SP e Itu/SP. Atualmente a INB vem desenvolvendo ações de descontaminação do terreno em Interlagos e planeja a descontaminação do terreno em Botuxim/Itu, além de administrar os estoques de materiais radioativos nas duas unidades, localizadas respectivamente nos municípios de São Paulo/SP e de Itu/SP. Além de empreender atividades na Unidade em Descomissionamento de Cargas/MG - UDC que se fazem necessárias para o desenvolvimento do PRAD – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas. Também se encontra em curso a desativação da Unidade em Descomissionamento de Buena/RJ - UDB cuja desmobilização da força de trabalho e dos materiais alienáveis já foi iniciada.

Destaca-se nesse contexto, pelo porte e complexidade, a Unidade em Descomissionamento de Cargas (UDC), em Cargas-MG, na qual a INB vem realizando: i) os estudos necessários à elaboração dos planos de descomissionamento das estruturas mais complexas em conformidade com as diretrizes da CNEN e do IBAMA; ii) a liberação de estruturas para descomissionamento, incluindo o desmantelamento de plantas industriais; iii) a mitigação de impactos ambientais passíveis de serem priorizados com os conhecimentos disponíveis no momento e; iv) concomitantemente, o controle do passivo ambiental para garantir a segurança durante esse processo longo.

Já nas Unidades em Operação, as atividades de descomissionamento, inclusive de restauração e de reabilitação dos locais afetados pelas atividades produtivas já são implementadas em paralelo, durante a fase operacional do empreendimento.

Dependência do tesouro

O Ciclo de Produção do Combustível Nuclear é bastante extenso por verticalizar diversas atividades industriais.

A missão institucional da INB é a de explorar e processar minério de urânio e produzir elementos combustíveis para abastecer usinas termoeletricas para produção de eletricidade. A fim de viabilizar o Programa Nuclear Brasileiro – PNB, o Governo Federal atuou por meio de subvenções (de custeio e de investimento) fazendo com que a INB fosse uma estatal dependente de Recursos do Tesouro e, portanto, integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade da União.

Entretanto, dada toda a dificuldade fiscal vivenciada pelo Governo Federal ao longo dos anos se refletiu diretamente nas estatais dependentes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

A continuidade do Orçamento Fiscal da União (OFSS) gerava incertezas de ordem financeira e orçamentárias que impediam a implantação das ações estratégicas, táticas e operacionais, o que inviabilizaria o cumprimento da principal missão da INB e a realização dos investimentos necessários.

Desta forma, a saída da INB do Orçamento Fiscal da União obtida em novembro de 2022 foi importante ação eliminadora deste risco por assegurar o fornecimento do combustível para as Usinas nucleares brasileiras e viabilizar o crescimento sustentável da empresa e do Programa Nuclear brasileiro.

Alteração societária

A alteração do controle acionário da INB, transferida da União para a ENBPar, foi autorizada pela Medida Provisória nº 1.133, de 12 de agosto de 2022, convertida na Lei nº 14.514, de 29 de dezembro de 2022, por meio do aporte de todas as ações que a União detinha no capital social da Companhia, resultando no aumento do capital social da ENBPar, autorizado com a edição do Decreto nº 11.235, de 13 de outubro de 2022.

A partir da modificação no controle acionário, a INB se tornou uma estatal não dependente da União, passando a arcar com a integralidade das despesas com pessoal ou de custeio geral ou de capital, sem receber recursos financeiros do Tesouro.

Uma das condicionantes impostas pelo Tesouro Nacional à ENBPar e a INB, quanto a sua saída do OFSS, foi o compromisso de continuar empreendendo ações de Descomissionamento e Desmobilização em suas unidades industriais.

Fundo para o Descomissionamento e a Desmobilização

O descomissionamento de uma unidade nuclear envolve ações que incluem a desmontagem e a descontaminação de edificações, equipamentos e/ou áreas, inclusive solo e recursos hídricos, visando a restauração das mesmas, segundo padrões estabelecidos pela legislação, e a liberação dos locais para outros usos e a guarda segura dos resíduos gerados neste processo.

Ele envolve custos elevadíssimos que podem desequilibrar o fluxo de caixa da empresa, sendo altamente recomendável a constituição de reserva que assegure a capacidade financeira necessária para a consecução destas tarefas no futuro.

Em 2022 foi implantado o regulamento do Fundo de Desmobilização e Descomissionamento – FDD, a ser constituído por 1,5% da receita líquida anual, destinado a suportar os gastos futuros de descomissionamento das Unidades em Operação, e que mitiga o risco de ausência de recursos para o descomissionamento futuro destas Unidades.

Provisão para o Descomissionamento e Desmobilização

Sob o ponto de vista contábil, o montante total dos gastos relacionados às ações de descomissionamento são obrigações presentes que irão gerar desembolsos futuros que poderão impactar os fluxos de caixa futuros da empresa.

A INB, como estatal dependente inserida no Orçamento Fiscal da União, recebia por meio das Leis Orçamentárias Anuais – LOA, recursos do Tesouro Nacional na Ação Orçamentária 2013 destinados a suportar o custeio e investimentos em Descomissionamento de suas Unidades desativadas.

A partir da saída da INB do Orçamento Fiscal em novembro de 2022, os dispendios de descomissionamento passaram a ser suportados por recursos próprios da INB, tornando-se necessário o registro de provisão contábil com a estimativa dos gastos de descomissionamento futuros, descontados a valor presente.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Entretanto, devido ao ineditismo e à complexidade das variáveis técnicas envolvidas, é precário o conhecimento no país quanto aos procedimentos para o descomissionamento de instalações nucleares, especialmente as que envolvem a exploração de minérios radioativos, não havendo normativos específicos dos órgãos responsáveis pelas licenças das Unidades Operacionais, das legislações e das normas federais voltadas para a mitigação e recuperação do meio ambiente resultante da exploração de minas de urânio, e dos aspectos contábeis, financeiros e orçamentários que deverão ser considerados para sua quantificação. Desta forma se faz necessária a realização de Estudos Técnicos que forneçam uma estimativa confiável afim de subsidiar a constituição de uma provisão para descomissionamento de todas as Unidades Industriais da INB, os quais já foram iniciados com a contratação do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN) com foco na Unidade em Descomissionamento de Caldas/MG (UDC).

A Diretoria Executiva através da Portaria nº 153/2023 emitida em 24/11/2023 alterou a Portaria nº 010/2023 de 06/02/2023 destinada a avaliar os Planos de desmobilização, desmantelamento de materiais/estruturas, remediação e reabilitação de áreas degradadas no âmbito das unidades subordinadas à Diretoria de Recursos Minerais - DRM da INB.

Reserva Estatutária de Desmobilização e Descomissionamento

Visando suportar financeiramente e evitar a interrupção das ações de descomissionamento ora em curso, foi consensado na Nota Técnica Conjunta INB-ENBPar nº 001/2022, a qual foi aprovada pelos Conselhos de Administração de ambas empresas e pelos Ministérios de Minas e Energia - MME e da Economia - ME, que o saldo acumulado na reserva especial de dividendos não pagos do acumulado até o exercício de 2021, no montante de R\$ 190.663 mil seria destinado em Assembleia Geral para ser utilizado na constituição da Reserva Estatutária para a Desmobilização e Descomissionamento da INB.

A proposta de reversão dos recursos da Reserva Especial de Dividendos Não Pagos para a Reserva Estatutária de Descomissionamento foi aprovada pelo Conselho de Administração da INB por meio da Resolução nº 004/2023 e encaminhada para apreciação e manifestação da ENBPar em Assembleia Geral. A apreciação e aprovação da mesma ocorreu na 46ª AGE realizada em 27/04/2023, porém ainda se encontra pendente de consolidação em Estatuto Social.

32. COBERTURA DE SEGUROS

Para proteção do patrimônio, a Companhia transfere através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de sua ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, sendo as coberturas compatíveis com seu porte e suas operações.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Os ativos e as operações da companhia estão segurados por valores suficientes à cobertura de eventuais riscos e sinistros, conforme segue:

Seguros	Vigência	Valor Segurado	Prêmio Equivalente
Riscos Nucleares:		2.226.303	12.876
Riscos Nomeados - Unidades industriais	07/04/2024	2.226.303	12.876
Outros:		10.000	1.000
D&O	09/11/2024	10.000	1.000
Diversos		515.248	4.306
Risco Empresarial - Escritórios da INB	28/11/2024	16.296	5
Seguro Patrimonial	18/11/2024	85	1
Veículos	15/04/2024	17.110	287
Seguro garantia contrato fornecimento de energia	31/01/2024	967	4
Seguro vida em grupo e acidentes pessoais	31/10/2025	237.756	2.250
Transporte internacional – avarias nos estoques (2)	24/08/2024	242.035	1.758
Transporte nacional – avarias nos estoques (3)	23/10/2024	1.000	2
Total		2.751.552	18.182

(1) Em caso de sinistro, a indenização é de 100% da tabela FIPE. Quando não existe referência na tabela FIPE, a indenização é realizada por valor determinado, discriminado no Termo de Referência e consequentemente em apólice.

(2) Valor total de R\$ 1.000 por embarque.

(3) Valor total de US\$ 50.000 por embarque.

33. EVENTO SUBSEQUENTE

Aquisição de Urânio para as recargas de Angra

Para atendimento ao cronograma de entrega das recargas para as Usinas Nucleares de Angra foram adquiridos da estatal russa Rosatom um carregamento contendo 21 toneladas do gás hexafluoreto de urânio (UF6) enriquecido a ser processado na FCN em Resende (RJ) e que serão utilizadas na fabricação de 44 elementos combustíveis para a recarga de Angra 1. A entrega está prevista para ocorrer no mês de fevereiro de 2024.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Indústrias Nucleares do Brasil S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Reponsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

Ênfases

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 7.1 e 26.1 – registro de tributos diferidos referente ao imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e nas bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis. Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são registrados para refletir no resultado do período os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil no contexto das leis fiscais aplicáveis, bem como na projeção de lucro tributável para os períodos subsequentes. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, fundamentados nas projeções baseadas em seu Planejamento Estratégico. Nossa opinião não apresenta modificação em relação a este assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10. IMOBILIZADO - Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), Redução do Valor Recuperável de Ativos, que define procedimentos visando assegurar que os ativos não sejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações, foi atestado pelas empresas Delos Consultoria Ltda e Integrate Soluções de Informática, Controle Patrimonial e Avaliações Ltda.O Laudo de Avaliação do Ativo Imobilizado e Teste de Impairment foram realizados em 2022. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou um acompanhamento, sem identificar indicativos de desvalorização de seus ativos, portanto, não realizou o teste de recuperabilidade, sem prejuízo ao atendimento às normas contábeis. Nossa opinião não apresenta modificação em relação a este assunto.

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 12, 21 K e 24 - SUBVENÇÃO DO TESOURO PARA INVESTIMENTOS, a partir do exercício de 2010, os recursos do Tesouro para investimentos no Projeto de Enriquecimento de Urânio, recebidos desde 2008, passaram a ser tratados como subvenção (receita a apropriar), sendo reclassificados para a conta retificadora do Ativo Não Circulante - Subvenção do Tesouro para Investimentos, como forma de demonstração da dedução dos ativos adquiridos com a subvenção, para apuração do valor líquido do Ativo, sendo apropriado ao resultado com base na depreciação ou por baixa dos ativos adquiridos com os respectivos recursos, de acordo com o disposto na Resolução CVM nº 96/2022, item 24 (itens 23, 24 e 27 do CPC 07 (R1)). Esse procedimento se deve em função da consulta formulada pelo Conselho Fiscal da INB à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que se pronunciou por intermédio do parecer PGFN/CAS/nº 2.332/2010, contrariamente à classificação desses recursos como adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, por entender que a CNEN não seria a responsável pelas transferências financeiras a título de subvenção para Investimento para a INB, mas, sim, o Tesouro Nacional (União), através da Fonte 100. Com a transformação da INB em empresa pública e em decorrência da transferência das ações para a União em dezembro de 2020, os recursos de subvenção destinados para investimentos poderiam ser classificados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC e, por conseguinte, deixariam de ser tributados, segundo os termos do Decreto nº 3.000/99, art. 392, inciso I, deixando o saldo desses recursos de ser corrigido pela taxa de juros SELIC, excetuando-se à regra do art. 2º do Decreto nº 2.673 de 16 de julho de 1998, por serem constituídos de recursos provenientes exclusivamente do setor público. A partir do exercício de 2023, a realização dos recursos que foram recebidos do Tesouro Nacional como Investimentos que estavam classificados como Receita de Subvenção, passaram a ser classificados dentro de Outras Receitas Operacionais. A sua realização acontece com base na depreciação ou por baixa dos ativos adquiridos com tais recursos, de acordo com o disposto na Resolução CVM nº 96/2022, item 24 (itens 23, 24 e 27 do CPC 07 (R1)). A Companhia irá propor na próxima Assembleia Geral Extraordinária a constituição e a destinação dos recursos reconhecidos no exercício como Outras Receitas Operacionais para a criação da Reserva de Incentivos Fiscais. Nossa opinião não apresenta modificação em relação a este assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO, considerando que a INB é corresponsável em regime de solidariedade plena com as demais patrocinadoras do NUCLEOS, e já que não ocorre a segregação formal dos ativos, o resultado da avaliação atuarial independente realizada pela Grant Thornton apontou Déficit na ordem de R\$ 215.991 mil em 31 de dezembro de 2023. Sendo que a INB possuía em seu passivo circulante e não circulante uma dívida contratada de R\$ 199.250 mil na data de 31 de dezembro de 2023, devendo esse valor ser deduzido do passivo atuarial apurado, já que se trata de dívida relacionada aos benefícios pós-emprego do plano previdenciário. Desse modo, originou-se então a necessidade de reverter R\$ 23.629 mil em R\$ 6.888 mil. A Grant Thornton manteve o critério adotado na Avaliação Atuarial anterior, utilizando a proporcionalidade das contribuições normais relativas da INB em relação ao total de contribuições normais vertidas no exercício, extraídas do balancete do NUCLEOS, em 31 de dezembro de 2023. Essa proporcionalidade de contribuições indicou uma taxa de rateio de 28,46% dos ativos financeiros do Plano. Nossa opinião não apresenta modificação em relação a este assunto.

Conforme nota explicativa nº 18, constituição da provisão para quebra de contrato: Carga Inicial do Núcleo de Angra 3. O projeto de construção de Angra 3 foi iniciado na década de 1980, contudo, em razão de diversos fatores, especialmente, as restrições orçamentárias impostas ao empreendimento, as obras permaneceram paralisadas até 2008, tendo sido retomadas a partir da edição da Resolução nº 3/2007 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O normativo citado determinou que a Eletro Nuclear e a Eletrobras conduzissem a continuidade da construção de Angra 3, com vistas à entrada em operação comercial da Usina no exercício de 2013. Como fornecedora exclusiva dos Elementos Combustíveis para as Usinas Nucleares brasileiras, a INB formalizou em 24/05/2010 os seguintes instrumentos contratuais junto à Eletro Nuclear, relativos à carga inicial do núcleo do reator de Angra 3: contratos nºs - GAC.T/CT-009/10 - Fornecimento de Concentrado de Urânio; GAC.T/CT-010/10 - Fornecimento de Urânio Enriquecido; e GAC.T/CT-011/10 - Fabricação de Elementos Combustíveis. Como a implantação da Usina de Angra 3 foi novamente postergada e os contratos elencados na tabela acima vigoraram até o exercício de 2015, as partes decidiram em comum acordo, em reunião realizada em 2021, pela rescisão amigável desses instrumentos e a realização de um encontro de contas, com vistas à lavratura do termo de aceitação definitiva e a quitação

34. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário é como segue:

	Período de 3 meses findos em		Período de 12 meses findos em	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações e benefícios curtos prazo	823	879	3.109	2.888
Total	823	879	3.109	2.888

O honorário atribuído aos dirigentes, corresponde ao valor aprovado pelo Conselho de Administração na RCA nº 015/2023, de 21/03/2023, e pela Secretaria de Coordenação das Empresas Estatais - SEST, por meio da Nota Técnica SEI nº 7.488/2023/MGI, de 18/04/2023, para o período compreendido entre abril de 2023 a março de 2024. A remuneração máxima, mínima e média dos dirigentes e empregados pode ser observada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração de diretores		
Maior remuneração de diretores	40.840	32.502
Menor remuneração de diretores	35.427	32.502
Remuneração média de diretores	36.510	32.502

A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração e dos titulares do Conselho Fiscal equivale a um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos à gratificação de férias e benefícios.

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração de conselheiros		
Maior remuneração de conselheiros	3.838	3.521
Menor remuneração de conselheiros	3.838	3.521
Remuneração média de conselheiros	3.838	3.521

A remuneração paga aos empregados é composta de salário, tempo de serviço, periculosidade e gratificação de função, efetivamente recebidos, de acordo com a política salarial praticada pela Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração de empregados		
Maior remuneração de empregados	53.933	43.694
Menor remuneração de empregados	2.724	2.269
Remuneração média de empregados	13.203	11.190

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Declaramos, na qualidade de diretores da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco, nº 1 - sala 1901, Centro - Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20.090-003, inscrita no CNPJ sob o nº 00.322.818/0001-20, que revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e com o Relatório de revisão dos auditores independentes da MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S acerca das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Luiz Antônio da Silva Diretor	Adauto Seixas Presidente	Marcos Fricks Cavalcante Diretor
Maurício Pessoa Garcia Júnior Diretor		Reinaldo Gonzaga Diretor
Daniel Moraes da Costa Superintendente de Finanças		Eduardo Zaroni Contador – CRC – RJ 120.230/O-2

mútua das obrigações assumidas e incorridas pelas partes no decurso da vigência dos contratos antigos, as quais serão quitadas quando da execução dos novos contratos para o fornecimento do núcleo de Angra 3. Para tanto, foram criados, em 2022, Grupos de Trabalho em ambas empresas com o objetivo de proceder ao levantamento de dados e valores envolvidos no encontro de contas, bem como, negociar e elaborar os novos contratos de fornecimento do combustível nuclear para a Carga Inicial da Usina de Angra 3. Após diversas trocas de correspondências e informações entre os Grupos de Trabalho de ambas empresas, o levantamento dos valores envolvidos no encontro de contas foi concluído em 30/11/2023 com a emissão do Relatório revisado SUPEC.P/NT-010.01. Assim, por meio da CESUPEC.P-068/23 de 18/12/2023 a INB encaminhou o referido Relatório contendo a proposta revisada para o encontro de contas dos contratos nos GAC.T/CT-009/10, GAC.T/CT-010/10 e GAC.T/CT-011/10, e por meio da CE-SUPEC.P-014/23 de 10/03/2023 a INB encaminhou a Proposta Comercial SUPEC.P-001/23 relativa aos novos contratos de Fornecimento da carga inicial de Angra 3. Ambas propostas permanecem sob avaliação da Eletronuclear até o encerramento do exercício de 2023. A constituição da provisão considerou os valores levantados no Relatório SUPEC.P/NT010.01 sendo ainda objeto de correção pelo índice de reajuste dos referidos contratos e mediante a reversão dos valores que estavam registrados como Adiantamento de Clientes no longo prazo. Nossa opinião não apresenta modificação em relação a este assunto.

Outros assuntos

Demonstração de Valor Adicionado

Revisamos a Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de NBC TG 09. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2024.

MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC RS 4632/O S RJ
DIEGO ROTERMUND MOREIRA
Contador CRC RS 68603 S RJ
CNAI Nº 1128
Sócio – Responsável Técnico



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, na XXXª Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em XX/02/24, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social da Empresa, apresenta aos Conselheiros de Administração da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB:

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO –DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023:

Em cumprimento a Lei 13.303/16 e ao Decreto 8.945/16 assim como ao Estatuto Social da INB e ao Regimento Interno do CAE, o colegiado supervisionou a elaboração das demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, bem como as correspondentes Notas Explicativas além do Balanço Social, conforme determina o inciso III do artigo 67 do estatuto social da INB (artigos 9º e 10 do regimento interno do CAE).

Adicionalmente, discutimos com os auditores independentes a respeito do processo de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O correspondente relatório dos auditores independentes, datado de 19 de fevereiro de 2024, apresenta uma opinião sem ressalvas e com a inclusão de parágrafos de ênfases relativos: (i) a realização do saldo de imposto de renda diferido ativo, (ii) testes de recuperação dos valores de ativos

(impairment), (iii) ao tratamento contábil para as subvenções do tesouro para investimentos, (iv) quanto ao déficit atuarial do NUCLEOS e (v) quanto a constituição de provisão para quebra de contrato.

Após debates e esclarecimentos das dúvidas formuladas à administração e aos auditores independentes, o CAE concluiu que todos os fatos relevantes, conhecidos até a data deste relatório, estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras anuais de 2023, as quais, estão aptas para serem submetidas à apreciação e aprovação pelo Conselho de Administração.

Além disso, foram analisados os documentos: Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023, Distribuição de Dividendos aos Acionistas da Companhia relativos ao Lucro do Exercício de 2023 e Orçamento de Capital 2024 e 2025, e a proposta de constituição da Reserva de Incentivos Fiscais, não tendo este Comitê nada a se opor quanto ao encaminhamento destas propostas para aprovação pelo Conselho de Administração.

Jose Luiz de Souza Gurgel
Coordenador do Comitê de Auditoria
Carlos Alberto dos Santos Corrêa
Membro
Victor Castro Reis
Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei 6.404/76 e suas alterações posteriores, examinou o Relatório da Administração, o Relato Integrado, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, bem como as Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras, além do Balanço Social e da Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023.

Com base nos documentos examinados, na Resolução do Conselho de Administração com manifestação favorável e no Relatório dos auditores independentes, Moreira Associados Auditores Independentes, sobre as demonstrações financeiras, opinam, por unanimidade, que os mencionados documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2024.

Roberto Beier Lobarinhas
Conselho Fiscal
Maria Ceicilene Aragao Martins
Conselheiro
Luciano da Silva Teixeira
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, analisou a proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2023 elaborado pela Diretoria Executiva da companhia, aprovado pelo Conselho de Administração no dia 29 de fevereiro de 2024, que propõe o pagamento dos dividendos do exercício de 2023 e da destinação do saldo restante para a conta de Reserva de Orçamento de Capital, na forma do art. 202, § 3º da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de garantir os recursos financeiros indispensáveis para a realização de investimentos destinados à redução do "aging" da estrutura industrial da Fábrica de Combustível Nuclear e para a internalização das tecnologias necessárias para a nacionalização de produção de componentes metálicos, em consonância com os objetivos e diretrizes fixados no Planejamento Estratégico da INB 2017-2026 e na Política Nuclear Brasileira.

Diante disso, com base nos documentos examinados e nas justificativas e fundamentações legais, este Conselho opina, por unanimidade, que a proposta de destinação está em condições de ser submetida à Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2024.

Roberto Beier Lobarinhas
Conselho Fiscal
Maria Ceicilene Aragao Martins
Conselheiro
Luciano da Silva Teixeira
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, analisou a proposta de constituição da Reserva Estatutária de Incentivos Fiscais elaborado pela Diretoria Executiva da companhia, aprovado pelo Conselho de Administração no dia 29 de fevereiro de 2024, que propõe a reclassificação e realocação dos recursos realizados no exercício como "Subvenção de Investimento" no montante de R\$ 23,3 milhões a serem destinados para a Reserva Estatutária de Incentivos Fiscais, e pela consequente inclusão e alteração do art. 87 do estatuto social.

Diante disso, com base nos documentos examinados e nas justificativas e fundamentações legais, este Conselho opina, por unanimidade, que a proposta está em condições de ser submetida à Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2024.

Roberto Beier Lobarinhas
Conselho Fiscal
Maria Ceicilene Aragao Martins
Conselheiro
Luciano da Silva Teixeira
Conselheiro

BALANÇO SOCIAL - INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

	31/12/2023		31/12/2022	
	R\$ Mil	Distrib %	R\$ Mil	Distrib %
1 - GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA - DVA				
Colaboradores	305.260	31,8%	269.874	36,5%
Governo	474.929	49,4%	312.067	42,2%
Financiadores	110.139	11,5%	83.695	11,3%
Acionistas	70.201	7,0%	74.599	10,1%
Total	960.529	99,7%	740.235	100,0%

	31/12/2023	31/12/2022
	R\$ Mil	R\$ Mil
2 - BASE DE CÁLCULO DOS INDICADORES		
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.027.931	804.714
Resultado Líquido do Exercício (RLE)	70.201	74.599
Folha Pagamento Bruta (FPB) - Remuneração, Encargos e Previdência Complementar (excluído o valor gasto com Terceirizados e Benefícios Concedidos a Empregados)	311.626	278.064

	31/12/2023			31/12/2021		
	R\$ Mil	% S/RH	% S/ROL	R\$ Mil	% S/RH	% S/ROL
3 - RECURSOS HUMANOS						
31 - REMUNERAÇÃO BRUTA						
Empregados	220.685	61,3%	21,5%	195.805	61,0%	24,3%
Administradores	2.875	0,8%	0,3%	2.507	0,8%	0,3%
Terceirizados	92	0,0%	0,0%	143	0,0%	0,0%
Total	223.652	62,2%	21,8%	198.455	61,8%	24,6%
32 - ENCARGOS SOCIAIS	73.995	20,6%	7,2%	66.531	20,7%	8,3%
33 - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS						
Previdência Complementar Fechada	14.071	3,9%	1,4%	13.221	4,1%	1,6%
Alimentação	8.523	2,4%	0,8%	7.193	2,2%	0,9%
Transporte	9.179	2,6%	0,9%	8.372	2,6%	1,0%
Assistência Médica e Odontológica	26.697	7,4%	2,6%	24.185	7,5%	3,0%
Capacitação e Desenvolvimento de Pessoal	61	0,0%	0,0%	36	0,0%	0,0%
Seguro de Vida em Grupo	561	0,2%	0,1%	531	0,2%	0,1%
Outros Benefícios	2.998	0,8%	0,3%	2.700	0,8%	0,3%
Total	62.090	17,3%	6,0%	56.238	17,5%	7,0%
TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	359.737	100,0%	35,0%	321.224	100,0%	39,9%

	31/12/2023		31/12/2022	
34 - COMPOSIÇÃO DO CORPO FUNCIONAL				
Total de empregados	1189		1179	
Total de admissões	45		36	
Total de demissões	33		48	
Total de estagiários	61		53	
Total de empregados terceirizados	503		524	
Total de portadores de necessidades especiais	21		20	
Total de negros	103		99	
Total de funcionários sexo feminino	301		285	
Total funcionários sexo masculino	888		894	
Percentual de negros ocupando cargos de chefia	11%		7%	
Percentual de ocupantes de cargo de chefia sexo feminino	19%		16%	
Percentual de ocupantes de cargo de chefia sexo masculino	81%		84%	
Nº de acidentes de trabalho	5		2	
Nº de empregados(as) com mais de 10 anos de efetivos serviços na Companhia	878		773	
Nº de empregados(as) com remuneração superior a dois salários mínimos	1.187		1.171	

	31/12/2023		31/12/2022	
Total de empregados por faixa etária:				
de 18 a 35 anos	174		201	
de 36 a 45 anos	463		456	
de 46 a 60 anos	367		345	
Acima de 60 anos	185		177	

	31/12/2023		31/12/2022	
Total de empregados por nível de escolaridade:				
Com ensino fundamental	41		12	
Com ensino médio	298		334	
Com ensino técnico	214		223	
Com ensino superior	464		452	
Pós-graduados	172		158	

	31/12/2023		31/12/2022	
AÇÕES TRABALHISTAS MOVIDAS CONTRA EMPRESA				
Número de processos trabalhistas existentes contra empresa até o término do exercício	218		231	
Número de processos trabalhistas movidos contra empresa ao longo do exercício	20		49	
Número de processos trabalhistas julgados procedentes com transitado ao longo do exercício e independente do ano de propositura da ação	17		21	
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes com transitado ao longo do exercício e independente do ano de propositura da ação	12		28	
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação judicial (R\$ Mil) no exercício	1.596		2.297	

	31/12/2023		31/12/2022	
	R\$ mil		R\$ mil	
AÇÕES AMBIENTAIS MOVIDAS CONTRA EMPRESA				
Números de processos (administrativos e judiciais) existentes envolvendo matéria ambiental tramitando como ré até o término do exercício	31		34	
Números de processos (administrativos e judiciais) envolvendo matéria ambiental movidos contra a empresa ao longo do exercício	3		1	
Valor das multas e das indenizações relativas a matéria ambiental, determinadas administrativamente e/ou judicialmente (R\$ Mil) no exercício	-		5.321	
4 - INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM AMBIENTE EXTERNO				
41 - INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE				

	31/12/2023		31/12/2022	
	R\$ mil		R\$ mil	
Educação e Cultura:				
- Projeto Jovem Aprendiz (Buena, Caetité, Rio de Janeiro e Resende)	170		175	
- Aquisição de Cota de Apoio Bronze ao INAC 2021	-		-	
- Publicação Institucional na Revista Especializada Conexão Nuclear	-		-	
- Apoio ao Evento ABDAN NT2E + WNU e Entrega de Medalhas do Mérito Nuclear	-		-	

	31/12/2023		31/12/2022	
	R\$ mil		R\$ mil	
Outros Apoios:				
- Exposição da INB no evento 133 anos do Corpo de Engenheiros da Marinha	30		-	
- Patrocínio Seminário Múltiplas Aplicações Energia	10		-	
- Patrocínio XI Semana de Engenharia Nuclear UFRJ	3		-	
- Patrocínio Nuclear Legacy 2023	30		-	
- Patrocínio 14º SIEN/ENCOM 2023	10		-	
- Patrocínio ao Evento NT2E	55		-	
Total Investimentos com a Comunidade	308		175	



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



42 - INTERAÇÃO COM CLIENTES

Reclamações recebidas diretamente na empresa e/ou pelos órgãos de defesa do consumidor
Reclamações recebidas através de notificações judiciais

N/H
N/H
N/H

N/H
N/H
N/H

Montante de indenizações pagas a clientes

Obs: O principal cliente da companhia é a Eletronuclear, empresa estatal, vinculada ao Ministério das Minas e Energia, operadora das usinas nucleares de Angra I, II e III

43 - INTERAÇÃO COM FORNECEDORES

Como critério de responsabilidade social na seleção dos fornecedores, são exigidos os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa

5 - INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

51 - UNIDADE RESENDE

Atividades de preservação e recuperação ambiental, educação e sensibilização ambiental

52 - UNIDADE DE POÇOS DE CALDAS

Programa de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD e educação ambiental

53 - UNIDADE DE CAETITE

Atividades de preservação, recuperação ambiental e educação ambiental

54 - UNIDADE DE SÃO PAULO

Atividades de descontaminação do terreno, manutenção do galpão e estocagem de rejeitos e resíduos radioativos e recuperação ambiental

	Sim 31/12/2023			Sim 31/12/2022		
	R\$ Mil	% s/ RLE	% s/ROL	R\$ Mil	% s/ RLE	% s/ROL
51 - UNIDADE RESENDE	989	1,4%	0,1%	932	1,2%	0,1%
52 - UNIDADE DE POÇOS DE CALDAS	329	0,5%	0,0%	756	1,0%	0,1%
53 - UNIDADE DE CAETITE	3.864	5,5%	0,4%	1.065	1,4%	0,1%
54 - UNIDADE DE SÃO PAULO	545	0,8%	0,1%	381	0,5%	0,0%

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL

61 Relação entre a Maior e a Menor Remuneração

Empregado (Maior / Menor)
Diretoria (Maior)

31/12/2023
R\$ Mil

53,9
40,8

/

2,7

-

31/12/2022
R\$ Mil

43,6
32,5

/

2,2

-

62 Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:

() direção

(X) direção e gerências

() todos(as) empregados (as)

() direção

(X) direção e gerências

() todos(as) empregados (as)

63 Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:

(X) direção e gerências

() todos(as) empregados (as)

(X) todos(as) + Cipa

(X) direção e gerências

() todos(as) empregados (as)

(X) todos(as) + Cipa

64 A previdência privada contempla:

() direção

() direção e gerências

(X) todos(as) empregados (as)

() direção

() direção e gerências

(X) todos(as) empregados (as)

EDUARDO ZARONI
CONTADOR - CRC RJ 120230/O-2

CEO do X, antigo Twitter, quer conquistar novo público e alavancar a rede social

por Guilherme Cosenza

Não é novidade que Elon Musk gosta de desafios e de desafiar empresários no mundo do Business. Porém, dessa vez o dono da PayPal, Tesla, a SpaceX e a Neuralink, está novamente marcando sua nova polêmica no mundo da tecnologia. Dessa vez quem está na mira do CEO das empresas focou no Google, ao dizer que irá lançar uma nova concorrência para ninguém menos do que a plataforma do YouTube.

Visando tentar alavancar a plataforma X, antigo twitter, que não vem tendo o mesmo sucesso de antigamente, quando ainda tinha o passarinho branco no fundo azul. Aliás, desde a aquisição de Musk, a plataforma veio de fato perdendo espaço e seguidores ao longo dos anos, indo na contramão do YouTube que vem crescendo a cada dia mais. Dessa forma, o X trará uma cópia do concorrente que permitirá a publicação de vídeos mais longos. Atualmente os usuários do X que querem postar vídeos maiores, devem pagar o pacote premium da plataforma para conseguir o direito de publicar vídeos mais longos. Uma forma de rentabilizar pela plataforma que no começo do ano anunciou que vem dando mais espaço para os vídeos publicados na rede social.

Porém, com a nova mídia, Musk também quer bater de frente com outras plataformas como o Twitch que permite horas intermináveis de transmissão e que é hoje um dos mais usados por influenciadores do mundo inteiro. Mas também bater no app Signal



Elon Musk quer esquentar o mundo do X e conquistar fatia de usuários do YouTube

Elon Musk quer desafiar o YouTube criando plataforma concorrente

de mensagem criptografadas e a rede social Reddit. Mas mesmo declarando seu foco em bater de frente com todas essas redes sociais, é nítido que o maior motivo de enfrentamento de Musk é tentar pegar uma fatia ou conseguir reverter os usuários do YouTube para sua nova plataforma. Com maior tempo de vídeo, o CEO quer fazer com que os usuários fiquem mais tempo conectado e como consequência, um maior aumento dos anunciantes na plataforma.

Em números, para se ter uma ideia da real vontade de Musk em cima da plataforma do Google, o X teve uma queda de 30% de seus anunciantes e usuários só no último ano nos Estados Unidos, enquanto atualmente o YouTube fatura 12 vezes mais que

o X por conta de seus anunciantes e a possibilidade de postagem de vídeos mais longos na rede. Isso significa que se a rede não tivesse vínculos com o conglomerado Google, só ela possuiria um valor de mercado de cerca de R\$ 400 bilhões e cerca de 12 bilhões de usuários. Já o X tem 250 milhões de usuários no total. Uma diferença considerável entre as duas redes. Números de janeiro da consultoria Nielsen também mostram que a marca do Google é a principal entre os serviços de streaming nos EUA, com 8,6%, no consumo pelas telas, à frente da Netflix, 7,9%. Contudo, se de fato for criada a nova rede, o X passará em TVs inteligentes de marcas como Amazon e Samsung.

Porém, vale ressaltar que essa não é a primeira vez que

a plataforma busca atrair a atenção fora das telas dos smartphones. Em outras ocasiões, ainda sob controle dos gestores antigos, houve outras tentativas, mas o processo não vingou. Para tentar impulsionar a ideia, a equipe de Musk convidou o influenciador americano Mr. Beast, conhecido por ter mais de 243 milhões de inscritos no YouTube. Beast topou o desafio e subiu um vídeo completo no X. Depois, postou os ganhos que lhe renderam mais de US\$ 250.000 em receita. Porém, o próprio influenciador levantou uma questão importante. Por se tratar de uma figura pública, conhecida e com forte apelo midiático, pode ter sido mais fácil para impulsionar a visualização, com isso, aumentando os ganhos

Com isso, fica difícil afirmar que se tratando de um usuário comum ou um influencer, sem a mídia focando nele durante o uso da plataforma em um dia normal, se seria possível obter todos esses lucros. Dessa forma, resta agora esperar os próximos passos que Musk dará em sua luta para tentar alavancar o X no mercado das redes sociais e voltar a esquentar a plataforma que adquiriu e que já foi a número 1 dos Estados Unidos por muito tempo.

Briga com ChatGPT e Meta

Outra briga que vem sendo travada por Musk é contra o OpenAI, companhia ao qual ele mesmo ajudou a fundar e que é a empresa por trás do ChatGPT, que utiliza a inteligência artificial para ela-

boração de textos. Desde sua criação, o ChatGPT é a rede de Inteligência Artificial mais procurada e usada no mundo. Porém, o CEO da Tesla entou na Justiça americana contra a empresa.

A alegação de Musk é que a empresa teria traído o princípio ao qual foi criada de não ter fins lucrativos e por ter atingido o nível de Inteligência Virtual Geral, o que igualaria a inteligência humana. Porém, a OpenAI estaria utilizando esse tipo de inteligência sem comunicar ao mundo que atingiu essa classificação.

Outro alvo dos ataques de Musk foi a empresa de Mark Zuckerberg, desafeto público de Musk. Segundo ele, a Threads, ferramenta da Meta para criação de texto, "não serve para nada", desclassificando assim o projeto de IA da empresa.

SEGURANÇA PRESENTE 10 ANOS.

PRESENTE TODO DIA.

O Segurança Presente é o maior programa de polícia de proximidade do país. E o Governo do Estado do Rio de Janeiro segue trabalhando e investindo na polícia do seu bairro, da porta da sua casa. Essa proximidade faz com que o combate à criminalidade seja rápido e eficiente.

Desde 2021 o Segurança Presente quase dobrou de tamanho e hoje conta com quase 4 mil agentes em 40 bases espalhadas pelo estado.

O trabalho não para.
É todo dia, e é de todos.

Em caso de emergência, ligue 190.

#SegurançaPresente



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO